

Revista

# DESPIERTA

Cultura, Política e Movimentos Sociais na América Latina

Ano 7, número 08, jul-dez. 2020

**Nº 08**

ISSN 2359 - 5868



Dossiê

**LUTAS CULTURAIS, RESISTÊNCIAS POLÍTICAS:  
O MARXISMO E AS ESQUERDAS NA AMÉRICA LATINA**

Volume 02

## SUMÁRIO

<b>O FASCISMO COTIDIANO .....</b>	<b>03</b>
-----------------------------------	-----------

*Marco Antonio Rossi*

<b>A CONSTRUÇÃO DO NACIONAL-POPULAR NAS REVISTAS DO MODERNISMO (1922-1929): O CASO DA REVISTA DE ANTROPOFAGIA .....</b>	<b>15</b>
---	-----------

*Marcelo Augusto Totti*

<b>OBSERVAÇÕES ACERCA DA POLÍTICA E DA EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DO NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA .....</b>	<b>32</b>
---	-----------

*Anita Helena Schlesener*

<b>O CAPITAL ABANDONA OS TRABALHADORES .....</b>	<b>51</b>
--	-----------

*Atanásio Mykonios*

<b>UM BALANÇO DO PROGRESSISMO URUGUAIO E A SUA DERROTA ELEITORAL EM 2019 .....</b>	<b>83</b>
--	-----------

*Fabio Luis Barbosa dos Santos*

<b>PERSPECTIVAS CRÍTICAS DA ABORDAGEM MARXISTA DA COMUNICAÇÃO - RUMO A UMA ARTICULAÇÃO ENTRE A ECONOMIA POLÍTICA DA COMUNICAÇÃO E AS LUTAS SOCIAIS NO BRASIL .....</b>	<b>113</b>
--	------------

*Manoel Dourado Bastos*

*Willian Casagrande Fusaro*

<b>BRASIL, CHILE E AS REFORMAS NEOLIBERAIS: O CONSENSO EM QUESTÃO .....</b>	<b>139</b>
---	------------

*Meire Mathias*

*Rodolfo Sanches*

## O FASCISMO COTIDIANO

Marco Antonio Rossi\*

### PRÓLOGO

O fascismo como movimento histórico revelou-se antiliberal, antidemocrático e anticomunista. Só não foi, de fato, anticapitalista, apesar da retórica protecionista e nacionalista inflamada. Essa contradição, que unia a sanha globalizante do capital a sentimentos chauvinistas exasperados, irrompeu na Europa das décadas de 1920 e 30, tornou-se um dos mais emblemáticos modelos de configuração das relações entre Estado e sociedade no século 20 e, no limite, expandiu-se no tempo e no espaço como um certo tipo de conduta individual e coletiva no interior de sociedades bastante diferentes daquelas que lhe deram impulso inicial, notadamente a Itália sob o *duce* Benito Mussolini e a Alemanha liderada pelo *füher* Adolf Hitler.

Em que consiste, afinal de contas, o fenômeno fascista? Num momento histórico que parece olhar para trás, cassando direitos, estigmatizando minorias, recrudescendo o poder quase ilimitado das elites econômicas e políticas, que tipo de fascinação o fascismo pode despertar em indivíduos, grupos e fragmentos de classe social? O fascismo é um evento datado, localizado e marcado exclusivamente no século passado ou pode vir a se transformar em, ao menos, ingrediente das sociedades de massa contemporâneas? Em resumo: quais os perigos do fascismo hoje?

### I

Em livro publicado em 1977, **Introdução ao fascismo**, o filósofo marxista Leandro Konder se debruça sobre as origens do fenômeno, sua base social e sua interdependência em face do capitalismo monopolista de Estado. À certa altura da obra, Konder arrisca uma definição de fascismo que, se não o esgota, oferece pistas interessantes para interpretá-lo numa ponte entre o passado e o presente. Escreve Leandro Konder:

O fascismo é uma tendência que surge na fase imperialista do capitalismo, que procura se fortalecer nas condições de implantação do capitalismo monopolista de Estado, exprimindo-se através de uma política favorável à crescente concentração do capital; é um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sob uma máscara “modernizadora”, guiada pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionais e conciliando-os com procedimentos racionais-formais de tipo manipulatório. O fascismo é um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista, antioperário. Seu crescimento num país pressupõe condições históricas especiais, pressupõe uma preparação reacionária que tenha sido

---

\* Professor da Universidade Estadual de Londrina (UEL), doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

capaz de minar as bases das forças potencialmente antifascistas (enfraquecendo-lhes a influência junto às massas; e pressupõe também as condições da chamada sociedade de massas de consumo dirigido, bem como a existência nele de um certo nível de fusão do capital bancário com o capital industrial, isto é, a existência do capital financeiro (2009, p. 53).

A síntese de Konder aponta questões que associam o fascismo a momentos específicos de desenvolvimento do capital como relação social. O fato de o fascismo surgir e prosperar num contexto de concentração de capital sob domínio dos poderes de Estado – a etapa histórica de desenvolvimento seria mesmo o assim denominado *capitalismo monopolista de Estado*, vigente, de forma exponencial, no período europeu entreguerras (1918-1939) – ajuda a compreender os elementos de manipulação de massas, pela direita, num claro tom conservador (“*antitudo*”) e, para despertar sentimentos e desejos de mobilização, ancorados num mito, qual seja: o de pátria. A novidade, ressalta Konder, é a de um movimento conservador que consegue explorar o apoio das massas na direção de objetivos nitidamente elitistas e de classe, exclusivistas. Se não houvesse a instauração do mito patriótico e a criação de inimigos externos, como, em particular, a ameaça comunista soviética, as chances de despertar a ira das multidões, mesmo em situação de penúria do pós-guerra, seriam insuficientes. Assim, o mito e a marcha popular (ou melhor: populista) pelos caminhos ideológicos da direita trouxeram à margem um dos mais complexos e instigantes emblemas do fascismo: uma nova interpretação da luta de classes.

## II

De acordo com Konder, Marx refletiu sobre a unidade entre teoria e prática, sem que essas duas dimensões se misturassem ou se confundissem. Existem, pois, relações materiais que definem todo pensamento, sem mitificá-lo, podendo ser relativizado graças às suas contradições no mundo. Esse movimento dialético entre pensamento e ação pode ser compreendido como *práxis*, que, de forma ampla e insuperável, é sempre menor e mais frágil do que a realidade que procura abarcar e compreender.

O fascismo, por sua vez, converteu a *unidade* entre teoria e prática em *identidade*, instrumentalizando-a e dela extraíndo uma teoria acrítica e uma prática totalizadora, ambas a serviço e à mercê do *duce*, condecorado pelas massas como representante maior do mito mobilizador e, dessa maneira, inquestionavelmente superior.

A energia substitui a retórica no fascismo. Não há muita preocupação com *o que se diz*, mas, sim, com o modo *como se diz*: a eloquência do discurso é o fator populista de agitação das massas, que se esconde atrás de uma ideia falsa de novidade modernizadora e progresso social. As conhecidas imagens históricas que revelam Mussolini e Hitler se esgoelando diante de

multidões eufóricas e indiferentes ao conteúdo da fala (contagiadas apenas pelo tom das palavras) ilustram bem essa opção fascista pela “mobilização vertical”, dirigida de cima para baixo, em busca da validação dos princípios de direita inerentes ao ideário fascista.

É interessante destacar ainda o que Leandro Konder chama de *paradoxo da direita*. Diante de um tema “quente”, que costuma provocar queimaduras em seus intérpretes, adverte o autor de **O futuro da filosofia da práxis**, é compreensível que as ideologias em jogo sejam afastadas de suas verdadeiras condições de universalização. A direita, em si, é “regionalista”, prende-se a interesses que não escapam aos escrutínios de sua classe propositora e protagonista. Como, então, compreender a suposta “universalidade” do fascismo como fenômeno político e cultural? Como desfazer o nó dessa contradição entre uma origem ideológica particularista e as necessidades históricas de persuasão e expansão?

Konder pondera:

... a ideologia de direita encerra uma contradição interna, que se manifesta com clareza tanto maior quanto mais abstrato é o nível de sua fundamentação teórica: na medida em que a direita produz seus ideólogos mais ambiciosos (os seus filósofos), não pode impedir que eles se lancem em busca de princípios mais universais para a ideologia que estão ajudando a elaborar. E a busca da universalidade torna a ideologia da direita menos funcional, danifica a solidez das suas articulações pragmáticas, inevitavelmente particularistas (2009, p. 28).

O recurso à “energia” em vez do apelo à “retórica” sinaliza a fragilidade que se evidencia nessa contradição insuperável da ideologia de direita. A impossibilidade de universalizar os particularistas interesses de classe que dão impulso ao fascismo como evento histórico fortalece o pragmatismo radical numa sociedade baseada na propaganda, na agitação orientada para o consumo dirigido de ideias e mercadorias, na violência e, de modo singular, na disseminação de supostos valores perpetrados pelo mito, tais quais: fé, família, propriedade, pátria, segurança, etc. A “mobilização vertical”, portanto, requer um suporte espiritual e uma guarnição muito prática. A parte prática é a militarização e a pasteurização de ideias por meio dos ímpetus propagandísticos, imunes à reflexividade e alheios à contemporização; a dimensão espiritual é a cultura da supremacia nacional, em nome da qual todos os preconceitos e ódios encontram prévia justificativa.

O fascismo, portanto, é uma revolta contra o materialismo histórico e dialético, suas perspectivas de mundo, suas aspirações transformadoras da realidade social. Como movimento reacionário, que não mede esforços para anular a oposição dos trabalhadores na luta de classes, é uma visão apaixonada de convicções idealistas, em favor das elites econômicas e políticas que assaltam o poder de Estado para perpetuar, sob nova modalidade, o domínio do capital nas relações sociais. É, portanto, uma mentalidade e uma ação, que, se é datado como evento

histórico e localizado geograficamente em sua origem ítalo-germânica, vem se desdobrando no tempo e no espaço, reconfigurando as fronteiras das democracias liberais em permanente crise de representação política e de capacidade de satisfazer as demandas dos mais distintos grupos e classes sociais. O fascismo, em muitos aspectos, atravessou o século 20 e aterrissou neste novo milênio despertando novos sentimentos, edulcorando novas condutas no mundo público, apesar de suas cercanias privadas. Esse paradoxo das ideologias de direita segue sendo desafio aos intérpretes do presente.

### III

Para pensar o fascismo como uma mentalidade que se expressa muito além dos limites de suas realizações históricas nas primeiras décadas do século XX, na Europa, encarando-o como um fenômeno que ainda se reelabora em diversas configurações da vida política, social e cultural em todo o mundo, é urgente frisar a dificuldade de delinear um perfil psicológico do indivíduo fascista. Tornou-se lugar-comum acusar oponentes de argumento no espaço público de “fascistas”. Nos diversos matizes do espectro ideológico, da extrema-esquerda à extrema-direita, a alcunha “fascista” foi banalizada. Em nome de agraciar o interlocutor com uma adjetivação “terrível” e “indefensável”, o *outro* transformou-se em fascista, seja porque defende a presença do Estado na vida pública, seja porque não incorpora em seu modo de pensar e viver os considerados valores e direitos das minorias. Liberais e socialistas, progressistas e conservadores, há um fascismo inédito e apropriado para cada tipo humano no universo político e social. Retirado da história, contudo, o fascismo se presta a tudo, menos à verdade. Mais do que isso: o fascismo como evento específico do século 20 – das sociedades de massa e da indústria cultural, portanto – é um acontecimento social. As consciências individuais que em seus desdobramentos foram engendradas e fortalecidas não pertencem a uma única classe. A base social, do fascismo, portanto, é ampla e heterogênea.

Sobre isso, de forma precisa, explica Konder:

Precisamente por ter chegado a se tornar movimento de massas, o fascismo não pôde deixar de mobilizar (e não pode deixar de continuar a mobilizar) gente de toda espécie. Fixar unilateralmente a atenção nos indivíduos é um modo de perder de vista o social, um daqueles casos em que, como dizia Hegel *as árvores impedem de enxergar a floresta* (2009, p. 155).

Há brancos e negros fascistas. Homens e mulheres também. Ricos e pobres, sem dúvida. O poder da propaganda na arquitetura social fascista é exatamente o de atingir as massas, tornando suas partes indivisíveis. A ideologia fascista determina como diferente (como alvo, pois) o *outro*, o estrangeiro incrédulo ou ameaçador, o grupo étnico desafeito à pátria, aqueles que não cultuam nem são dignos do “mito nacional”. Dentro das fronteiras de sua atuação

política – leia-se: dentro das circunscrições do Estado-nação –, todos são iguais, legítimos e honrados “filhos da pátria”. É nesse sentido que importam menos os perfis individuais. A questão é buscar a explicitação do tipo humano fascista, um sujeito singular na história e, ao mesmo tempo, modelo de inúmeras replicações e reajustes nas dimensões espaço-temporais.

#### IV

O tipo humano burguês tem duas dimensões: a *sociológica*, que determina um lugar na esfera produtiva e na estrutura de classes sociais, e a *filosófica*, que pode ou não professar os valores típicos da sociedade em que vive, mas, ao não ser capaz de superá-la (mesmo quando dela é crítica contumaz), contribui para o desencadear de seus processos hegemônicos (KONDER, 2000: p. 14-15).

Assim, esclarece Konder, numa sociedade hegemonzada pelos valores da burguesia, todos os indivíduos, inclusive os mais contestadores, acabam por reproduzir a ordem social de alguma maneira. Em momentos de cerceamento das possibilidades de pensar e agir de modo diferente, restringindo-se a definição e a criação de espaços para a convivência entre múltiplas formas de ser e viver, o fascismo encontra terreno fértil e propício.

O crescimento da atuação política do operariado, graças às lutas históricas que atravessaram o século 19, ergueram uma comuna em Paris e garantiram as bases da conquista social de direitos antes inimagináveis para o conjunto dos subalternos na Europa, precipitou o advento histórico do fascismo, mobilizando os corpos e espíritos do tipo humano pequeno-burguês, o mais suscetível dos estratos sociais e, ao mesmo tempo, aquele capaz de catalisar os sentimentos das massas em favor das demandas dos grandes capitalistas.

Leandro Konder finaliza assim seu livro introdutório ao fascismo:

Não é por sentirem saudades dos tempos do capitalismo liberal que os grandes capitalistas torcem o nariz ante a crescente intervenção do Estado na economia (embora reconheçam que ela é necessária): é porque percebem que, se as forças populares chegarem a se apoderar revolucionariamente do aparelho do Estado, será mais fácil para elas servirem-se dele, agora, na transformação eficiente da estrutura social [...] Mesmo que a tomada do poder por parte das forças populares não lhes pareça estar na ordem do dia, os grandes capitalistas percebem, apreensivos, que o aparelho do Estado não é imune às pressões e infiltrações. O número de capitalistas diminui, ao passo que o número de assalariados aumenta. E o conteúdo de classe não basta para vaciná-lo contra contaminação de impulsos políticos provenientes da massa cada vez mais ampla e mais densa das camadas populares. Quanto mais importante se torna o controle do Estado, mais os grandes capitalistas são levados a lutar para “limpá-lo” de “incrustações democráticas”, empenhando-se cada vez mais radicalmente em funções repressivas e antipopulares.

E arremata, o autor de **A questão da ideologia**:

Daí a tentação do fascismo (2009, p. 175).

## V

Etimologicamente, o fascismo, essa tentação que articula classes médias e abastadas contra insurgências e processos de visibilidade das classes trabalhadoras, vem do latim *fascēs*, que designa um feixe de varas amarradas em torno de um machado. A imagem, que pressupõe a ideia segundo a qual “a união faz a força”, foi símbolo do Império Romano que flagelou e decapitou os cidadãos considerados desobedientes. A expressão “força pela união” – as varas garantindo sua condição inquebrantável e protegida –, de origem etrusca, representa bem a ideia de poder e autoridade associada à insígnia fascista.

A base social do movimento histórico fascista, conquanto heterogênea, uma vez que típica das modernas sociedades de massa, obteve junto aos segmentos intermediários das nações italiana e alemã seu epicentro. As classes médias incorporaram os sentimentos “*antitudo*” da agitação política e propagandista do fascismo, colaboraram na mobilização de cima para baixo das massas desempregadas e traumatizadas com as consequências da guerra em suas vidas e ergueram um Estado centralizador e violento, cuja economia obedecia ao princípio de acumulação de poder nas mãos dos burocratas e estabelecimento de alianças entre dirigentes políticos fascistas e representantes do grande capital.

O fascismo, na era do *capitalismo monopolista de Estado*, centrifugou o mercado, deu-lhe as regras ideais de funcionamento e, de modo jamais visto, promoveu a passagem de sociedades em crise institucional generalizada para modelos de “progresso”<sup>1</sup> e “bem-estar social”. Ao mesmo tempo, fez-se alternativa ao comunismo soviético e ao capitalismo “liberal” estadunidense. Criava-se, assim, uma terceira opção de vida social e configuração estatal, baseada em um movimento contínuo das massas, pela direita, ideologia beligerante e nacionalista (chauvinismo e práticas de eugenia étnico-racial) e manipulação das consciências em nome da aceitação de inimigos a vencer e objetivos patrióticos a alcançar.

Resta, no entanto, indagar: o fascismo como evento histórico ou mentalidade sociocultural pôde se afirmar em que tipo de realidade e através de quê? Possíveis respostas a

---

<sup>1</sup> Sempre é oportuna a lembrança da ideia de progresso contida na tese sobre a História n.º 9, de Walter Benjamin. Tal qual aos olhos assustados do anjo da História, o “progresso” fascista é uma tempestade. [*Há um quadro de Klee que se chama Angelus Novus. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso.*] In: BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História. In: **Obras Escolhidas**, vol. 1. São Paulo, Brasiliense, 2010.



essa questão podem elucidar como foi possível que esse “absurdo” se tornasse realidade durante tanto tempo e sobrevivesse como valor ideológico após a Segunda Grande Guerra (1939-1945).

## VI

O historiador italiano Renzo De Felice (1929-1996) foi um dos mais prestigiados estudiosos do fascismo. Seu livro **Explicar o fascismo**, publicado em 1976, é considerado uma obra de referência no assunto. Ainda que algumas críticas quanto ao caráter conservador de sua análise a coloquem em condição de suspeição, principalmente pelo fato de insistir que o fascismo foi, de fato, um evento circunscrito a Itália e a Alemanha da primeira metade do século 20, é irrefutável a genuína contribuição que a obra empresta a reflexões sobre a insistência do fenômeno fascista neste início do século 21, senão como “evento histórico”, ao menos como ingrediente cultural de uma época em que recrudescem fundamentalismos e práticas de preconceito e exclusão.

De Felice considerava que não havia apenas uma explicação pertinente acerca do fascismo. Ele o entendeu como “regime”, datado e localizado, como frisado anteriormente, e também como “movimento” (DE FELICE, 1978, p. 17). Embora tenha se dedicado mais à primeira forma do fenômeno, De Felice investigou algumas das razões pelas quais o fascismo se tornou um advento tão potente, cujas raízes ainda se movimentam pelo terreno histórico.

Nesse sentido, escreveu De Felice, o fascismo foi possível em nações cujos processos de mobilidade social se revelaram mais rápidos e intensos, pelos quais massas empobrecidas obtiveram ascensão social e ganhos materiais de forma até então imprevisível. Ao mesmo tempo, o fascismo encontrou caminhos adequados para prosperar onde a economia agrário-latifundiária possuía lastro nos processos de formação sociocultural, com vestígios tanto na forma de definir e estabelecer as relações sociais quanto na capacidade de influir sobre toda a vida produtiva nacional. Uma trajetória pregressa de inflação, desemprego e alto custo de vida também corroboraram a estruturação de um espaço ideal para o florescer fascista. De Felice postulava ainda que a fragilidade da vida parlamentar (com sua senilidade ou não autonomia ante os demais poderes constituídos), ao colocar em xeque a legitimidade da democracia, impunha a necessidade de alternativas mais “robustas” de governo (DE FELICE, 1978, p. 24).

É de admirar a semelhança dessa *tipologia* de De Felice com a realidade vivida no Brasil nos últimos anos, principalmente a partir das chamadas Jornadas de Junho<sup>2</sup>, em 2013. Se há elementos para pensar a emergência de um *fascismo cotidiano* na sociedade brasileira, eles estão em boa medida nas condições essenciais para seu surgimento expostas por De Felice há mais de quarenta anos. Democracia frágil (parlamento cooptado, judiciário alinhado com as pautas políticas da elite econômica de origem agrária), histórico de fracassos na economia (com crises sucessivas e agudas na geração de emprego e renda para as classes médias) e, no polo oposto, após a chegada ao poder de forças políticas à esquerda no espectro ideológico, ascensão social dos mais pobres via ação do Estado, por meio de políticas públicas de transferência de renda (Programa Bolsa Família) e inclusão social dos trabalhadores e seus descendentes nos mercados de bens materiais e simbólicos (acesso a bens duráveis e abertura de vagas no ensino superior lugar, por exemplo).

De acordo com De Felice, o fascismo tinha uma face aberta: um projeto de insurgência das classes médias para reconquistar seu lugar de prestígio na estrutura social. Era essa a sua base social exclusiva, sem a necessidade de mobilizar “os de baixo”. Tratava-se, pois, de uma ação própria, que nada tinha a ver com resistência ao crescimento dos movimentos populares. Daí seu aspecto conservador. No caso brasileiro, sobressai o “polo oposto”: o fascismo como ódio de classe e, ao mesmo tempo, como ação contrarrevolucionária, anticomunista e antidemocrática por excelência, disposta a reconduzir as classes populares ao seu lugar histórico de subalternidade.

## VII

Urge, então, compilar as razões pelas quais De Felice entende como se deu o enraizamento do fascismo na qualidade de “movimento” no início do século 20. É nesse aspecto que sua obra apresenta convergências com a análise de Leandro Konder e permite, para as pretensões deste pequeno artigo, refletir sobre a existência de um *fascismo cotidiano* no Brasil atual.

---

<sup>2</sup> Surgidas logo após o início de protestos contra o aumento de 20 centavos na passagem do transporte coletivo na capital paulista, liderados pelo Movimento Passe Livre (MPL), as chamadas Jornadas de Junho tomaram as ruas do país nas semanas em que ocorreu a Copa das Confederações, em 2013, um ano antes da Copa do Mundo da FIFA no Brasil e da eleição presidencial que manteve no cargo a Presidente Dilma Rousseff. Sob slogan original “*Não é só pelos 20 centavos*”, o movimento se ampliou e se tornou uma massiva ocupação das ruas por diferentes grupos e classes sociais, em intensa disputa por protagonismo político. As Jornadas de Junho dividiram a crítica e multiplicaram, em termos ideológicos, as análises positivas e negativas acerca de suas intenções e desdobramentos. Foi durante esses eventos que a direita “verde e amarela” organizou suas mobilizações que, pouco tempo depois, exigiram o impeachment de Rousseff, consumado em 2016.

Havia na Europa e nos círculos em que o fascismo vicejou com mais facilidade (incluindo nisso os regimes autoritários posteriores às duas grandes guerras na Grécia, em Portugal e na Espanha) uma concepção mística da política e da vida em geral, com profundo desprezo pelo indivíduo comum (a ponto de muitos liberais considerarem o fascismo uma *doença moral*) e enorme crença em ações diretas e decisivas pela autoridade central. O chefe era o mito e encarnava todo o ideal de nação, mobilizando continuamente as massas, em nome do partido a através de um regime *policialesco*, com total controle das fontes de informação e propaganda. De Felice apontava ainda o conservadorismo de fundo a proteger a “revolução verbal” e o modernismo de fachada do fascismo. Para tanto, a política convertia-se em ação assistencialista de tipo populista, para “acalmar” as massas e enfraquecer as forças antifascistas. O apoio das classes médias era fundamental, uma vez que a elas era creditado o poder de disseminação da “opinião pública”. Militarismo e aparato repressivo andavam de mãos dadas e pés juntos. Fundamental, para De Felice, era observar a existência de uma economia privada que se expandia graças às intervenções do poder público nas esferas produtivas. A direção econômica da sociedade, portanto, era uma aliança promíscua entre grandes capitalistas e dirigentes fascistas, o que colocava todos os conflitos políticos nascidos no mundo do trabalho sob jurisdição estatal, ou seja, desde sempre cooptando ou criminalizando os trabalhadores e suas instituições representativas (DE FELICE, 1978, p. 25).

Apesar do caráter meramente ilustrativo dessa nova tipologia de De Felice, para pensar as possibilidades de um fenômeno fascista mais amplo e de certa maneira independente de sua versão como “regime político histórico”, é flagrante sua inserção em algumas experiências do Brasil contemporâneo.

Os movimentos sociais que saíram às ruas, pela direita, para exigir o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), além da “condução externa”, midiática e partidarizada, carregavam consigo forte rejeição a programas sociais, aos benefícios públicos destinados às camadas mais pobres e vulneráveis da população. Vestidos de verde e amarelo, os manifestantes enalteciam o “mito nacional” e pediam o fim da “corrupção” dos *esquerdistas* nas estruturas do poder. A tendência autoritária se revelava na exigência, por fragmentos dessas mobilizações, de “intervenção militar” no Brasil, fato indicador, nos termos de Jacques Rancière, de um *ódio à democracia*.

Rancière, aliás, atesta que a democracia é o reino dos excessos e promove continuamente, por conta de sua intensidade, crises e ruínas, segundo seus “inimigos”. O fato de a vida democrática permitir crescente participação popular nos assuntos públicos, aumentando as demandas do Estado e abrindo brechas em sua composição política, desloca o

discurso conservador para a esfera do indivíduo, cuja autorrealização passa a ser o objetivo maior das sociedades contemporâneas. Essa constatação do autor de **O desentendimento** vai ao encontro da conclusão de Konder em seu livro sobre o fascismo: a paixão dos grandes capitalistas por um mundo sem trabalhadores e suas reivindicações suporta tudo, desde a opção pelo fascismo até o uso instrumental da democracia, que atomiza a sociedade e nega toda experiência política coletiva e de classe. Não fosse uma expressão tão obtusa, chamar-se-ia esse recurso de “fascismo às avessas”, cumprindo, no entanto, a mesma função de minar as energias dos movimentos de classe dos trabalhadores. Rancière, não à toa, afirma que a democracia costuma ser mais agredida por seus ferrenhos defensores em discurso. Na prática, tais quais os fascistas e a classe média “verde e amarela”, em vez de modernizar a vida social, os “democratas” retroagem ao que há de mais anacrônico e autoritário (RANCIÈRE, 2014, p. 16-17).

Em livro recente, publicado em 2016 e intitulado **A difícil democracia**, o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos intui que as democracias contemporâneas se modernizaram do ponto de vista institucional: dividiram-se em três poderes, garantiram a periodicidade das eleições, promoveram aberturas comerciais e diplomáticas, incentivaram a liberdade *relativa* de opinião e imprensa, esforçaram-se por estabelecer parâmetros mínimos de convivência entre os inúmeros grupos representantes da diversidade social. A experiência cotidiana, contudo, permanece marcada e orientada pelas práticas autoritárias, que veem no outro um obstáculo, nunca uma parceria. Nesse sentido, as relações nos ambientes familiares, escolares e de trabalho, por exemplo, são consequência do elitismo das classes dominantes, que reiteram velhos preconceitos e revalidam antigas condutas de exploração e exclusão. A enorme e fatídica persistência das desigualdades sociais, que, entre outras coisas, cavam abismos intransponíveis entre ricos e pobres, é claro sinal desse “atraso” das modernas sociedades democráticas (SOUSA SANTOS, 2016). Os ingredientes culturais da mentalidade fascista na experiência cotidiana, aquela que se revela, sutil ou abertamente, “*antitudo*”, suspendem diálogos e empatias, tornando o espaço público um campo de disputa entre particularismos. Entra em cena (se é que um dia se retirou) o *paradoxo da direita*, que, apesar das exigências de universalização da questão política, não consegue se livrar de seus interesses em nada abrangentes.

## EPÍLOGO

É um risco falar de fascismo sem banalizá-lo, como adverte Leandro Konder. O uso abusivo da palavra, para maldizer todo tipo de gente, virou moda. Em nome de uma adjetivação contra a qual não há defesa, vale tudo, inclusive romper com a ética e a responsabilidade no trato de conceitos e categorias.

Neste artigo, a ideia de *historicizar* o fascismo obedeceu a uma exigência autoimposta de rigor e desejo por entender o momento presente da vida brasileira, sobretudo no que diz respeito à insistência de certa cultura fascista no pensamento e na prática cotidianos. Para tanto, De Felice e Konder foram requisitados para dar suporte e efetividade nas análises. Erros e eventuais abusos de interpretação não lhes devem ser creditados, é claro.

*O fascismo cotidiano* reitera preconceitos e coloca em situação delicada o ideal de uma sociedade democrática, na qual a unidade da diversidade seja possível em um ambiente público de valorização do *outro*, suas ideias e histórias. O longo passado colonial brasileiro e todas as condições socioculturais de formação da nação ainda estimulam os fantasmas distantes do fascismo, dando ênfase a controles externos, mobilizações verticais e cooptação de poderes e instituições para servir às classes dominantes e às elites econômicas, forjadas na herança rural do privatismo e da violência como instrumento exclusivo de resolução de conflitos e satisfação de interesses.

Assim, golpes e rupturas nunca são casuais.

## REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História. In: Obras Escolhidas, vol.1. São Paulo, Brasiliense, 2010.

DE FELICE, Renzo. Explicar o fascismo. Lisboa: Edições 70, 1978.

KONDER, Leandro. Introdução ao fascismo. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. Os sofrimentos do “homem burguês”. São Paulo: SENAC, 2000.

LIGUORI, Guido; VOZAS, Pasquale (orgs.). Dicionário Gramsciano. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

RANCIÈRE, Jacques. O ódio à democracia. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

SOUSA SANTOS, Boaventura. A difícil democracia: reinventar as esquerdas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

**RESUMO:** Em meados da década de 1970, o filósofo marxista Leandro Konder publicou um pequeno livro intitulado *Introdução ao fascismo*. A obra teve algumas reedições e chega ao início do século 21 carregando um enorme desafio à reflexão, qual seja: para além da política de Estado, fortemente centralizadora e aguçadamente violenta, quais as outras fronteiras em que opera a mentalidade fascista? Num momento histórico de binarismos que obstruem o raciocínio e empobrecem a ação, o fascismo viceja nos modos de encarar a existência, tanto no plano subjetivo quanto, principalmente, na dimensão objetiva. Konder já afirmava que o que torna o fascismo um oponente difícil de enfrentar é sua invisibilidade - seus adeptos o negam, seus desafetos não o percebem, o sujeito comum o ignora. Em face dessa indiferença, ele se fortalece em silêncio, corroendo modelos de educação familiar, escolar e públicos, em cujos variados espaços se dissemina como algo "natural" e "normal". O objetivo deste trabalho, pois, é investigar as tensas relações entre a herança social do fascismo (explicitada por Konder com maestria) e as condutas políticas dos atores contemporâneos, sobretudo nos espaços de opinião na imprensa e na vida cultural do país.

**Palavras-chave:** Fascismo, Direita, Leandro Konder, Vida Cotidiana, Indiferença.

**ABSTRACT:** In the mid-1970s, the Marxist philosopher Leandro Konder published a small book entitled *Introduction to fascism*. The work had some re-editions and arrives at the beginning of the 21st century, posing an enormous challenge to reflection, namely: in addition to State policy, strongly centralized and sharply violent, what are the other frontiers in which the fascist mentality operates? In a historical moment of binarisms that obstruct the reasoning and impoverish the action, fascism thrives in the ways of facing existence, both in the subjective plane and, mainly, in the objective dimension. Konder already stated that what makes fascism an opponent difficult to face is its invisibility - its adherents deny it, its opponents do not perceive it, the ordinary guy ignores it. In the face of this indifference, it strengthens itself in silence, eroding models of family, school and public education, in whose varied spaces it spreads as something "natural" and "normal". The objective of this work, therefore, is to investigate the strained relations between the social heritage of fascism (spelled out by Konder with mastery) and the political conduct of contemporary actors, especially in the spaces of opinion in the press and in the cultural life of the country.

**Keywords:** Fascism, Right, Leandro Konder, Everyday Life, Indifference.

\* Artigo recebido em 25/07/2020

\* Artigo aceito em 30/08/2020

## **A CONSTRUÇÃO DO NACIONAL-POPULAR NAS REVISTAS DO MODERNISMO (1922-1929): O CASO DA REVISTA DE ANTROPOFAGIA**

Marcelo Augusto Totti\*

A década de 1920 um período de inflexão na sociedade brasileira, em especial o ano de 1922, data que marca inúmeros acontecimentos que estabeleceram uma ruptura com o passado e propuseram a afirmação da nacionalidade e a busca de uma identidade. Dentre esses movimentos estava a semana de arte moderna, que muito além de um movimento estético de contestação dos antigos valores da sociedade colonial transformou-se em um movimento político de questionamento do arrivismo e do estrangeirismo reinante na sociedade brasileira.

Para disseminar suas ideias, o movimento modernismo teve como um de seus instrumentos de divulgação inúmeras revistas que circularam por um curto espaço de tempo e com uma periodicidade pouco regular. A Revista da Antropofagia, objeto de análise desse trabalho, teve duas fases, em seu primeiro momento iniciando em maio de 1928 a revista teve 10 edições e na segunda contou com 16 edições, mesmo com circulação restrita contou com a colaboração de intelectuais de peso como Mario de Andrade, Oswald de Andrade, Carlos Drummond de Andrade entre tantos outros. Com poemas, letras de música, literatura e artigos, a revista foi um expoente da afirmação de nossa identidade ao buscar no povo brasileiro, no índio, no negro escravo, nossas principais características sintetizadas nas estrofes de Mário de Andrade em *Lundú do escravo*, ou em tom mais político de Oswald com *Schema ao Tristão de Athayde* são exemplos dessa ida ao povo para buscar nossas raízes culturais.

Assim, a construção do nacional-popular tem origens no modernismo, o citado artigo de Oswald é um exemplo de como o catolicismo brasileiro teve elementos de uma antropofagia, um sincretismo misturando-se com elementos populares e religiões de origem africana. O objetivo deste artigo é em analisar como o nacional-popular esteve presente na Revista de Antropofagia e como se constituiu em elemento de contestação e afirmação de uma nacionalidade.

### **Os anos 1920: intelligentsia e construção de uma identidade nacional**

---

\* Docente do Departamento de Sociologia e Antropologia/Unesp/Campus Marília.

Como dito nessa pequena introdução a década de 1920 foi um momento de profunda inflexão na sociedade brasileira, de transformações significativas para a vida social do país. Foi neste período que inúmeros acontecimentos deram outros contornos sociais, dando impulso a perspectivas transformadoras que abalaram os alicerces de uma sociedade oligárquica, patrimonialista, arrivista e profundamente demarcada pelo estrangeirismo. Essas relações estavam presentes nas artes, nas formas de pensamento, como também nas relações cotidianas, Sevcenko (1995) narra como a cidade do Rio de Janeiro passou por um processo de “desestabilização e reajustamento social” logo no período subsequente a proclamação da República, atingindo a elite colonial em suas diversas formas de expressão, porém, ofuscando, reprimindo e exterminando tudo o que advinha do povo e das classes populares.

Não foram poucas as investidas contra as denominadas “classes perigosas”, uma espécie de lupemproletariado que vivia à margem das relações produtivas e consideradas potencialmente perigosas: carroceiros, floristas, engraxates, prostitutas, ratoeiros, ciganos e a famosa figura do capoeira figuravam “nas estatísticas criminais da época, especialmente as referentes às contravenções do tipo desordem, vadiagem, embriaguez, jogo” (CARVALHO, 1987, p.18). No romance *O Cortiço*, Aluísio de Azevedo narra a saga do cortiço em que viviam inúmeras pessoas onde o maior orgulho era manter leis próprias, a lealdade entre os moradores e impedir a entrada da polícia. Assim, seus moradores cerravam fileiras impedindo a entrada da polícia, mas nem sempre o romance imita a vida e na vida real algo diferente ocorreria não somente com a entrada da polícia, mas com a derrubada de cortiços, antigos casarões e demolindo qualquer foco de resistência popular.

A inserção do Brasil na chamada *belle époque* ocorreu de maneira compulsória e impositiva, a cidade do Rio de Janeiro centro comercial e político passou por uma profunda transformação arquitetônica dos seus espaços públicos, com impactos decisivos nos hábitos e costumes ligados ao antigo período colonial. A República impôs novos desígnios “civilizatórios”, para isso foi necessária “a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade” (SEVCENKO, 1995, p.30). A expulsão dos grupos populares não se deu apenas no centro da cidade, a lei Adolfo Gordo, aprovada em 1907, previa a expulsão de ativistas estrangeiros do país, inúmeros foram os militantes anarquistas de origem europeia e norte-americana presos e expulsos do país por conotações políticas.



Nas artes, na literatura e na intelectualidade em geral retratava-se o modelo parisiense, “o mundo literário voltou-se para Paris, os poetas sonhavam viver em Paris e, sobretudo, morrer em Paris” (CARVALHO, 1987, p.39). Na intelectualidade, autores conservadores do quilate de Alberto Torres reclamavam frequentemente da frivolidade da nossa intelectualidade “alheia à vida da sociedade” incapaz de encarar os grandes desafios da nação, culminando nas “formas do diletantismo e do pessimismo” (TORRES, 1982, p.86).

Além do diletantismo, a intelectualidade estava permeada pelas influências positivas e científicas do século XIX, de fundo sociogênica, prevendo uma evolução natural por meio da seleção natural. Lívio de Castro era desses autores que procurava explicar a “inferioridade intelectual” da mulher como sendo de ordem biológica e cultural, com supostas pretensões científicas embasadas em uma antropometria onde a restrição da mulher ao ambiente doméstico tolhia-la do desenvolvimento cognitivo mais aguçado. Desse modo, o sexo oprimido precisaria de um processo de aprendizagem e desenvolvimento com alguém de capacidade craniana compatível para inseri-la no processo social. (CANDIDO, 2006).

Para além de uma sociogenia, o que dominava os debates intelectuais eram as teorias raciais, não foram pouco os autores que se debruçaram sobre o assunto; Silvio Romero, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna e o médico baiano Nina Rodrigues foram expoentes dessa vertente que procurava justificar e explicar a escravidão por meio da supremacia racial do mundo branco<sup>1</sup>. Tais teorias encaravam o negro e o índio como sérios entraves ao progresso civilizacional da elite brasileira, nas palavras de Ortiz (2006, p.20) isso é observável nos “estudos de Nina Rodrigues sobre as culturas negras decorrem imediatamente de suas premissas racistas; se é verdade que procurar compreender o sincretismo religioso, é porque o considera como forma religiosa inferior”

Ainda segundo Renato Ortiz (idem, p.26) o predomínio desse ideário seguiria até meados de 1914, pois começava a se processar a ideia de uma identidade nacional e como pensar nessa identidade sem a incorporação do negro e do índio, uma perspectiva dissidente com críticas ao bacharelismo e “a imitação do estrangeirismo seriam os fatores que contribuiriam para o florescimento dessa miopia nacional”.

---

<sup>1</sup> No momento em que escrevo esse artigo, os Estados Unidos da América estão sendo assolados por uma onda de protestos que chega em seu nono dia motivados pelo assassinato de George Floyd, um homem negro asfixiado até a morte por um policial branco em Minneapolis.

Começava a convulsionar um movimento de contestação de tais ideias e em busca de uma identidade nacional, os anos 1920 é um momento de profundas transformações e acontecimentos que viriam a questionar os antigos padrões estéticos, culturais e sociais advindos da República. Foi nesse período que começaram a ocorrer reformas educacionais nos Estados tendo como linha mestra os ideais do movimento escola nova. A reforma Sampaio Dória em São Paulo, Rocha Vaz no Rio de Janeiro não tiveram a chancela das ideias escolanovistas, mas davam certa organicidade a um sistema de ensino caótico. Porém, as reformas capitaneadas por Anísio Teixeira na Bahia, Lourenço Filho no Ceará, Francisco Campos em Minas Gerais e mais fortemente Fernando de Azevedo no Distrito Federal davam o tom renovador nas políticas educacionais, até então demarcadas pela inorganização e ausência de políticas no setor.

O epicentro de tais mudanças certamente foi 1922, nesse ano ocorreram acontecimentos que marcariam profundamente a história brasileira. Poderíamos começar com a própria simbologia de 1922 – centenário de nossa Independência, data que não passaria em branco e seria o ensejo para pensar qual seria a nossa independência e os rumos de um país nitidamente atrasado e politicamente dominado por uma oligarquia cafeeira. O mandonismo e o patrimonialismo davam o tom das relações políticas que consistiam basicamente no domínio do Partido Republicano Paulista. Diante dessa conjuntura que irradiaram pelas ruas de Copacabana 17 militares e 1 civil, movimento que fora denominado os 18 do forte de Copacabana, que demonstrava a insatisfação de militares de baixa patente com a política oligárquica e seria um preâmbulo mais adiante do movimento tenentista.

Ainda em 1922, temos a fundação do Partido Comunista Brasileira (PCB), agremiação política que surge com a proposição de superação da sociedade capitalista, oriunda de inúmeras agremiações originárias do anarquismo e impactadas pelas repercussões da revolução Russa, congregava em sua fundação delegados de várias cidades, em sua maioria da classe operária com o ideal de “conquista do poder político pelo proletariado e pela transformação política e econômica da sociedade capitalista em comunista” (SEGATTO, 1981, p.20). Apesar de pequeno em seu início, o surgimento de um partido com tais propósitos emana uma simbologia contestatória e de ruptura com o status quo vigente, não podendo ser simplesmente ignorado da correlação de forças do período.

Em resumo: numa sociedade cuja economia dependia essencialmente da exportação de produtos primários e na qual o sistema político e as práticas eleitorais fraudulentas (os presidentes eram quase sempre eleitos com cerca de 90% dos votos) davam aos representantes das velhas oligarquias um poder político incontestável, o mundo moderno, que cresce e se industrializa, reivindica a modernização econômica e política da nação (MARTINS, 1987, p.75).

O ponto alto desse movimento de contestação é sem sombras de dúvidas a semana de Arte de Moderna em 1922, com questionamento aos padrões culturais da belle époque, o movimento modernista não se restringiu a fins meramente estéticos, criaram novas formas de pensar e conhecer o Brasil a partir da arte, da cultura e de literatura. Esse movimento inicia-se com Mario de Andrade em uma visita as Minas Gerais em 1919 para estudar a arte religiosa brasileira. Para ele, a expressão artística construída na no século XVIII, com destaque para as obras de Aleijadinho seriam autênticas criações nacionais e demarcariam a identidade nacional.

O barroco construído em Minas Gerais diferenciava-se do barroco italiano e do barroco português, tendo traços de originalidade e por serem genuínos na expressão do rococó;

Distinto das matrizes europeias, o barroco mineiro se caracteriza pelo traçado contido, harmônico, e pela graciosidade da linha curva. Mais simples que os modelos lusos, o barroco mineiro, segundo Mário, incorporaria em seu plano arquitetônico o elemento decorativo, o que lhe conferia uma unidade estética mais bela e nobre, estando isento de uma decoração abundante, exagerada, extravagante, que seria de mau gosto na visão marioandradina (NATAL, 2007, p.199).

Mario de Andrade não rejeitava o modelo europeu, a singularidade do barroco ensinaria algo mais amplo como uma corrente artística típica de brasilidade, capaz de colocar o Brasil como uma referência artística, dando dignidade dentro dos valores artísticos universais, “só é brasileira a arquitetura religiosa das Minas Gerais porque encerra em si uma dignidade artística universal; e só é universal, essa mesma arquitetura, porque traduz o espírito de um povo, ou seja, funda a manifestação de uma nacionalidade” (NATAL, 2007, p. 201).

Essa concreticidade e esse instituto de nacionalidade resgatava aspectos que não se manifestava apenas em uma temática e sim na interpretação, na abordagem artística e nos pontos de vista destacado pelo autor de sua obra, conforme destaca Coutinho: “esse vínculo com a concreticidade nacional-popular não entra de modo algum em contradição com o caráter universalizante de toda a criação artística” (2011, p. 58). Tal aspecto se refere as condições históricas, sociais e conjunturais que estão nas raízes do movimento modernista e formas os pressupostos de uma nova estética com identidade popular,

vinculando o concreto-real inerente ao povo com a totalidade universal, “tanto mais lhe será possível elevar-se àquele nível de particularidade – de universidade *concreta* – sem a qual não existe grande arte” (idem, p.59 – grifos do autor).

Esse mesmo objetivo foi expresso pelo grupo modernista dois anos mais tarde em uma incursão pelas Minas Gerais, as afinidades do grupo afinavam para buscar referências de uma arte própria, sem vínculos estrangeiros e com referência política-identitária. A própria viagem por Minas Gerais encarnava uma experiência única, ao escolherem o período da semana santa para ficar em Tiradentes e presenciarem a manifestação religiosa que se realizava em conjunto com as festividades unindo dois pontos diversos ao catolicismo lusitano: sagrado e profano. O que na consideração do grupo era uma autêntica manifestação brasileira.

O movimento modernista vai adquirindo duas conotações que são complementares de um, “*projeto estético*, que é a crítica da velha linguagem pela confrontação com uma nova linguagem, já contém em si o seu *projeto ideológico*” (LAFETÁ, 2000, p. 20 – grifos do autor). O projeto estético era remodelador e caracterizou os primeiros anos do modernismo, a busca do passado estava em recuperar o tradicional em suas diversas manifestação, ao contrário de um naturalismo ingênuo que propunha-se recuperar o passado sempre rememorado em suas diversas tradições populares, o movimento modernista busca a vivacidade da experiência popular, o que neste caso era o moderno, porque recuperava o tradicional com fins interpretativos e não meramente descritivos. Resgatar o nosso passado seria resgatar a nação, o modernismo “não ficou apenas no desmascaramento da estética passadista, mas procurou abalar toda uma visão do país que subjazia à produção cultural anterior à sua atividade” (idem).

O modernismo assim, politiza a questão cultura ao romper a “separação entre o erudito e o popular. Pela incorporação do falar cotidiano à escrita e a linguagem e à linguagem literária (preocupação central em Mário de Andrade), dos ritmos afro-brasileiros à música (Villa-Lobos) ou das figuras do povo à pintura (Portinari e Di Cavalcanti)” (MARTINS, 1987, p.76). Esse elemento é fundamental na compreensão estética desenvolvida por um de seus líderes Mário de Andrade, para o modernista não é simplesmente uma transposição de uma relação à outra ou uma simples recuperação e catalogação dos elementos folclóricos de nossa literatura nos moldes de um Silvio Romero, “O que importa, todavia, é que em Mário de Andrade a distância entre a arte popular e a arte erudita diminui consideravelmente, atingindo produções excepcionais um grau de interpenetração e de equilíbrio notáveis” (FERNANDES, 2003, p.169).

Com o fundamentado de resgatar as raízes nacionais ao politizar a questão cultural ao buscar no povo, nas tradições culturais nossas raízes, nossa nacionalidade e nossa identidade. Essa tradição está diretamente ligada à formação social do povo brasileiro, suas entranhas, raízes históricas, que passam pela cultura afro-brasileira, pela linguagem popular e por nossas características étnicas, “recoloca com força muita força a preocupação com o nacional e o tema do popular” (LAHUERTA, 1997, p.95).

A relação entre o nacional e o popular pode ser exemplificada na carta de Candido Portinari escreveu para sua namorada, em 1929. Portinari havia realizado sua primeira exposição individual no Rio de Janeiro na Associação dos Artistas Brasileiro e logo após embarca para Europa, onde tem acesso ao grande acervo artístico e a possibilidade de frequentar a Académie Julien<sup>2</sup>, muito comum entre aqueles que eram selecionadas pelas Escola Nacional de Belas Artes, como foi Portinari, ao decidir não frequentar escreve:

... Palaninho é da minha terra, de Brodowski. Palaninho é baixo, muito magro com a cara mole, esbranquiçado pelo amarelão, tem a cara de uma criança seca e doente ... Conheça aqui o Palaninho, depois de ver tantos museus, tantos castelos e tão civilizados... Você nunca viu o Palaninho... no Brasil, nunca pensei em Palaninho... Daqui fiquei vendo melhor a minha terra - vendo Brodowski como ela é. Aqui não tenho vontade de fazer nada ... Vou pintar o Palaninho, vou pintar Aquela gente com Aquela roupa e com Aquela cor (PORTINARI, 1929).

Palaninho é a expressão cultural do povo do interior paulista, do caipira em suas diversas manifestação, homem pobre que vive da terra e de seus afazeres, com roupa amarela surrada pela lida no campo, botas esgarçadas pelo uso, que vai na missa aos domingos com suas roupas remendas feitas de saco de milho e um paletó de listras faltando um ou dois botões. Mas, Palaninho também é sujeito engraçado e com profunda religiosidade, tem uma inteligência perspicaz adquirida pela lida na roça e um conhecimento empírico da natureza, suas estações, seu trabalho é orientado pela natureza a quem retira o seu sustenta. Palaninho é a uma das expressões de nossas raízes culturais, a quem Portinari procura expressar através de suas obras artísticas.

Abaixo a obra Palaninho, datada de 1930. Desenhada em grafite e papel.

---

<sup>2</sup> Académie Julien foi uma importante escola privada de pintura e escultura e tornou-se célebre pelo número e pela qualidade dos artistas que dali saíram durante o grande período de efervescência das artes plásticas que foi o início do século XX.



Fonte: <http://www.portinari.org.br/#/acervo/obra/3673/detalhes>

Ao recuperar o homem simples Portinari suplanta um dilema até então muito comum e dissociado no meio cultural: a relação entre o erudito e o popular. Essa conjunção é expressa ao incorporar o popular Palaninho em sua produção artística, mas ao mesmo tempo, as técnicas, a aprendizagem na academia francesa, os conceitos estéticos aprendidos e o diálogo com as mais avançadas vanguardas estão presentes em sua obra. Nesse caso, o popular é recuperado como matéria-prima, enquanto fundamento de nossas raízes e retratados como elemento significativo e com técnicas sofisticadas rompendo o dilema entre o erudito e o popular.

### **A construção do nacional-popular na revista de Antropofagia**

A referência que normalmente se faz ao nacional-popular tem suas raízes nas formulações do pensador italiano Antônio Gramsci. Ao discutir a literatura popular Gramsci destaca questões inerentes ao contexto histórico e social da formação cultural e unificação da língua e de características da vida italiana. Para o pensador italiano, o conceito de nacional-popular deve ser entendido dentro da disputa travada historicamente entre as classes sociais e dentro do processo de construção de uma hegemonia por parte do povo e do proletariado.

No caso italiano, a literatura popular não estaria incorporada à vida da nação, boa parte da tradição popular era anticlerical ou se valia de biografia de criminosos não tendo grande reconhecimento da intelectualidade. A literatura nacional italiana estava eivada de romances amorosos e tramas policiaiscas de tipo “pastiches” tendo imensas tiragens e sendo idolatrados por aqueles que pouco ou quase entendiam de literatura e geravam enorme apelo popular, no fundo o que se tinha na Itália era uma literatura popular que não era popular, além de que boa parte dessa literatura seria estrangeira. A intelectualidade italiana, por sua vez, tinha uma posição paternalista frente ao povo italiano não tendo uma consciência de missão que “indica uma relação de proteção paterna e divina, o sentimento de ‘autossuficiência’ de uma indiscutível superioridade, a relação como entre duas raças, uma considerada superior e outra inferior” (GRAMSCI, 2002, p.38).

Essa relação destacada por Gramsci é de afastamento dos intelectuais para com o povo, ligada à uma tradição livresca e sem relação alguma com a construção de um projeto político nacional que incorporasse os chamados grupos subalternos. Os intelectuais desconheciam as necessidades do povo, suas aspirações, desejos e sentimentos, a literatura italiana não tinha nada de nacional e muito menos de popular. Por assim dizer, existia um divórcio entre a classe culta e o povo, não existindo uma literatura de cunho nacional-popular. Assim, o conceito de nacional-popular liga-se diretamente aos outros demais conceitos do autor italiano de hegemonia e luta de classes.

Em sua dissertação de Mestrado sobre a música popular brasileira, Mariana Bueno de Oliveira (2018, p. 42) recupera esse elemento da disputa política intrínseca ao conceito de nacional-popular Gramsci. O nacional-popular estaria dentro de um processo de disputa de direção político, em que as classes subalternas devem organizar seus intelectuais para exercerem um processo de liderança dentro de uma luta travada tendo em vista “uma reforma intelectual e moral para que as classes subalternas exerçam sua hegemonia e para novas relações entre o povo e os intelectuais”.

Barboza (2019, p. 111) também coaduna das afirmações de Mariana Bueno salientando que nos “textos gramscianos, o nacional-popular aparece como uma estratégia política e cultural das classes subalternas.” Acrescenta ainda que o nacional-popular é uma forma das classes populares reelaborarem o passado histórico cultural em busca de novas perspectivas que integrem os grupos subalternos, sendo no contexto

italiano, uma resposta franca e direta ao futurismo de Marinetti<sup>3</sup>, ao nacionalismo burguês e principalmente ao fascismo.

Em sua tese de doutorado sobre o nacional-popular em Antonio Gramsci, Reis (2009) também salienta as relações entre passado/presente, intelectual/nação nas formulações do pensador italiano e remete que tais formulações devem ser entendidas dentro do contexto histórico italiano, mas pode ser pensado dentro de suas particularidades compreendidas pela mediação dos intelectuais

intelectualidade é uma concepção derivada do seu projeto nacional. Para Gramsci, a nação italiana somente assumiria um caráter popular à medida que determinados intelectuais incorporassem as questões dos subalternos como fonte de suas atividades específicas (REIS, 2009, p.154)

Como se vê, grande parte da literatura especializada observa as peculiaridades da categoria nacional-popular e seu conceito está diretamente vinculada a luta pela hegemonia política do proletariado e das classes subalternas. Além do mais, os escritos gramsciano sobre o nacional-popular datam dos anos 1930 (GRAMSCI, 2002), período posterior ao surgimento do movimento modernista no Brasil. Entendemos ainda, que tais relações entre o nacional-popular de Gramsci e o nacional-popular que surge no Brasil são de difícil assimilação visto que os contextos históricos são distintos e que a introdução de textos e das ideias do pensador italiano em território nacional ocorre décadas mais tarde.

Por outro lado, Carlos Nelson Coutinho apesar de destacar as diferenças entre o contexto brasileiro e italiano, acredita que é possível a utilização do conceito gramsciano para compreender a realidade brasileira

Embora a situação italiana divirja em muitos pontos da brasileira, acredito que a definição gramsciana do nacional-popular – precisamente na medida em que Gramsci o concebe como alternativa à cultura elitista, gerada na Itália pela predominância da ‘revolução passiva’ como forma de transformação social e pelo conseqüente processo de ‘transformismo’ (de cooptação) dos intelectuais – possa contribuir grandemente para iluminar algumas contradições da nossa vida cultural. (COUTINHO, 2011, p.53)

Coutinho (2011) considera o nacional-popular sob uma ótica mais ampla, de uma oposição-democrática no campo da cultura. A análise se pauta em distinguir uma tradição de uma cultura intimista e elitista ao qual discutimos na primeira seção deste artigo, “a descrição gramsciana adequa-se muito bem ao caso brasileiro: o nacional-popular, assim,

---

<sup>3</sup> O movimento futurista foi liderado por Filippo Tommaso Marinetti, que lançou um manifesto publicado na França em 1909. O movimento futurista tinha como característica o sentimento patriótico e enaltecimento da técnica, da velocidade e da glorificação da guerra, foi um dos braços culturais do fascismo.



é – visto pelo lado negativo – a quebra desse distanciamento entre os intelectuais e o povo”. A cultura intimista estaria na raiz desse distanciamento ao traçar uma ausência de aproximação e articulação entre intelectuais e povo, o nacional-popular, por sua vez, teria um caráter mais abrangente nessa aproximação e significaria um profícuo processo de construção política e hegemônica no interior da luta de classes.

A noção de nacional-popular deveria ser entendida no caso brasileiro dentro de uma disputa contra o chamado “cosmopolitismo alienado” de uma cultura intimista. O nacional-popular brasileiro reafirmaria a identidade nacional sem perder a conexão com o universal, enriquecendo inclusive o patrimônio universal, seria a contribuição nacional, o enriquecimento de nossa cultura frente aos elementos de uma cultura mundial, completa Coutinho (2011):

Quando defendido por artistas ou pensadores progressistas, esse ‘nacionalismo cultural’ conduz a sérios equívocos, que se expressam no empobrecimento da expressão estética e/ou na limitação das potencialidades críticas da consciência ideológica das forças populares (p. 55).

O nacional para Coutinho não está na valorização de uma suposta cultura autônoma, mas em destacar as mazelas do atraso brasileiro, os entraves e as dificuldades vivenciadas pelo povo brasileiro criando uma disputa entre uma forma idealista abstrata versus um realismo concreto, tendo uma consciência artística que se manifesta “no *ângulo* da abordagem, no *ponto de vista* a partir do qual o criador estrutura sua obra” (idem, p.58 – grifos do autor). Para o autor, relevante seria observar qual o ponto de abordagem desse real, qual realidade é a verdadeira análise do concreto que seria capaz de indicar qual classe ou bloco dirigente para “se constituir em classe efetivamente nacional – isto é, de superar uma visão fundada seus estreitos interesses ‘econômicos-corporativos’ e, desse modo, se servir de suporte para formulação de uma figura cultural de tipo nacional-popular, ou seja, como dimensão ‘ético-política’(valho-me aqui de categorias gramscianas)” (idem) e indica a literatura de Machado de Assis, Lima Barreto, Mário de Andrade, a pedagogia de Paulo Freire teriam elementos e poderiam ser representantes da expressão do nacional-popular no Brasil.

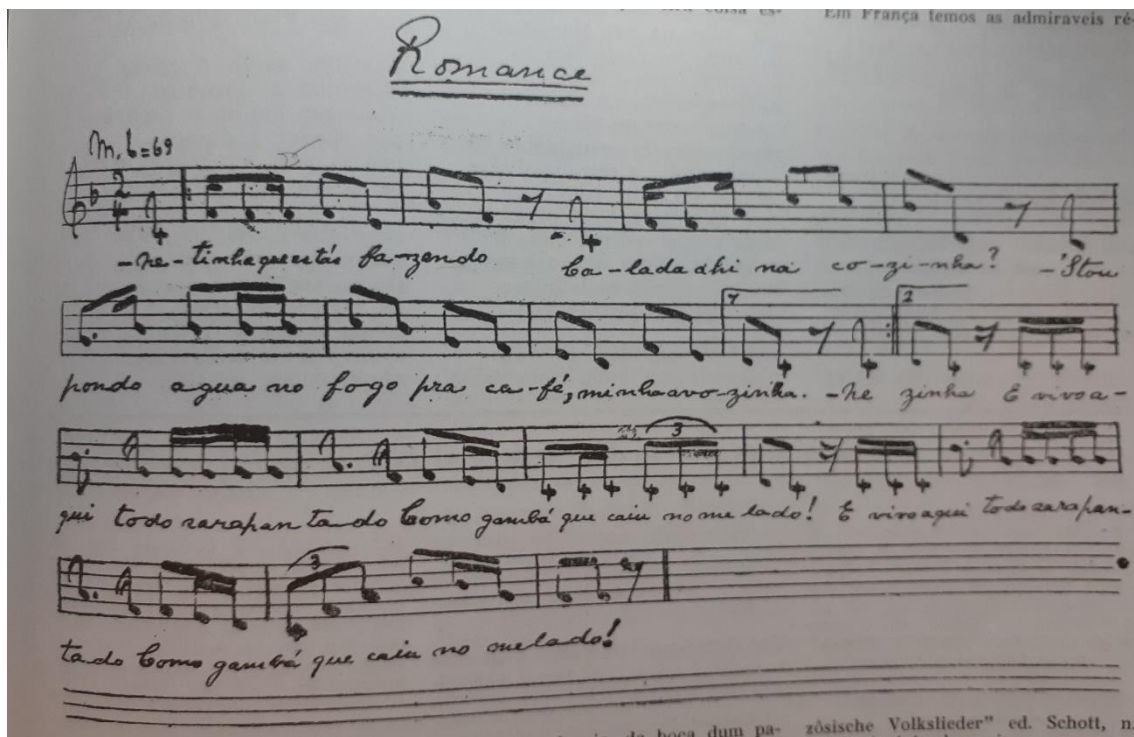
Ao analisar o movimento modernista e a revista de Antropofagia observamos alguns elementos característicos do nacional-popular apontados por Coutinho, como a distinção, a universalidade e a ida ao povo, a busca da identidade nacional na essência do povo e em suas raízes é fato marcante na revista. A escolha de Mário de Andrade ao recuperar não apenas no folclore, mas na música é patente dessa premissa, Lundu do Escravo é fundamental para entender essa aproximação entre o intelectual e o povo. O

Lundu é uma música e dança trazida por escravos africanos e reproduzida pelos negros em suas tradições de ancestralidade, Mário de Andrade catalogou e documentou em conversas com populares, não se contentando em apenas recuperar as letras, o modernista organiza as notas musicais e estrofes com destaque a melodia e a brasilidade dessa forma de expressão cultural.

O Lundu do escravo é o romance do palhaço negro Veludo, escrito por Mário de Andrade através de depoimentos das músicas, as coletas das letras e da musicalidade foram transformadas em partitura musical, ao transpor a música e transformando-a em partitura, Mario de Andrade socializa a cultura popular vislumbrando um processo de unificação cultural pelo folclore brasileiro, assim iniciava cantiga:

— Netinha, que estás fazendo calada ai na cozinha?  
—Estou pondo água no fogo pra café, minha avozinha.  
— E vivo aqui todo sarapantando como gambá que caiu do melado  
— Netinha, tu deste um beijo ou eu estar enganada?  
— Vozinha é o estalo da lenha que está no fogo molhada  
— Netinha, tu não me negues, com quem estás conversando?  
— Vozinha, é a chaleira que está no fogo chiando.  
— Netinha, que modo é esse! Responde-me assim brejeira?  
— Vozinha, eu me queimei, ai! Nesta Maldita chaleira.  
E a velhota desconfiada. De tão inocente santinha, resolveu ir vagarosa  
surpreende-la na cozinha  
Ao chegar lá a velhota ficou toda admirada: Nos braços do primo Joca estava  
a moça recostada (ANDRADE, 1928, p.5)

Esse documento foi colhido por Mario de Andrade em Araraquara cantada por mulheres populares negras, foi uma canção muito popularizada e conhecida por essas moças em suas infâncias. Indagada sobre a origem de canção, as moças relataram que era cantado por um palhaço negro que não conheciam e que certamente havia morrido, muito provavelmente o autor de tal cantiga seria o famoso palhaço Veludo. Mario de Andrade, na tentativa de socializar e democratizar a cultura transcreve a música cantada em letra e a transforma em partitura diminuindo a distância entre o intelectual e o povo, entre o erudito e o popular.



Fonte: Revista de Antropofagia, n. 5

Ao realizar tal exercício, Mário de Andrade busca na essência popular as origens de nossa cultura e demonstra como a cultura popular é formadora de nossa identidade, uma identidade negra e escrava. Mas, Mário vai além, ao transformar a letra em partitura musical dá contornos universais, assim o romance cantado pelo palhaço Veludo para as moças araraquarenses poderia ser interpretado em vários instrumentos musicais e disseminado amplamente pelo território nacional como elemento de nossa cultura.

Mesmo em outro texto, nesse caso de cunho literário na mesma revista de Antropofagia é possível vislumbrar esse esforço de ir ao povo e buscar na essência de um Brasil profundo nossa identidade nas raízes populares. No artigo Schema ao Tristão de Athayde, Oswald de Andrade reitera os pressupostos de recuperação das raízes nacionais e de crítica ao catolicismo tradicional. Vale lembrar, que Alceu de Amoroso utilizando o pseudônimo de Tristão de Athayde, havia feitos inúmeras críticas ao manifesto Antropofágico que “apesar de sua busca da originalidade, beberia em fontes estrangeiras” (RICUPERO, 2018, p. 880). Oswald responde as críticas do católico Alceu de Amoroso Lima recuperando um sincretismo próprio da religiosidade e do catolicismo brasileiro;

O Christianismo absorvemo-lo. Se não! Trazia dois grandes argumentos. Jesus filho do totem e da tribo. O maior tranco da história do patriarcado! Chamar São José de patriarca é ironia. O patriarcado erigido pelo catolicismo com o espírito santo como totem, a anunciação etc. Dona Sebastiana vae pular de gana! Mas o facto é que há também antropofagia trazida em pessoa na comunhão. Este é o meu corpo, **Hoc est corpus meum**. O Brasil índio não

podia deixar de adaptar um deus filho só da mãe (ANDRADE, 1928, p.3-grifos do autor)

Oswald retoma elementos populares e destaca a antropofagia no catolicismo tupiniquim, que em “termos mais profundos, Oswald rejeita nossa vinculação com a cultura ocidental.” (RICUPERO, 2018, p.882). Não apenas Oswald, mas também Mário de Andrade recuperam o popular em sua concepção primitiva, como matéria prima. O comportamento de ambos e do movimento modernista é dar voz aqueles que não tem voz é demonstrar a realidade e dar visibilidade as características da cultura popular, a vivacidade, a riqueza e a multiplicidade da cultura popular é muito vasta e complexa e os modernistas trazem ao repertório nacional essa vastidão de influências que constituem a identidade nacional do Brasil.

Apesar de semelhanças, esse movimento de incorporação da cultura popular pelos modernistas não significa necessariamente uma adesão política aos debaixo e uma disputa política em torno da hegemonia pelo proletariado na luta de classes. Evidente que o modernismo tinha intrinsecamente uma posição política, mas não moldes do nacional-popular gramsciano defendido por Coutinho (2011), talvez, há que se analisar mais detalhadamente a tese de Lahuerta (1997, p. 109) de que esses intelectuais estariam “realizando uma missão com caráter público: a modernização como forma de criar a nação” e o Estado Novo daria condições de trabalho a esses intelectuais de realizarem esse ideal de modernização e unificação cultural:

*O Estado novo, representa, portanto, o coroamento de um ideal de modernização e de uma demanda de unificação – cultural, política etc. – que, forte já antes, se radicaliza difusamente ao longo dos anos 20, impondo a prevalência do tema nacional e que pode ter sua retomada simbolicamente localizada em 22. (LAHUERTA, 1997, p.105 – grifos do autor)*

O projeto modernizador pode passar por uma perspectiva de oposição democrática, apesar de entender que o modernismo não pode ser analisado de forma homogênea, visto que há fortes componentes de defesa de um Estado forte e a ideia de unificação cultural passa pela ação do Estado como construtor da nação. Entendemos que a análise de Luciano Martins (1987) se adequa mais ao contexto e a conjuntura de gestação de uma intelligentsia que tem atributos de distinção marcantes que clamam por justiça social e transformação de um país caracterizado por uma sociedade civil débil ao qual os debaixo não tem voz ou são invisíveis. O modernismo cumpre a missão de uma intelligentsia nos moldes mannheimianos e faz o papel de uma sociedade civil que se choca e enfrenta um Estado autocrático clamando por diversificação cultural e modernização com a incorporação do povo nas suas referências.

### Considerações finais

Ao analisar o movimento modernista e artigos de um de seus veículos de divulgação, a Revista de Antropofagia, observamos uma nítida intenção de refundação do Brasil sobre outros marcos, a semana de arte moderna em 1922 tem a intenção não apenas de unificação cultural, mas de criação de uma identidade nacional muito distintas dos costumes importados do belle époque.

Os modernistas iniciam uma nova leitura do que seria o nacional-popular aqui no Brasil, distinto do nacional-popular na Itália, até sua configuração de intelectuais tem uma outra conotação muito mais próximo do caso russo descrito por Martins (1987) de uma intellingsia, do que propriamente o intelectual orgânico que ascendeu com as massas como no caso italiano. Essa intellingsia auto imbuída de uma missão buscaria no povo, no popular a essência da nação, longe de travar uma luta de classe, mais próxima de uma oposição democrática na tentativa de colocar os desígnios da nação na rota civil-burguesa.

Ao buscar no povo, a intencionalidade está em juntar o que era o popular dentro do nacional com algumas características singulares, rompimento da relação entre o erudito e o popular, o atraso e o moderno, essas referências misturam-se dialeticamente dando novos contornos na cultura nacional e estabelecendo novos padrões estético e novas referências políticas de como se deve olhar esse país.

### Referências bibliográficas:

ANDRADE, Mário de. Lundu do Escravo. *Revista de Antropofagia*. Ano 1, n. 5, setembro de 1928.

ANDRADE, Oswald de. Schema ao Tristão de Thayde. *Revista de Antropofagia*. Ano 1, n. 5, setembro de 1928.

BARBOZA, Luciana Goiana. *Novos Rumos*, Marília, v. 56, n. 2, p. 111-118, Jul.-Dez., 2019.

CANDIDO, Antonio. A sociologia no Brasil. *Tempo social*. Revista de sociologia da USP. São Paulo, v. 18, n. 1, 2006.

CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3ª edição, São Paulo: Companhia das letras, 1987.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 4ª edição, São Paulo: Expressão Popular, 2011.

FERNANDES, Florestan. *O folclore em questão*. 2ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: vol. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LAFETÁ, João Luiz. *1930: A crítica e o modernismo*. 2ª edição, São Paulo: Duas cidades, editora 34, 2000.

LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da (org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia. Os intelectuais e a política no Brasil 1920-1940. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.4, vol. 2, junho de 1987.

NATAL, Caion Meneguello. Mário de Andrade em Minas Gerais: em busca das origens históricas e artísticas da nação. *História Social*, Campinas, n.13, p.193-207, 2007.

OLIVEIRA, Mariana Bueno de. “*Tenho gatilhos e tambores*”: impasses estéticos e engajamento político nas canções de Sérgio Ricardo (1958 – 1967). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp – Marília, 2018.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 8ª reimpressão, São Paulo: Brasiliense, 2006.

PORTINARI, Candido. *Carta para Rosalita*. Paris, 1929. Disponível em <http://www.portinari.org.br/#/acervo/documento/9480/detalhes>. Acesso em 05 de junho de 2020.

REIS, Claudio. *O “nacional-popular” em Antonio Gramsci*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / Unicamp, Campinas, 2009.

RICUPERO, Bernardo. O “original” e a “cópia” na Antropofagia. *Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, v.08.n. 03: p.875 –912, set/dez, 2018.

SEGATTO, José Antônio. *Breve história do PCB*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981.

SEVCENKO, Nicolau. *A literatura como missão*. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 4ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1995.

TORRES, Alberto. *O Problema nacional brasileiro*. 4ª edição, São Paulo, Brasília; Editora Nacional, Editora da UNB, 1982.

**Resumo:** Os anos 1920 são um momento de inflexão na sociedade brasileira, em especial 1922, data que marca inúmeros acontecimentos que estabelecem uma ruptura com o passado e propunha a afirmação da nacionalidade e a busca de uma identidade. Dentre esses movimentos estava a semana de arte moderna, que muito além de um movimento estético de contestação dos antigos valores da sociedade colonial, transformou-se em um movimento político de questionamento do arrivismo e estrangeirismo denominado de bellé époque. O modernismo teve como um de seus espaços de divulgação de ideias inúmeras revistas que circularam por um curto espaço de tempo e com uma periodicidade pouco regular. A Revista da Antropofagia objeto de análise desse trabalho teve duas fases, em seu primeiro momento iniciando em maio de 1928 a revista teve 10 edições e na segunda contou com 16 edições, mesmo com a circulação restrita contou com a

colaboração de intelectuais modernista de peso como Mario de Andrade, Oswald de Andrade, Carlos Drummond de Andrade entre tantos outros. Com poemas, letras de música, literatura e artigos, a revista era um expoente de recuperação de nossa identidade buscando no povo brasileiro, no índio, no negro escravo, nossas principais características como enfatizado nas estrofes de Mário de Andrade em *Lundú do escravo*, ou em tom mais político de Oswald com *Schema* ao *Tristão de Aayde* são exemplos de como ir ao povo, buscar no povo nossas raízes culturais. Como se observa a construção do nacional-popular tem origens no modernismo, o citado artigo de Oswald é um exemplo de como o catolicismo brasileiro teve elementos de antropofagia misturando-se com elementos populares e religiões de origem africana. A perspectiva dessa pesquisa é analisar como tais premissas de como foi convencionalmente denominado no Brasil de nacional-popular estavam presentes na Revista de Antropofagia e como se constituiu em elemento de contestação e afirmação da nacionalidade.

**Palavras chaves:** modernismo, nacional-popular.

**Abstract:** The 1920s are a turning point in Brazilian society, especially 1922, a date that marks numerous events that establish a break with the past and proposed the affirmation of nationality and the search for an identity. Among these movements was the modern art week, which, in addition to an aesthetic movement to challenge the old values of colonial society, has become a political movement to question the arrivism and foreignness called *bellé époque*. One of its spaces for the dissemination of ideas was modern magazines that circulated for a short time and with an uneven regularity. The Revista da Antropofagia object of analysis of this work had two phases, in its first moment starting in May 1928 the magazine had 10 editions and in the second it had 16 editions, even with the restricted circulation counted on the collaboration of important modernist intellectuals such as Mario de Andrade, Oswald de Andrade, Carlos Drummond de Andrade among many others. With poems, lyrics, literature and articles, the magazine was an exponent of recovering our identity, seeking in the Brazilian people, in the Indian, in the black slave, our main characteristics as emphasized in the stanzas of Mário de Andrade in *Lundú do escravo*, or in a more political tone from Oswald with *Schema* to *Tristan de Aayde* are examples of how to go to the people, to seek our cultural roots in the people. As the construction of the national-popular has its origins in modernism, Oswald's cited article is an example of how Brazilian Catholicism had elements of anthropophagy mixing with popular elements and religions of African origin. The perspective of this research is to analyze how such premises of how it was conventionally called in Brazil as national-popular were present in the Revista de Antropofagia and how it constituted an element of contestation and affirmation of nationality.

**Keywords:** modernism, national-popular.

\* Artigo recebido em 11/09/2020

\* Artigo aprovado em 15/10/2020

## OBSERVAÇÕES ACERCA DA POLÍTICA E DA EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DO NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA

Anita Helena Schlesener\*

### Introdução

A luta de classes que um historiador educado por Marx jamais perde de vista é uma luta pelas coisas brutas e materiais, sem as quais não existem as refinadas e espirituais (BENJAMIN, 1985, p. 224).

O presente artigo pretende apresentar algumas reflexões sobre a luta de classes num momento de crise econômica mundial e de advento de uma pandemia que coloca a nu as chagas abertas pelo sistema capitalista no conjunto da sociedade. Ouve-se aqui e ali o comentário que este momento anuncia o fim do neoliberalismo, fato que consideramos difícil de ocorrer porque a força ideológica deste projeto econômico e político, na forma de individualismo exacerbado, se consolidou no senso comum e sufoca outras formas de concepção de mundo. Convencer os trabalhadores em geral de que a capacidade individual depende das determinações sociais e só tem chances de aflorar no âmbito de experiências coletivas, de forma que se faz necessário um novo modo de vida para salvar a humanidade, apresenta-se como um trabalho de Sísifo, longo e penoso de formação continuada.

Trata-se de um processo de educação que vai muito além das instituições educativas: para as classes subalternas a educação é um processo formativo que implica a compreensão de sua inserção social e sua organização política, tendo como horizonte a formulação e a construção efetiva da revolução. Esta pode ser formulada como “emancipação humana”, visto que o humano não tem valor na sociedade capitalista e é entendido também ele como “capital”.<sup>1</sup> Este é um dos desafios a enfrentar no século XXI: engendrar novas relações que se traduzam em uma nova educação e vice-versa, gerando as condições para a emancipação humana.

As ideias aqui esboçadas tem como pressuposto os pensamentos de Marx, Gramsci e Benjamin, no sentido que a educação das classes subalternas precisa ser projetada e controlada por estas mesmas classes, principalmente no que se refere à escola, porque a burguesia deixa que “os Ministros da Educação pública sejam escolhidos conforme os caprichos da

---

\* Doutorado em História; Pós-doutorado em Educação (UNICAMP); Docente de filosofia política e de Estética da UFPR de 1976 a 2005; Docente do Mestrado e Doutorado em Educação da UTP. ORCID - <https://orcid.org/0000-0003-2768-5858>

<sup>1</sup> Pensamos aqui na teoria do “capital humano”.



concorrência política, pela intriga das facções, para alcançar o equilíbrio feliz dos partidos na composição dos gabinetes (GRAMSCI, 1975, p. 255).

A partir de nosso pressuposto teórico-metodológico, falar de educação implica economia e política e criticar o projeto da classe dominante. A crise econômica que se desenha na tragédia anunciada pode ser um momento importante de conscientização política dos subalternos até agora silenciados pela ideologia neoliberal articulada com o neopentecostalismo. Como acentua Mordenti (2007, p. 21), visto que as “massas raciocinam com a experiência” imediata, ao mesmo tempo em que a “história é mestra da vida”, trata-se de pensar e agir no sentido de evidenciar os conflitos que permeiam esta realidade, a fim de construir um novo sentido do social e do político.

Desta perspectiva, iniciamos com algumas notas sobre o neoliberalismo e a geopolítica mundial, na qual se insere a América Latina, a fim de acentuar as condições de barbárie que são vividas no cotidiano das classes subalternas e que tendem a se aprofundar com o avanço da pandemia. Em seguida, apresentamos algumas notas sobre as experiências de solidariedade que são vividas pelos oprimidos em várias situações, salientando a importância das organizações sociais voltadas para a questão agrária, como a via Campesina, que se apresenta na América Latina como uma forma potente de mudança estrutural das relações de produção, de educação e de novo modo de vida a ser construído no campo. Por fim, salientamos a importância da solidariedade como forma de resistência e de construção de novas relações sociais no interior do sistema capitalista, partindo das bases colocadas por Rosa Luxemburg em *Reforma ou Revolução*.

Concluimos com a importância da educação nas novas formas que esta assume no interior das lutas de classes. Partimos do pressuposto que a educação é sempre uma “formação política no âmbito da luta de classes”. Como acentuou Dias (2012, p. 14), o “nosso velho camarada Maquiavel dizia que virtude e fortuna formam o solo objetivo da política”, porém, “não basta apenas um programa político e saber quais as relações objetivas e as subjetivas em presença, mas como colocá-las em movimento consciente”.

### **Neoliberalismo e barbárie.**

Enquanto houver ainda um mendigo, haverá também o mito (BENJAMIN, 2009, p. 505).

Inicialmente esclarecemos o que entendemos por luta de classes, a fim de explicitar as formas mais recentes de subalternidade que se efetivam na sociedade contemporânea. Uma das

formas de dominação se apresenta na ideia de uma ordem uniforme e universal, naturalizada no modo de pensar, cuja expressão mais clara é a crença em uma igualdade jurídica formal, que esconde as contradições e fissuras da realidade social, profundamente desigual e desumana. A base material da luta de classes se concretiza e se consolida com a formação do modo de pensar da maioria da sociedade: a ideologia dominante não é entendida como ideologia, mas como “projeto, teoria”, enquanto a visão de mundo do antagonista, esta sim é sempre entendida como ideologia, “nunca como projeto”. Assim, o “embate de projetos é apresentado como um choque entre a verdade (dos dominantes) e o erro (dos antagonistas)” (DIAS, 2012, p. 311).

Este modo de pensar pressupõe elementos como a naturalização da divisão entre dirigentes e dirigidos, entre os que comandam e os que obedecem, fruto de diferenças individuais e não de uma estrutura econômica e social que se alimenta da exploração do trabalho. Desta divisão nasce a ideia de que a política e a cultura são privilégios de intelectuais distintos e separados do povo, casta dirigente que pensa, mas não sente (GRAMSCI, 1978).

Losurdo (2015, p. 342) nos lembra que, para Simone Weil, a luta de classes só pode ser entendida como “enfrentamento entre os poderosos e ricos de um lado e os humildes e pobres do outro”. Representando a “causa da justiça e da emancipação estão sempre e somente os desprovidos de poder e de bens materiais – não existe luta de classes senão a partir da oposição”.

Uma luta que, no contexto da reestruturação capitalista que se apresenta no projeto neoliberal, assume a forma ideológica construída sobre um individualismo exacerbado e sobre a naturalização das desigualdades sociais, numa retomada quase literal dos pressupostos positivistas, de modo a fazer crer que “é suficiente (e absolutamente necessário) convencer que um outro mundo é impossível e mesmo impensável” (MORDENTI, 2007, p. 17).

A negação da liberdade dos subalternos na destruição das formas de solidariedade e vida coletiva; na implementação de formas agressivas de organização do trabalho; na destruição de todos os direitos sociais, torna-se a forma de relacionamento sustentado por uma concepção de mundo abstrata e irreal, que visa unicamente a acumulação intensificada da mais-valia.

Quanto ao neoliberalismo<sup>2</sup>, muito se tem escrito sobre ele e nos restringimos apenas a algumas notas para explicitar a face agressiva do capitalismo neste início do século XXI. Trata-

---

<sup>2</sup> Há uma articulação profunda entre o neoliberalismo e o pensamento denominado pós-moderno (ver as propostas de Giddens ou dos teóricos da chamada “terceira via”), o que se verifica na experiência cotidiana dos subalternos a partir da formação político-ideológica que se efetiva cotidianamente por meio dos meios de comunicação de massa.

se de um projeto econômico, político e ideológico de reestruturação capitalista que se apresenta, na América Latina, como um processo de retomada das perspectivas colonialistas, que assumem agora a forma de controle geopolítico da parte dos Estados hegemônicos em disputa, com a conivência dos Estados nacionais.

A partir do estudo de base foucaultiana, de Dardot e Laval (2016, p. 38), intitulado *A nova razão do mundo*, o neoliberalismo se apresenta como um ideário que pretendia inicialmente resolver uma crise governamental que exigia a “intervenção política em matéria econômica e social”.

Para tanto, construiu-se um aporte teórico que se constituiu na “implantação geral de uma nova lógica normativa capaz de incorporar e reorientar duradouramente políticas e comportamentos numa nova direção”. Uma nova racionalidade política e social que se sustenta numa ideologia que se dissemina no senso comum, com a retomada de princípios conservadores e valores tradicionais em defesa da ordem instituída (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 190).

A base ideológica se constituiu pela necessidade de “uma mudança de comportamento”, obra de “técnicas e de dispositivos de disciplina, isto é, de sistemas de coação”, tanto econômico quanto social, cuja função era “obrigar os indivíduos a governar a si mesmos sob a pressão da competição” e, mais recentemente, o empreendedorismo. Esta prática levou à instauração de uma *racionalidade* geral cuja expressão se faz sentir na vida cotidiana dos trabalhadores (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 193).

Os esclarecimentos dos autores sobre o caráter disciplinar desta nova política nos lembram as reflexões de Gramsci sobre o americanismo como estratégia de formação e de disciplina do comportamento da sociedade norte-americana a fim de viabilizar a implementação do fordismo. Naquele caso, tinha-se a implementação de um “novo mecanismo de acumulação e de distribuição do capital financeiro fundado imediatamente sobre a produção industrial” (GRAMSCI, 1978, p. 2140); na fase neoliberal analisada por Dardot e Laval (2016, p.191), o aporte teórico visa a garantir o funcionamento dos mercados no contexto da expansão financeira global, entrando “de imediato numa racionalidade global que permaneceu despercebida”.

Gramsci acentua que o americanismo, enquanto expressão ideológica do modo de produção fordista, com objetivos claros de racionalização do comportamento da população, utilizando-se do instrumental jurídico como forma de coerção política e da difusão da psicanálise como expressão das necessidades de “coerção moral advinda do aparato estatal e social sobre os indivíduos particulares” (GRAMSCI, 1978, p. 2.140).

Outros tempos os do neoliberalismo, com a financeirização da economia, mas a mesma estratégia de consolidação da hegemonia por meio de mudanças estruturais sob a máscara de pequenas reformas que mudam o cenário político e ideológico: assim como assinalam Dardot e Laval (2016, p. 190), é preciso que um novo costume renove as relações familiares, educacionais e de gênero, formando uma nova concepção de mundo que consolide as “regras de funcionamento do capitalismo” e os interesses de acumulação do capital.

Estas novas regras incluem a “instauração da norma mundial da concorrência”, que ocorre “pela conexão de um projeto político a uma dinâmica endógena, a um só tempo tecnológica, comercial e produtiva”, sedimentada em uma dimensão ideológica e disciplinar (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 194).

O crescimento do capital financeiro teve nas novas tecnologias o seu instrumento principal, apoiado no discurso da neutralidade científica, aliado a uma noção abstrata de gestão entendida como técnica instrumental, diretriz funcional de governo delimitada pela burocracia. Esta dimensão abstrata, administrativa e neutra da gestão esconde que toda ação política de Estado visa a concretizar um projeto político e social. A gestão não pode ser entendida como mera função “administrativa ou uma forma de paridade de poder no âmbito da estrutura de governo” (SCHLESENER, 2019, p. 375). Esta forma de definir a gestão, porém, torna possível a transposição de características da empresa para a própria gestão do Estado:

A homogeneidade dos modos de pensar, a semelhança dos instrumentos de avaliação e validação das políticas públicas, as auditorias e os relatórios dos consultores, tudo indica que a nova maneira de conceber a ação governamental deve muito à lógica gerencial predominante nos grandes grupos multinacionais (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 276).

Este ideário, que sustenta a prática neoliberal, coincide com a expansão das grandes corporações transnacionais que, na atual fase de financeirização do capital, tornaram-se os “novos Leviatãs” que concentram o conhecimento e o poder econômico controlando a política dos Estados nacionais de acordo com seus interesses de exploração e expropriação das classes trabalhadoras (BORON, 2001, p. 173).

Retomando Löwy (2008, p. 37), a luta pela liberdade, nos tempos atuais, não é individual, pela liberdade de expressão, de pensamento e de crítica, entre outras liberdades que o liberalismo defendeu como bandeira, é “contra uma outra forma de absolutismo: a ditadura dos mercados financeiros e da elite dos banqueiros e dos chefes de empresas multinacionais que impõem os seus interesses para o conjunto do planeta”.

O Estado torna-se instrumento de validação das políticas “vantajosas para as empresas e desvantajosas para os assalariados de seus países”, tudo em nome do “interesse nacional”, da

“segurança” do país. O “peso crescente dos organismos internacionais ou intergovernamentais” como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) ou o Banco Mundial (BC), que orientam políticas nacionais como moeda de troca para grandes empréstimos, consolidam as práticas dos Estados nacionais (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 282).

É como se a disciplina neoliberal, que impõe retrocessos sociais a grande parte da população e organiza uma transferência de renda para as classes mais afortunadas supusesse um “jogo de máscaras” que possibilita que se jogue sobre outras instâncias a responsabilidade pelo dismantelamento do Estado social e educador mediante a instauração de regras de concorrência em todos os domínios da existência (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 282).

A imposição destas normas neoliberais na formação do senso comum tem como pressuposto a naturalização das relações sociais. As grandes corporações (econômicas ou estatais) não apresentam alguma preocupação com a civilidade, o bem-estar social ou mesmo com a existência das populações periféricas utilizando, em defesa dos seus interesses econômicos, as mais criéis formas de exploração e de expropriação.

Conforme Boron (2001, p. 174), as estratégias neoliberais unem “a exclusão – econômica, social e política – estruturalmente gerada pela recomposição neoliberal do capitalismo à decadência das instituições da democracia representativa”. Os defensores deste ideário não escondem que a democracia, enquanto participação popular consciente, torna-se um entrave para a expansão do capital.

A democracia é o pressuposto político para que a justiça social se efetive, o que se opõem aos interesses do mercado, que visa ao lucro e à constante acumulação de riquezas. Ao mercado interessa o “rendimento e não a igualdade”. Para o mercado a “justiça é uma incômoda distorção ‘extraeconômica’ que interfere no cálculo de custos e benefícios e que tem um efeito paralisante na dinâmica impiedosa dos mercados” (BORON, 2001, p. 182).

Esta dinâmica impiedosa e a cada dia mais violenta é o que denominamos barbárie, no sentido que lhe davam os antigos designando um estado de civilização primitiva no qual a crueldade, a brutalidade, a selvageria, eram a sua característica fundamental. Hoje a podemos definir como ausência de humanidade, pela prática de manutenção da hegemonia que implica inclusive a defesa da eugenia.

Neste sentido, falamos em barbárie moderna, num sentido retomado de Rosa Luxemburg, que citava a Guerra mundial como um exemplo de barbárie: a guerra civil na Síria, a destruição gradual da Palestina, os refugiados de guerra bloqueados e acampados nos limites da Europa, a fome grassando os povos da África, enquanto poucas famílias controlam cerca de

70% da riqueza mundial, são alguns exemplos contemporâneos; e, como coroamento da barbárie, a ascensão do fascismo em todos os cantos do mundo, liberando seus demônios: o ódio de classe, a xenofobia, a homofobia, a propaganda que traz implícita a aceitação do genocídio, o racismo e outras formas latentes de desumanidade.

Como acentua Engdhal, em seu livro *The lost hegemon: whom the gods would destroy* (2019), “o poder e a crueldade das elites, na disputa internacional e na ocupação de territórios, se manifesta de modo claro no objetivo, “neste início do século XXI, em reintroduzir uma nova era de trevas, superstições, medo, ódio, morte e destruição” (p. 249). Desta perspectiva, a aliança entre neoliberalismo e neofascismo reabilita posições políticas que pareciam superadas na história da modernidade. No Brasil tem-se uma burguesia extremamente ávida por dinheiro que se serve de políticas cruéis e massacrantes para manter seus lucros. Para esta classe, o ideal é um Estado que diminua ou exclua definitivamente as políticas sociais e se volte a proteger unicamente o mercado.

Embora os intelectuais da classe dominante tenham decretado a morte de Marx com o argumento de que o capitalismo mudou, encontrou novas formas de rendimento e de acumulação da riqueza independentes da força de trabalho, nos momentos de crise fica evidente que o capital não pode sobreviver sem criar novas formas de exploração e de expropriação do trabalho. Não fosse assim, não estariam buscando novas formas de contratação com o mínimo de custo pelo corte de direitos sociais, aplicando regimento a política de aumento da produtividade com baixo custo do trabalho.

O neoliberalismo se caracterizou como a consolidação do domínio do capital com a implementação de formas brutais de exploração econômica visando a acentuar a concentração de renda, com a conivência e a participação do Estado por meio da legislação e com a cumplicidade dos meios de comunicação de massa, formadores de opinião que ampliaram a dimensão ideológica deste projeto político. A “nova era de trevas” já está sendo vivida por um sistema destruidor da natureza e dos homens, que troca a vida pelo lucro, na violência do Estado na figura da polícia e dos cárceres, um Estado conivente e garantidor do projeto social e político vigente; a barbárie se apresenta nas mais variadas formas de violência e de aniquilamento que a sociedade capitalista inventou para se conservar e se reproduzir.

Espera-se que, na correlação de forças que caracterizam as lutas de classes, a esquerda latino-americana consiga resolver suas pendências históricas e reiniciar seu diálogo com as massas a fim de criar alternativas que viabilizem novas formas de vida. Como acentua Loureiro (2020), Rosa apresenta o “capitalismo como um câncer” que se alimenta da extração de valor “de todas as dimensões da vida, sobretudo do trabalho e da natureza”. Rosa reconhece a

especificidade histórica dos países coloniais, mostrando a sua necessidade para o próprio processo de acumulação capitalista, mas reconhecendo também as possibilidades de resistência que estes países podem apresentar, por sua história e por suas experiências de vida comunitária e com a natureza. Neste sentido, os movimentos camponeses que se organizam na América Latina têm muito a dizer e a ensinar, com suas “tradições comunitárias que podem ser revitalizadas no contexto da luta social moderna”, como o zapatismo, por exemplo (LOWY, 2009, p. 42).

Se para Rosa Luxemburg a barbárie de apresentava no aniquilamento produzido pela Primeira guerra Mundial, como sinal efetivo do fim de uma civilização, a barbárie nos tempos atuais se traduz no descaso na preservação da vida, na intenção genocida em relação a minorias como os indígenas, nos vários genocídios efetivados contra povos como os palestinos, os curdos e não investigados, na aceitação geral da imoralidade como “natural”, no absurdo de situações cotidianas que nos recordam os escritos de Kafka, que parecem uma premonição, uma antecipação do que estava por vir: na força mortífera do aparelho de Estado usado em defesa da propriedade privada dos meios de produção, no absurdo das guerras, na burocracia que transforma uma simples formalidade em um labirinto sem saída.

Resta-nos esperar que, na correlação de forças, se construam novas formas de resistência na América Latina, na sua diversidade populacional e de tendências teóricas, que se traduzem nos movimentos sociais que, aqui, nos limitamos a uma breve abordagem da questão agrária.

### **A questão agrária e os movimentos sociais.**

A experiência de nossa geração: o fato que o capitalismo não morrerá de morte natural (BENJAMIN, 2009, p. 740).

O modo de produção capitalista necessita, para a sua reprodução ampliada, de renovar constantemente os meios de concentração de capital e a questão agrária constituiu-se, ao longo da história moderna, em um dos problemas centrais para o desenvolvimento ou para a estagnação econômica, conforme as formas de enfrentamento da questão que os países resolveram tomar. A grande concentração de rendas e a situação de calamidade que atinge as mais variadas populações pobres do mundo, o “aumento da pobreza absoluta nas áreas rurais” (CHOMSKY, 2002, p. 66), a falta de investimentos em infraestrutura sanitária, as novas formas de escravidão no trabalho, a exploração do trabalho infantil, são condições que podem gerar também novas formas de resistência.

Destas contradições e de sua constatação nascem os movimentos sociais, que se organizam em torno de demandas comuns como reformas dentro da ordem ou como questionadores radicais da ordem social vigente. Da vasta gama de movimentos sociais (trabalhadores urbanos ou rurais, movimento de mulheres, movimento cultural, ideológico, etc.), fazemos aqui algumas observações sobre os movimentos camponeses.

Na história da América Latina este tem sido um dos problemas recorrentes e com resistências e enfrentamentos diversos, conforme a especificidade de cada país. Um dos exemplos é o movimento zapatista em sua nova forma na atuação dos indígenas Chiapas nascido nas montanhas do México e tomando uma dimensão nacional na luta contra o neoliberalismo e em busca de alternativas possíveis para a construção de uma nova sociedade. Outro movimento popular se concretizou na Bolívia, levando ao poder o governo de Evo Morales. Lembramos ainda os sandinistas, na Nicarágua e, mais recentemente, o movimento chileno de resistência ao neoliberalismo.

No Brasil, temos a maior concentração de terras nas mãos de poucos latifundiários; quando não improdutiva, a terra é explorada na forma da monocultura voltada para a exportação; pelas nossas características históricas de colonização e ocupação do território, o problema da existência de grandes latifúndios e de grande população de camponeses sem terra foi contornado ou, nas ocasiões de conflito, os camponeses foram violentamente reprimidos. Construiu-se aqui as bases para um capitalismo conservador, com uma economia alicerçada na concentração da propriedade privada da terra e manutenção do latifúndio, da estrutura familiar oligárquica, apoiado em políticas prevalentemente autoritárias, com poucos períodos de frágil democracia, que nunca enfrentou de frente a questão agrária.

O Estado, ao longo de suas políticas, tem atuado na conservação desta estrutura, incentivando a monocultura voltada para a exportação de alimentos e insumos para os países capitalistas do Norte. Os interesses sociais e o agravamento da miséria no campo geram as condições para conflitos e enfrentamentos entre proprietários e camponeses. Com a abertura política a partir de 1984 iniciou-se a organização de movimentos sociais pela reforma agrária que, ao longo das décadas seguintes, tiveram um significativo fortalecimento e expansão. Apesar disso o Brasil, em suas dimensões continentais, mantém sua estrutura fundiária sem alterações, sem que as elites compreendam a importância de uma reforma agrária para o próprio desenvolvimento do capitalismo.

A concentração fundiária continua avançando para a região norte, fato que pode ser evidenciado a partir dos dados do IBGE, que confirmam a disparidade na distribuição da terra: o IBGE (Censo Agro/2017) considera pequenas propriedades as que abrangem menos de 10



hectares, perfazendo um total de 48,2% das propriedades; as propriedades de 50 a 500 hectares perfazem 15% das propriedades (tamanho que consideramos já um latifúndio, embora o IBGE considere média propriedade). De 500 a 10.000 hectares correspondem a 2% dos estabelecimentos, ou seja, representam um número menor de propriedades, mas correspondem a uma dimensão maior da ocupação. Ainda conforme o Censo de 2017, houve um aumento de 5% da área ocupada em relação ao último censo de 2006, bem como uma diminuição de 8,8% de pessoas ocupadas nas atividades do campo. Houve também um aumento considerável da área dedicada a pastagens, com a destruição do serrado para a formação de pastagens e criação de gado para exportação. As áreas ocupadas no Mato Grosso se constituem em propriedades de 15 a 20 mil hectares, ou seja, novos grandes latifúndios, sendo que a ocupação avança, agora, para o interior da Amazônia.

Esta realidade é resultado do projeto político dos governos neoliberais que incentivam a transformação do latifúndio primitivo em grande empresa capitalista capaz de produzir em grande escala para responder as demandas internacionais por produtos agrícolas e insumos, como a celulose, que atrai multinacionais interessadas no plantio de eucalipto e de pinus, que hoje cobrem vastas extensões de terra cultivável. Trata-se de uma opção política que aprofunda a nossa subalternidade em relação ao capitalismo internacional, porque implica renúncia ao desenvolvimento industrial e tecnológico que estará condicionando o contexto geopolítico futuro.

A produção voltada para a monocultura de alimentos e insumos para a exportação, condicionada pelos interesses da economia internacional apresenta vários problemas, entre eles a exclusão social com a expulsão do homem do campo para as periferias urbanas. Esta opção política determina o curso das vidas dos trabalhadores do campo, que enfrentam o duplo desafio de criar as condições de disputa pela terra a partir de seus assentamentos e de defender atividades de produção diversificada e voltada para o consumo interno. Uma luta de gigantes em defesa das biodiversidades, do uso racional dos recursos naturais, da produção sem agrotóxicos, da comunidade solidária e voltada a uma experiência coletiva numa realidade na qual impera o individualismo exacerbado e a competição acirrada.

Esta luta vem de uma longa história de organização de movimentos espontâneos que se organizaram com outras motivações, como os movimentos messiânicos que tomaram forma em Canudos e no Contestado; lutas camponesas que tinham como pano de fundo superar as desigualdades sociais geradas pelo sistema fundiário. Foram movimentos que fracassaram a partir dos confrontos desiguais que redundaram em grandes massacres de camponeses e no fortalecimento do sistema fundiário e empresarial.

Outros movimentos populares de luta pela terra aconteceram ao longo da história brasileira, a espontaneidade desses movimentos foi sendo superada por tentativas organizacionais alimentadas por aportes teóricos diversos, mas sempre reprimidos pela força do Estado, em defesa das oligarquias e dos grandes proprietários (FERNANDES, 2000). O movimento camponês que há décadas vem se organizando no Brasil tem como projeto não somente conquistar um pedaço de terra, mas implementar um novo modo de vida a partir de uma nova forma de produção agrícola, agroecológica, com a aplicação de novas tecnologias de produção de alimentos que implicam uma nova relação com a natureza e com os outros.

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra) apresenta-se, na história brasileira, como um dos mais fortes e bem organizados movimentos pela reforma agrária unificando, desde a década de 60, as lutas pela terra. Reprimido durante a ditadura militar, organiza-se como movimento nacional a partir de 1984, encaminhando a partir daí a expansão organizada das ocupações por todo o país, tornando-se um movimento representativo das lutas dos trabalhadores rurais sem terra. Nas quase quatro décadas de existência o movimento se fortaleceu, tomou novas dimensões teóricas para adaptar seu projeto de sociedade aos interesses dos trabalhadores do campo, combinando seus ideais revolucionários com uma prática reformista capaz de alcançar resultados no interior das relações econômicas e sociais instituídas. Sua atuação ganhou visibilidade e mostrou que a questão da reforma agrária é um problema emergencial a ser resolvido pela sociedade brasileira, no caminho da recuperação da função social da terra.

Por seu lado, o MST alia-se ao movimento camponês internacional que se organiza na Via Campesina, que reúne diversos movimentos em países como a França e a Índia, organizações que traduzem condições específicas das lutas nacionais, mas que “se ajudam mutuamente, trocam experiências e atuam juntas contra as políticas neoliberais e contra seus adversários comuns”: os latifundiários, o agronegócio, os fabricantes de transgênicos e de agrotóxicos (LÖWY, 2008, p. 32-38).

A Via Campesina reúne os “povos da terra” para a construção de uma nova sociedade, a partir da articulação de movimentos na América Latina e Central, Europa, Canadá, Índia e outros. Nasceu formalmente em 1993 na Bélgica, após outros encontros preparatórios anteriores, num evento organizado pela “Paulo Freire Stichting (PFS)”, organização alemã cujo objetivo principal era iniciar um projeto de pesquisa internacional sobre políticas agrícolas alternativas, que fosse dirigido pelos próprios agricultores”. Porém, os dirigentes camponeses propuseram uma agenda muito mais ampla e rigorosa, defendendo principalmente uma

agricultura ecologicamente sustentável e voltada para a vida das sociedades (DESMARAIS, 2009, p. 103).

A Via Campesina e seus aliados apresentam-se como um forte movimento de resistência ao latifúndio, ao neoliberalismo na atuação dos Estados e às mudanças na estrutura da produção agrária e das comunidades rurais a partir da inserção de novas tecnologias de produção no campo e da submissão dos Estados nacionais às políticas e acordos internacionais. Defendem o direito dos pequenos agricultores de viverem no campo mostrando, na prática desses movimentos sociais nas últimas décadas, a importância social das pequenas propriedades rurais na produção de alimentos com base em uma agricultura ecologicamente sustentável.

Os movimentos camponeses em geral contestam as novas formas de expansão do capital e de dominação global defendendo desde reformas que respeitem os direitos sociais até a instauração de um novo mundo possível, com um novo modo de vida que respeite as diversidades naturais e culturais dos povos trabalhadores. O aporte teórico-metodológico de compreensão destes movimentos na América Latina tem uma forte influência do marxismo nas suas várias vertentes, mas outras tendências teóricas também contribuem para explicitar as forças sociais organizadas no campo, principalmente concentrando-se na questão cultural e ecológica, a fim de salientar as características específicas dos povos e de suas culturas e preservar suas diversidades.

Cabe acentuar que novas abordagens são relevantes para explicitar consequências da internacionalização da economia, da inserção de novas tecnologias de comunicação e a consequente interação das culturas. Isso, porém, não invalida as abordagens marxistas, a perspectiva da luta de classes, que assume novas dimensões com a implementação do neoliberalismo e as afirmações nihilistas do pensamento pós-moderno. Como acentua Boron (2001, p. 18), a “validade dos ideais e da utopia socialista se nutre diariamente das promessas não cumpridas do capitalismo e de sua impossibilidade estrutural para garantir o bem-estar das maiorias”.

As utopias expressam os sonhos de liberdade, ou seja, são “a negação radical da opressão” (DIAS, 2011, p. 103). Seu florescimento implica superar as aparências, que ocultam as formas de opressão e as contradições efetivas da realidade social e política e “apagam o antagonismo”, a luta de classes (DIAS, 2011, p. 105). E os trabalhadores são efetivamente derrotados no campo da ideologia.

Na realidade brasileira deste início de século XXI os movimentos camponeses, embora reduzidos em relação ao conjunto das classes trabalhadoras, são a força combativa que traz,

nas suas experiências, novas propostas organizativas que se sustentam em novos projetos de sociedade. Trata-se de mudar a sociedade por dentro, com lutas constantes e pequenas conquistas aqui e ali, que vão fortalecendo o movimento. Seu trabalho sistemático e disciplinado de assentamento e de produção diversificada tem apresentado resultados significativos e sua união tem tomado dimensões internacionais. Sua força de resistência se encontra tanto na forma de entender o trabalho quanto na solidariedade que praticam sistematicamente, podendo ser um ponto de unidade no enfrentamento das lutas de classes que podem emergir no futuro.

### **A solidariedade como forma de resistência**

Onde quer que tenha assumido o poder, a burguesia pôs fim a todas as relações feudais, patriarcais e idílicas [...] deixando como única forma de relação de homem a homem o laço frio do interesse, o insensível 'pagamento a vista' (MARX e ENGELS, 1978, p. 96).

Inicialmente precisamos esclarecer que a solidariedade se apresenta como um conceito polissêmico, sendo utilizado em contextos diversos, podendo ser associado ao conceito cristão de caridade ou ao conceito liberal de fraternidade, chegando ao limite da filantropia (mesmo na forma de atuação dos Rotarys Clubs). Em outros contextos adjetiva a noção de economia, no projeto alternativo de economia solidária. Para as classes trabalhadoras, este conceito se associa ao socialismo e à luta de classes, remetendo ao processo contínuo de formação e de participação coletiva no movimento social.

A solidariedade se vivencia no cotidiano e se aprende na escola. É uma forma de relacionamento que implica a preocupação com o outro, a coparticipação em ideais e sentimentos comuns que envolvem a consciência de pertencimento a uma classe social e a responsabilidade de todos em torno do que se quer e do que se busca. Nasce da compreensão de que a liberdade individual só se concretiza na reciprocidade com os outros, porque somente seremos livres quando todos o forem.

A solidariedade é fundada na experiência coletiva e reforça os laços entre os deserdados da terra, os que se encontram à margem da história e que Dostoievski denominava humilhados e ofendidos, alimentando a coragem de resistir e lutar. E a experiência concreta de luta se traduz em aprendizagem, como acentuava Rosa Luxemburg (1979): em alguns dias de greve geral os trabalhadores aprendem muito mais que em anos ouvindo discursos e apropriando-se de teoria.

A filosofia da práxis se concretiza na relação entre teoria e prática, sendo que é na própria prática que os movimentos compreendem o que significa o projeto de transformação radical da sociedade. A importância da filosofia da práxis está em acentuar que tudo é política e conseqüentemente tudo é história contemporânea (GRAMSCI, 1978), ou seja, a memória é essencial para a interpretação do presente. O historiador materialista, assim como o detetive, tem a função de buscar os rastros do passado no presente, trabalho que, se não for efetuado, nos relega à eterna repetição do mesmo. “É a reminiscência que prescreve, com rigor, o modo de textura” (BENJAMIN, 1985, p.37).

A partir de Gramsci (1978), a filosofia da práxis se apresenta como a teoria que evidencia o contraditório da realidade e mostra como as ações coletivas dos grupos subalternos são a forma efetiva de resistência à dominação e, passado da espontaneidade para uma direção consciente, têm a maior relevância para a transformação da realidade. É na prática que os sujeitos se transformam transformando a sua realidade e abrindo novas possibilidades de convivência social.

Como acentua Lowy (2008), a proposta radical do movimento altermundialista, que agrega vários movimentos de resistência, muitos dos movimentos camponeses, se encontra em construir “um novo mundo possível”:

Não se trata simplesmente de corrigir os excessos do mundo capitalista/industrial e das suas monstruosas políticas neoliberais, mas de sonhar e de lutar por uma outra civilização, um outro paradigma econômico e social, uma outra forma de viver juntos no planeta (LOWY, 2008, p. 36).

Uma reorganização da sociedade que tenha como parâmetro de vida a valorização do humano em primeiro lugar e não do capital ou do lucro. Trata-se de criar novas alternativas para vencer o domínio do capital financeiro e das grandes corporações e superar todas as formas de desigualdade social (econômica e social, mas também racial, étnica, de gênero), a partir da vivência da solidariedade, da cooperação e do compartilhamento. Assim como dizem os Zapatistas: queremos “um mundo onde caibam os diferentes mundos”, queremos valorizar a diversidade (LOWY, 2008, p. 37).

Estas propostas, assim como a própria experiência de solidariedade, apresentam-se como os grandes desafios aos movimentos sociais, visto que ao menos desde a década de 1940 o individualismo e a competição se firmaram no imaginário social e se apresentam como barreiras que se pode transpor somente com muita disciplina e determinação. A implementação de relações de solidariedade implica a formação de uma nova concepção de mundo ou, na leitura de Marx, a superação das diversas formas de alienação.

Sabe-se que o conceito marxiano de alienação se funda na análise do modo como se organizam as relações de trabalho e se produzem os valores (de uso e de troca) no contexto do modo de produção capitalista, ou seja, no processo de produção e consumo de mercadorias. Destituído dos meios de produção, o trabalhador precisa colocar sua força de trabalho à venda no mercado e submeter-se aos seus determinantes. Pressupondo que econômico, social, político e ideológico se articulam, sendo determinados e determinantes entre si, tem-se o pano de fundo para a constituição do processo vital por meio do qual se constroem as relações sociais e as concepções de mundo. O ocultamento destas articulações e a necessidade de conviver com as formas econômicas e sociais de alienação é que nos tornam a todos alienados, mesmo aqueles que desenvolvem, a partir da convivência social, alguma forma de crítica (MARX, 1980).

O desafio se encontra precisamente em criar possibilidades de organização política, de consciência clara das determinações que nos caracterizam e de liberdade real no interior das relações alienadas e alienantes que constituem a nossa condição histórica. Viver relações de solidariedade implica compreender nossa situação social e criar no seu interior a possibilidade de um futuro de liberdade e igualdade, ou seja, semear no presente os germens do socialismo.

Viver a experiência da solidariedade significa instaurar entre os homens uma relação horizontal, recíproca, sem a divisão entre os que comandam e os que obedecem, característica da sociedade capitalista. Uma experiência que vai de encontro a tudo que se aprendeu e se viveu até então, um novo caminho que se cria na caminhada.

A experiência de solidariedade, como a propõe o socialismo ou os movimentos anarquistas que orientam alguns movimentos sociais, coloca em questão a democracia burguesa e o modo de organização do Estado moderno, parlamentar, que supõe a fragmentação do saber e a separação entre economia, política e ideologia. Da forma como democracia e Estado estão organizados no âmbito de uma sociedade profundamente desigual, a democracia apresenta-se como mera forma cujo conteúdo está muito distante da realidade efetiva e o Estado parlamentar apresenta-se como “um bloco funcional para a manipulação da opinião pública e da vontade coletiva” com o objetivo de salvaguardar a estrutura instituída (BURGIO, 2014, p. 338).

As novas práticas dos movimentos sociais, tornando a solidariedade e a experiência coletiva a forma de relacionamento e de pertencimento social apresentam uma força efetiva de transformação a ser incentivada e ampliada. Desta prática pode nascer uma nova forma de gestão política (que não pode ser meramente administrativa) que supere a divisão e o distanciamento entre dirigentes e dirigidos, intelectuais e massa, alicerçada no compromisso e na responsabilidade coletiva dos sujeitos conscientes de que “somente a união e a solidariedade

no trabalho coletivo em torno de um projeto político” pode garantir a liberdade individual na construção da liberdade de todos (SCHLESENER, 2019, p. 376).

Estas propostas não negam o ideário expresso nos escritos de Marx, mas o ampliam trazendo para o debate questões que nem poderiam ser levantadas por Marx na sua época, como a problemática da degradação do meio-ambiente, do aquecimento global e assim por diante. Porém, ao desvelar o cerne da estrutura capitalista na apropriação privada dos meios de produção e na exploração da força de trabalho e nos legar a sua obra, Marx nos deu as condições teóricas de analisar o contexto atual do capitalismo, na sua violência sempre ampliada, nas suas formas econômico-corporativas, na desproporcional concentração de renda e na degradação do planeta, que colocam em risco a vida da humanidade. Hoje, mais do que nunca, os proletários não tem nada a perder, senão os seus grilhões (MARX e ENGELS, 1978). A solidariedade apresenta-se como a força de resistência que une e organiza, mostrando que, ante a barbárie que se expande, um novo mundo é possível.

## **Conclusões**

Entendemos que os temas aqui levantados são abrangentes, de modo que fizemos aqui uma abordagem introdutória: apenas o item 1 – Neoliberalismo e barbárie, poderia preencher o trabalho de um livro. Tentamos abordar uma outra questão que consideramos fundamental que é o intenso trabalho de organização política do movimento camponês na América Latina, movimentos sociais do campo que parecem tomar o lugar da classe operária, agora fragmentada e tendo que enfrentar de outras formas as imposições do neoliberalismo. O movimento camponês, por sua vez, se organizou e se fortaleceu nas duas últimas décadas, mostrando ao mundo que é possível enfrentar a crise alimentar mundial com uma agricultura alternativa e contraposta ao projeto de monocultura para as demandas internacionais.

Importante frisar que os movimentos sociais organizados sob a orientação da Via Campesina conseguem consolidar a união entre os grupos e instaurar a vivência da solidariedade enquanto participação e ajuda mútua, como forma de resistência ao individualismo neoliberal.

Esta nova proposta de agricultura alternativa e de solidariedade baseada na formação de uma vontade coletiva traduz-se em uma nova forma de educação para a vida, movida pelo sonho de uma sociedade mais livre e humana. São movimentos sociais que nos mostram que, se a vida é movimento contínuo, a barbárie pode ser superada, mesmo que para isso se precise de muitas gerações.

O grande desafio para as instituições educativas e para os movimentos sociais na sua luta e resistência consiste em buscar a compreensão do todo para criar condições de um pensamento e um modo de vida críticos para as novas gerações. Os movimentos sociais organizados pelos povos da terra têm conseguido alcançar este objetivo, tanto na sua organização política quanto na sua experiência de educação escolar; para a escola pública em geral, no cenário que estamos vivendo neste início de século XXI, se trata de uma tarefa de Sísifo.

### Referências:

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I: Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BORON, Atílio. *A Coruja de Minerva: mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2001.

BRASIL, IBGE, Censo Agro 2017. Disponível em: [https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo\\_agro/resultadosagro/pdf/estabelecimentos.pdf](https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/estabelecimentos.pdf) - consultado em 08/04/2020.

CHOMSKY, Noam. *O lucro ou as pessoas* (Profit over people). Bertrand Brasil, 2002.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DESMARAIS, Annete Aurelie. *La via Campesina: La globalizzazione e il potere dei contadini*. Milano: Editoriale Jaca Book, 2009. Consultado em 17/04/2020. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=it&lr=&id=6\\_jZ0QvhdhwC&oi=fnd&pg=PA101&dq=A+Via+campesina&ots=n67m9K5pOL&sig=UMdhXlC0H21NzDuVVPU\\_YqLVj50&redir\\_esc=y#v=onepage&q=A%20Via%20campesina&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=it&lr=&id=6_jZ0QvhdhwC&oi=fnd&pg=PA101&dq=A+Via+campesina&ots=n67m9K5pOL&sig=UMdhXlC0H21NzDuVVPU_YqLVj50&redir_esc=y#v=onepage&q=A%20Via%20campesina&f=false)

DIAS, Edmundo Fernandes. *Revolução passiva e modo de vida: ensaio sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia*. São Paulo: Sundermann, 2012.

DIAS, Edmundo Fernandes. *História, trabalho e educação* (Entrevista). In: *Germinal, Marxismo e Educação em Debate*. Vol 3, n. 2, p. 102-108, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *O MST no contexto da formação camponesa no Brasil*. In: *A questão agrária e a justiça*. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Scritti giovanili (1914-1918)*. Torino: Einaudi Editore, 1975.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. (Edizione critica dell Istituto Gramsci, a cura di



- Valentino Gerratana). Torino: Einaudi, 1978, 4 v.
- LOSURDO, Domenico. *A luta de classes: uma história política e filosófica*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- LOUREIRO, Isabel. *Socialismo ou Barbárie*. Revista Jacobin Brasil. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2020/01/socialismo-ou-barbarie/> Acesso em 29/03/2020.
- LÖWY, Michael. Entrevista. In: LOUREIRO, Isabel (Org.) *Socialismo ou barbárie: Rosa Luxemburgo no Brasil*. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburg Stiftung, 2009.
- LÖWY, Michael. *Negatividade e utopia do movimento altermundista*. In: *Lutas Sociais*, n. 19/20, 2008, pp. 32-38.
- LUXEMBURG, Rosa. *Greve de massas, partido e sindicatos*. São Paulo, Kairós, 1979.
- MARX, Karl. *O Capital* (L 1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto comunista de Marx e Engels*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. Lisboa/São Paulo: Presença/Martins fontes, 1976.
- MORDENTI, Raul. *Gramsci e la rivoluzione italiana*. Roma: Riuniti, 2007.
- SCHLESENER, Anita Helena. *Educação repressiva: as várias faces da repressão na formação da sociedade*. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2019.
- SCHLESENER, Anita Helena. “Esta mesa redonda é quadrada”: notas sobre gestão democrática a partir dos escritos de Antonio Gramsci. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 14, n. 1, p. 362-376, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>

**Resumo:** O presente artigo tem o objetivo de tecer algumas considerações sobre a luta de classes num momento de crise econômica mundial e de crise orgânica de hegemonia. Faz observações sobre o neoliberalismo e a possibilidade concreta de barbárie. Salienta a importância dos movimentos sociais do campo na luta por um novo mundo possível, a ser construído no interior da sociedade que morre. Acentua o significado e a importância da solidariedade e das experiências coletivas como formas de resistência ao capitalismo. Finalmente faz algumas observações sobre educação.

**Palavras-chave:** política, educação, solidariedade, resistência social.

**Abstract:** This article aims to weave some considerations about on the class struggle at a time of world economic crisis and hegemony organic crisis. It makes observations about neoliberalism and the concrete possibility of barbarism. Stresses the importance of rural social movements in the struggle for a new possible world, to be built within the society that is dying. It stresses the meaning and importance of solidarity and collective experiences as forms of resistance to capitalism. Finally, it makes some observations about education.

**Keywords:** politics, education, solidarity, social resistance.

\* Artigo recebido em 24/08/2020.

\* Artigo aceito em 30/09/2020.

## O CAPITAL ABANDONA OS TRABALHADORES

Atanásio Mykonios\*

### Os marxismos e as lutas estruturais

Os diversos segmentos dos movimentos operários em geral, como os diversos movimentos sociais de inspiração marxista na América do Sul tiveram interpretações e conclusões também diversas acerca de como a luta contra o capital deveria ser travada ou nos desdobramentos, como as respostas dadas pelos diversos grupos tiveram repercussões na organização das lutas, que ora foram anticapitalistas, ora tenderam a uma acomodação para maior adaptação da classe trabalhadora no âmbito das conquistas de direitos no seio do sistema do capital. Some-se a isto o fato de que a América do Sul é uma região que foi tratada sob a condição subalterna no que se refere à participação no cenário do capital em termos mundiais. O capitalismo de subalternidade e dependência marcou até hoje os regimes políticos e econômicos no continente, em cuja burguesia não teve ou não se dispôs a organizar estratégias capazes de criar uma indústria local e regional com vistas a impulsionar as forças produtivas e formar um proletariado mais preparado, engendrando condições históricas para se organizar em termos das grandes lutas que percorreram o hemisfério norte, em especial. Travaram-se lutas locais contra o neocolonialismo e, sobretudo, contra o poder da presença imperialista estadunidense, cuja influência está presente desde o final do século XIX, na América Central, no Caribe e na América Latina em geral. Os movimentos marxistas tiveram de lidar com as pressões imperialistas, bem como o embate interno contra as burguesias que decidiram se submeter ao poder de grupos com alcance territorial bem maior do que as burguesias em suas regiões teriam, especialmente as oligarquias sul-americanas que ainda exercem o poder sobre as terras produtivas em praticamente todos os países. A formação de um proletariado, no sentido estrito das condições de luta que o marxismo ortodoxo impôs, sem dúvida, não era tão viável, dadas as tendências de atraso em que se encontravam as forças produtivas em todo o continente latino-americano. O esquematismo etapista, o cronograma das estratégias das lideranças e dos partidos enfrentava o problema do atraso no que se refere ao capital industrial, as tarefas a que se impunham os movimentos marxistas lidavam com as barreiras de uma realidade estrutural imposta. Isto colocava desafios muito maiores pois as peculiaridades das realidades locais

---

\* Docente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, na Faculdade Interdisciplinar em Humanidades – FIH, no curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas – BCH. Coordenador do Grupo de Pesquisa Trabalho, Tecnologia e Educação – TTE.

provocavam interpretações distintas, mas com matrizes teóricas basicamente importadas das experiências europeias.

Na interpretação da maioria dos marxistas, das vanguardas, dos partidos e das organizações de camponeses e trabalhadores, havia duas perspectivas a serem consideradas. Na primeira, a luta contra a exploração imposta pelas oligarquias e a exercida pelo imperialismo. A segunda, o modelo de desenvolvimento a ser decidido, uma vez que exatamente as oligarquias não tinham um projeto nacional de desenvolvimento do capitalismo em sentido contemporâneo. Daí a decisão, em parte, do Partido Comunista Brasileiro, que na figura de Luiz Carlos Prestes, decide uma aliança estratégica com Getúlio Vargas para fortalecer a estratégia do desenvolvimento nacional das forças produtivas, obedecendo à lógica etapista do desenvolvimento e organização da revolução rumo ao socialismo. Os grandes movimentos também no continente viveram o movimento pendular entre o seguimento de seus líderes e as possibilidades de ação para além das estruturas populistas ou burocráticas, como o peronismo; o movimento capitaneado por Evo Morales, na Bolívia, deposto recentemente; o chavismo, que procurou articular com as massas de trabalhadores mais pobres e que, no entanto, não foi capaz de, à luz da ortodoxia, formar um proletariado em condições de lutar para construir o caminho para o socialismo e até mesmo o lulismo, que teve, juntamente com o Partido dos Trabalhadores, adaptar-se e adequar-se a uma espécie de modelo keynesiano tardio; ou a experiência de Rafael Correa no Equador que também viu seus esforços fracassarem, após dois mandatos de crescimento e inclusão econômica e social.

Os movimentos marxistas estiveram ou a reboque desses grandes movimentos de massas ou permaneceram isolados, muitos tiveram de ser abrigados em nichos acadêmicos, a fim de manterem as condições materiais e intelectuais para produzirem as teorias necessárias. Há correntes minoritárias que advogam que a luta de classe passa pelo desenvolvimento das forças produtivas, uma industrialização de ponta, porém, no atual estágio do sistema do capital, as condições em que as burguesias locais se encontram, pelo fato de que não apenas decidiram continuar subalternas como, agora, até mesmo os capitalistas industriais têm como sócios majoritários, os bancos e o sistema financeiro como um todo, além disso, as grandes corporações e as transnacionais ditam as regras de funcionamento e a própria saúde das empresas nacionais. É interessante notar, a partir do gráfico que mostra a *Evolução do desemprego nos principais países da América do Sul*, o fato de que justamente os países com maior grau de industrialização mostram os maiores índices de desemprego

País	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Argentina	7,1	7,3	7,8	8,0	8,4	9,2	9,8
Bolívia	2,4	2,0	3,1	3,5	3,7	3,5	3,5
Brasil	7,0	6,7	8,4	11,6	12,8	12,3	12,1
Chile	6,2	6,7	6,5	6,7	7,0	7,2	7,1
Colômbia	9,1	8,6	8,3	8,7	8,9	9,1	9,7
Equador	3,1	3,5	3,6	4,6	3,8	3,5	4,0
Paraguai	4,4	5,0	4,6	5,3	4,6	4,5	4,8
Peru	3,2	3,0	3,0	3,5	3,5	3,4	3,3
Uruguai	6,4	6,6	7,5	7,8	7,9	8,3	8,7
Venezuela	7,5	7,5	7,4	7,4	7,3	7,2	8,8

Unemployment rate -- ILO modelled estimates, Nov. 2019  
Downloaded from ILOSTAT. Last update on 10FEB20

Segundo a Tabela acima, dados obtidos da OIT, observamos que Brasil, Argentina, Colômbia e Venezuela, no período de 2013 a 2015 sofreram altas nos índices de desemprego, especialmente o Brasil que passou de 8,4% em 2015 para 12,1% em 2019. Há um claro fenômeno de transferência da capacidade produtiva para o controle de capitais transnacionais. Se bem que todo capital, na atualidade, não é outra coisa que a sua própria transnacionalização.

Ocorre, nesse quesito, a desindustrialização não significa que há menos capacidade produtiva, há a transferência de processos industriais e fabris para o controle de grupos que detêm maior poder de investimentos e financiamentos em escala competitiva e concorrencial. Fica para os capitalistas locais o controle da produção sem grande capacidade de produção de valor, mercadorias que sustentam a base mais baixa da escala de produção.

Os movimentos marxistas e os ditos progressistas vivem dilemas muito profundos, uma vez que a classe trabalhadora está sob a intensa desestruturação, em virtude da reestruturação produtiva que atingiu em cheio a indústria e a agricultura em geral. As revoltas marcaram o ano de 2019, arrefeceram no início deste 2020, as formas de luta estão também fragmentadas, assim como a classe trabalhadora que, somente no Brasil, segundo o IBGE, 41% de sua composição está na informalidade, no subemprego ou nos contratos intermitentes. Encontrar formas e

instrumentos para canalizar a luta dos trabalhadores tem sido um dos grandes desafios e ao mesmo tempo o maior problema dos movimentos marxistas que, difusamente, se colocam na esteira da blindagem que os capitalistas promovem e na esfera de uma confusão quase total acerca das condições de organização política e econômica dos trabalhadores. Justamente no período em que o capital agoniza e lança seus ataques para tentar recompor-se organicamente, tendo às suas portas a quarta revolução industrial, o desmonte dos estados-nacionais, referindo aqui à América Latina em especial, a total precarização da empregabilidade e fato histórico de que o ordenamento jurídico que dava algum alcance de proteção aos trabalhadores também está a ser desestruturado. Todos esses elementos encurralam os movimentos marxistas, as aporias históricas, o movimento real da forma do valor, o fetiche da premência das lutas, a realidade dos trabalhadores no atual contexto etc.

O capital de matriz transnacional invadiu o continente latino-americano sob várias nuances, desde a década de 1980 e estabeleceu novas relações de dominação e poder, transferindo para os países latino-americanos a submissão direta, fazendo com que os capitalistas locais assumissem de modo cada vez mais evidente e explícito, não apenas a dependência econômica, mas a dependência quanto à tomada de decisões econômicas e políticas no âmbito do quintal das oligarquias nacionais.

Os marxistas mais tradicionais acreditam que a revolução deve ser protagonizada pela fração da classe trabalhadora que está na indústria, em outras palavras, o proletariado fabril está cada vez mais minguado, no entanto, para esses marxistas é condição *sine qua non* o papel dos trabalhadores que estariam nas bases produtivas. No desenvolvimento das forças de produção é gradativa e substancial a participação da ciência, como forma material do capital, que engendra as novas tecnologias e cuja velocidade de implantação aumenta drasticamente, a ponto de tornar obsoleta até mesmo a classe trabalhadora e, sobretudo, o proletariado industrial.

É preciso notar que não é no interior do rio, como uma metáfora, que as revolução ocorrerão para dar fim e cabo ao capital, é nas suas margens que o processo ocorrerá de forma a que, ao mesmo tempo em que o capital nos abandona, as margens crescem e se tornam o novo esteio da luta anticapitalista.

### **A dívida**

Segundo o *Institute of International Finance* (IFF, 2020), com pesquisas e levantamentos, tendo como fontes o FMI (2019) e o *Bank for International Settlements* (BIS, 2019), a dívida total global, nos três primeiros trimestres de 2019, chegou a 252,6 trilhões de dólares.

A soma do PIB produzido mundialmente, em 2019, chegou a 86,593 trilhões de dólares. Ou seja, na verdade, as dívidas mundiais representaram 2,92 vezes mais que o PIB mundial, isto é, 392% do produto interno bruto produzido pelos países mundo afora.

Os 252,6 trilhões foram divididos da seguinte forma: 1) Dívida das famílias: 47,5 trilhões; 2) Dívida das empresas e corporações não-financeiras: 3) 74,4 trilhões; 4) Setor financeiro: 61,5 trilhões; 5) Governos: 69,2 trilhões. Além disso, ainda segundo o BIS (2019), o mercado de derivativos apontou 640,44 trilhões de dólares de movimentação ao final de 2019. Ou seja, apenas entre as dívidas totais e o mercado de derivativos, algo em torno de 893,04 trilhões de dólares.

No geral, a dívida das famílias chegou a 47,5 trilhões de dólares, um aumento de 3,71% em comparação ao mesmo período anterior (2018). As corporações e as sociedades não-financeiras, chegaram a 74,4 trilhões de dólares, ou, um acréscimo em suas dívidas de 4,35%, o setor financeiro amargou uma dívida de 61,5 trilhões de dólares, 1,32% de aumento em relação aos nove meses de 2018 e, por fim, os estados-nacionais aumentaram suas dívidas para 69,2 trilhões de dólares, um aumento de 12,5% - ou seja, o maior entre as esferas econômicas que contraem dívidas. De qualquer modo, todos os agentes sociais e econômicos estão endividados de forma substancial e o sistema financeiro suga da própria base do capital, a sua sobrevivência.

Em termos globais, as dívidas das famílias somaram 60,2% em relação ao PIB mundial, nos primeiros quatro meses de 2019. Nos países emergentes da Europa, no mesmo período, a dívida das famílias, em relação ao PIB foi de 20,3%. Nos três primeiros quadrimestres de 2019, a dívida das famílias, na América Latina foi de 23,7% do PIB da região. No Brasil, foi de 28,7%, no Chile, de 47,2%, Na Colômbia, 27,0% e no México 16,7%.

Nos mercados mais desenvolvidos, a dívida das famílias chegou a 72,2% do PIB, as empresas não financeiras e corporações contraíram uma dívida de 91,3% do PIB. No entanto, o que mais chama atenção é o fato de que a dívida dos governos de países desenvolvidos ultrapassou os 100% do PIB, chegou, no período, foi de 109,9% e as dívidas do setor financeiro também chegou a um índice de 109% do PIB. Observa-se que a dívida dos países cujos mercados são mais competitivos, é maior que em países de economias ditas emergentes. Isto pode ser traduzido pelas condições de transferência de valor para os centros do capital.

Nos países emergentes da Europa, no mesmo período, a dívida das famílias, em relação ao PIB foi de 20,3%. Nos nove primeiros meses de 2019, a dívida das famílias, na América Latina foi de 23,7% do PIB da região. No Brasil, foi de 28,7%, no Chile, de 47,2%, Na Colômbia, 27,0% e no México 16,7%. Enquanto a dívida das empresas não financeiras e

corporações na América-Latina chegou a 38,1%.

Tabela 2 – Quadro das dívidas gerais

Mercados	Dívidas das Famílias		Sociedades não-financeiras/corporações		Governos		Setor Financeiro	
	Q3 2019	Q3 2018	Q3 2019	Q3 2018	Q3 2019	Q3 2018	Q3 2019	Q3 2018
<b>Mercados emergentes na América Latina</b>	23.7	22.7	38.1	36.8	66.8	67.3	27.8	28.8
<b>Mercados Emergentes</b>	40.3	38.4	94.4	93.4	52.1	49.9	35.1	34.8
<b>Mercados Desenvolvidos</b>	72.2	72.3	91.3	90.6	109.9	107.5	109.0	109.7
<b>Mercados Emergentes na Europa</b>	20.3	20.1	51.6	55.7	30.4	30.5	19.1	20.4
<b>Dívidas Globais</b>	60.2	59.6	92.5	91.6	88.3	86.0	81.4	81.7

Fonte: IIF, BIS, IMF, Haver, National Sources. \*Household debt incorporates outstanding bank loans. Financial sector debt and non-financial corporate debt incorporate cross-border and domestic bank loans as well as onshore/offshore outstanding bonds. Government debt is extrapolated with IMF-WEO database. For details, see the “General Information” section of our database.

É interesse citar que nos países de mercados desenvolvidos, as dívidas, nos quatro setores econômicos ali apresentados, conforme a Tabela 2, são maiores que nos países de mercados emergentes. O endividamento global segue a tendência de drenar o capital para as economias mais desenvolvidas, gerando volumes de capital financeiro que é, por sua vez, sustentado a partir da extração de valor dos países de economias emergentes. Daí a tendência à exploração da força de trabalho em contradição ao endividamento exponencial das empresas, corporações, famílias e governos – isto se aprofunda nos países sul-americanos cuja média salarial anual é menor, como veremos a seguir.

Nessa esteira, uma vez que a produção do valor das mercadorias em escala global está se reduzindo drasticamente e a base material do valor não sustenta a própria produção, o endividamento também em escala mundial se torna necessidade imperiosa. A dita superacumulação de capital é, por sua vez, uma das expressões do endividamento, considerando, aqui, a necessidade de financiamento tanto da produção futura e passada, quanto do consumo das mercadorias, futuras dos estoques que encaixam em proporções gigantescas. Além disso, nos países de mercados mais desenvolvidos, os processos materiais de produção atingiram níveis tecnológicos altíssimos e por isso, financiar e refinanciar a base material do valor passou a ser a única pedra de toque. Em outras palavras, o capital abandona a sua base material, que o constituiu, para assumir a sua forma pura – capital.

A América Latina, assim como a África e enormes contingentes asiáticos, drenam para as economias mais desenvolvidas parte do mais-valor realizado por meio da exploração



absoluta e das formas contingenciais de exploração. De acordo com a OCDE<sup>1</sup>, nos países europeus de mercados mais desenvolvidos, o tempo médio semanal da força de trabalho não atinge as 40 horas.

A média mínima foi observada, em 2018, nos Países Baixos, com 30,4 horas semanais e a maior média entre os mercados mais desenvolvidos, citamos a Lituânia com 38,7 horas semanais. Entre os países da OCDE, a média semanal da força de trabalho foi de 37,4 horas.

Os países latino-americanos, pesquisados e apresentados pelos dados da OCDE, temos a média semanal dos trabalhadores brasileiros com 39 horas. O Chile com 41,3 horas semanais, Costa Rica com 42,7 horas, México com 43,4 horas e na Colômbia os trabalhadores venderam em média, a sua força de trabalho, em 44,6 horas semanais. Os trabalhadores, nos EUA, também em 2018, segundo pesquisa da OCDE, trabalharam em média, 37 horas por semana.

Os dados, em geral, nos mostram que os trabalhadores em mercados emergentes e economias dependentes trabalham mais, em médias semanais, enquanto o oposto ocorre nos países de economias centrais. Significa, portanto, que a transferência da extração de mais-valor é maior nos países dependentes e de mercados menos desenvolvidos.

De acordo com o Banco Central (2020), em 2018, os investimentos externos, de capitalistas estrangeiros no Brasil somaram 499,29 bilhões de dólares. Os investimentos de capitais brasileiros, no mesmo ano, somaram 345,71 bilhões de dólares. Ou seja, os estrangeiros investiram mais do que os brasileiros, no próprio capitalismo nacional.

Por outro lado, os investimentos de capitais brasileiros no exterior somaram 493,18 bilhões de dólares. Destes, 171,518 bilhões pertenciam a pessoas físicas e U\$ 321,66 bilhões a pessoas jurídicas. O total de declarantes brasileiros com investimentos de capitais no exterior em 2018 foi de 63464, dos quais 58597 eram pessoas físicas e 4867 pessoas jurídicas. Acima de 1 bilhão de dólares investidos, somaram apenas 46 capitalistas brasileiros declarados. Os capitalistas brasileiros tinham, em 2018, um montante de quase meio trilhão de dólares aplicados e investidos no exterior.

Além disto, de acordo com Department of the Treasury/Federal Reserve Board (2020), a dívida pública dos EUA do ponto de vista de seus títulos mantidos por compradores externos, em janeiro de 2020. 25,88% da dívida fazem parte de participações intragovernamentais. Dessa forma, a participação ficou dividida da seguinte forma.

Japão	U\$ 1,21 trilhão	17,67%
-------	------------------	--------

<sup>1</sup> (Dados extraídos em 12 Mar 2020 14:01 UTC (GMT), em OECD.Stat.

China	U\$ 1,08 trilhão	15,73%
Outros Países	U\$ 498,9 bilhões	7,27%
Reino Unido	U\$ 372,70 bilhões	5,43%
Brasil	U\$ 283,30 bilhões	4,13%

Agora é possível compreender o que ocorre no Brasil, a razão pela qual o capital, em especial, no Brasil, abandonou a economia real.

## Produtividade da força de trabalho

Tabela 3 – Latino-americanos

País	U\$
Honduras	10353
Nicarágua	10605
Bolívia	14893
Venezuela	16186
El Salvador	18191
Guatemala	18932
Equador	21564
Peru	23024
Paraguai	24754
Colômbia	28301
Brasil	32232
Costa Rica	36693
México	41554
Argentina	42086
Chile	49464

Tabela 4 - Europeus

País	U\$
Rússia	52971
Portugal	61357
Reino Unido	81370
Espanha	84686
Alemanha	90492
Finlândia	91372
Itália	92296
Suécia	95155
França	96446
Países Baixos	97622
Dinamarca	97696
Bélgica	103779
Suíça	106530
Noruega	129989
Irlanda	155654
Luxemburgo	199367

Tabela 5 - Regiões

Regiões e Países	U\$
África	13541
ASEAN	24668
Ásia Central	27917
Ásia e Pacífico	29413
América do Sul	30704
China	32002
América Central	35736
África do Norte	37250
Mundo	37782
G20	45968
Américas	63171
Coreia do Sul	71122
Sul da Europa	78891
União Europeia 28	84501
Canadá	85726
Europa do Norte	88848
G7	98377
América do Norte	113081
Estados Unidos	116384

Fonte: ILOSTAT. La principal fuente de estadísticas laborales. Output per worker (GDP constant 2011 international \$ in PPP)<sup>2</sup>

O tempo de trabalho é, de fato, o elemento principal da produção de valor do capital. O Capital não se realiza na sua adequação perfeita a não ser na extração do tempo excedente da

<sup>2</sup> Produção por trabalhador (PIB constante em 2011 \$ internacional em PPC) – estimativas modeladas.

força de trabalho. É nesse aspecto que as forças políticas e econômicas aumentam os mecanismos de exploração, controle e submissão à produção de valor, especialmente nos países latino-americanos e na totalidade dos países sul-americanos, assim como nos africanos e asiáticos.

A produtividade dos trabalhadores nos mercados consolidados e desenvolvidos, com suas empresas e corporações dominantes, é maior do que nos países periféricos, dependentes com baixa capacidade tecnológica. Isto, no entanto, não se verifica com a China, país onde o alto grau de desenvolvimento científico-tecnológico é altíssimo, mas a produtividade da força de trabalho foi, em 2019, de aproximadamente U\$ 32 mil anuais (Tabela 5), enquanto, em média, a força de trabalho nos EUA, foi de U\$ 116 mil (Tabela 5), quase quatro vezes mais. O fato também importante é que a China produziu em 2019 o segundo maior PIB do mundo, com U\$ 14 trilhões de dólares produzidos e comercializados mundo afora. Isto indica um sistema de exploração brutal e grandioso sobre os trabalhadores chineses, os quais perceberam em 2018 (Tabela 7), uma média salarial de U\$ 847,00 mensais. O emprego da força de trabalho na China ainda é gigantesco e a exploração da força de trabalho, apesar dos avanços tecnológicos e das forças de produção, não impingiram aumentos consideráveis na produtividade dos trabalhadores em comparação à média salarial, segundo a OCDE.

Se compararmos a produtividade dos países latino-americanos (da América Central e do Sul), com os da Europa e mesmo alguns desenvolvidos do ponto de vista das forças produtivas, veremos uma diferença brutal. O país cuja força de trabalho é de menor produtividade, entre os elencados, entre os europeus, segundo a OIT, a Rússia, apresentou um ganho anual de U\$ 52.971, enquanto o país latino-americano com o maior índice de produtividade, o Chile, a força de trabalho chegou a produzir, em média geral, U\$ 49.464. No Brasil, a força de trabalho chegou a produzir U\$ 32.232 no ano de 2019.

No continente americano, a produtividade anual chegou a U\$ 63.171, enquanto na América do Sul foi de U\$ 30.704, na América Central foi de U\$ 35.736. Nos 28 países que constituem a União Europeia, a produtividade chegou, em 2019, à média de U\$ 84.501. Na América do Norte a produtividade média, no mesmo ano, segundo a OIT, foi de U\$ 113.081, apenas abaixo da produtividade dos trabalhadores estadunidenses.

Isto mostra que os mercados mais desenvolvidos e com maior emprego de tecnologias, a produtividade é maior e o tempo de trabalho é inversamente proporcional. Enquanto isso, nos países latino-americanos, o tempo de exploração de força de trabalho é maior e a produtividade é menor. No entanto, a diferença do tempo médio nos países de capitalismo mais desenvolvido não chega a ser tão significativa em relação aos sul-americanos em especial.

Então, como se processa a transferência de valor e mais-valor, da periferia para o centro? Dá-se pela compensação em aumentar ainda mais o tempo de trabalho excedente e diminuir os salários médios. Vejamos no próximo tópico a esse respeito.

### Salários médios em 2019

Tabela 6 – Países Latino-americanos

País	U\$
Honduras	278
El Salvador	332
Guatemala	342
México (2012)	392
Bolívia	449
Equador	515
Brasil	625
Argentina	657

Tabela 7 – Demais países

País	U\$
Rússia (2017)	662
China (2016)	847
Portugal	1048
Espanha	2265
Itália	2580
Japão	2773
Reino Unido (2017)	3013
Finlândia	3645
Irlanda	3886
EUA (2010)	4417
Alemanha	5050
Noruega	5608
Luxemburgo	5958

Fonte: ILOSTAT. La principal fuente de estadísticas laborales. Mean nominal monthly earnings of employees by sex and economic activity -- Harmonized series null<sup>3</sup>.

Ao comparar os ganhos salariais médios entre os países, é fácil verificar a quase brutal diferença entre os países latino-americanos e os europeus, como a China, o Japão e os EUA. Os trabalhadores latino-americanos, no geral, trabalham mais tempo, sua produtividade é menor e seus salários são bem menores, na média geral, que os dos trabalhadores europeus, japoneses e mesmo os chineses. Em termos gerais, o capitalismo praticado na América Central e Sul, não parece ser tão rentável, até mesmo do ponto de vista do processo de transferência de valor e de dependência econômica. Até que ponto, de fato, a economia global depende da América Central e Sul para realimentar o capital? Os mercados mais ricos também são os mais endividados e as

<sup>3</sup> Média mensal de ganhos nominais dos empregados, por sexo e atividade econômica - Série harmonizada.

famílias dos trabalhadores também são mais endividadas do que as famílias dos trabalhadores na América Latina como um todo. Somente os lucros altíssimos, a extração de mais-valor acima das médias mundiais para que seja transferida em escala suficiente e, sobretudo, o endividamento dos estados-nacionais pode garantir uma brutal extração de capital a ponto de compensar tal situação, especialmente do ponto de vista dos interesses dos capitalistas da região. No entanto, os dados mostram que o capital, na sua estrutura, praticado na América Latina, não alimenta a produção de valor global, apenas em parte. Por outro lado, o capital global ainda se fixa nos fluxos das corporações e da exploração da força de trabalho que ainda é mais valorizada no mercado das mercadorias. A dependência ocorre de fato porque a economia dos países latinos absorve tecnologia necessária para produção de bens de consumo, tecnologia para as máquinas da grande indústria.

Porém, não parece tão evidente que a superexploração seja o elemento que mantenha o capital na sua recomposição orgânica. Na América Latina, em especial, nos países da América do Sul, a superexploração é patente, sob todos os aspectos da extração do mais-valor.

Tabela 8 – Massa salarial em relação ao PIB de cada país latino-americano

Regiões e Países	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Argentina	40,6	41,5	42,4	45,9	50,2	49,3	52,3	57	58,9	60	59,1	60,1	58,5
Brasil	56,9	58,2	56,8	57,5	59,3	57,9	58,3	58,1	59,2	59,4	61,9	61,6	60,4
Chile	60,6	54,8	51,6	53,8	52,4	54,6	59,7	59,7	60,2	60,7	61,4	62	62,1
Colômbia	51,8	51,4	51,5	50,8	53,6	53,9	51,7	52,7	52,8	52,4	52,7	53,1	53
Costa Rica	57,1	57	56	57,3	59,9	56,4	55,7	56	57,7	56,6	56,5	55,8	56
Equador	44,6	45,2	45,6	44,3	49,3	47,8	48,8	50,9	51,8	51,2	53,2	53	52,1
El Salvador	45,7	44,2	45,6	45,6	47,7	45,5	44,8	45,1	45,2	44,7	45,3	45	45
México	37,7	36,4	36	35,9	37,2	35,3	34,7	34,5	34,9	34,3	34,3	34,4	34,6
Paraguai	55,2	54,2	53	52,3	53,9	51,2	52,1	53,9	50,9	51,7	53	51,8	52,3
Peru	47	45,6	44,9	46,7	46,7	44,7	43,3	44,7	44,3	46,4	46,5	45,6	46,1
Uruguai	44,9	45,8	47	45,5	47,1	46,6	46,6	45,9	45,8	46,4	47	46,9	46,7

Fonte: ILOSTAT. La principal fuente de estadísticas laborales. Labour income share as a percent of GDP -- ILO modelled estimates, July 2019 (%)<sup>4</sup>

De todos os países acima elencados, o México é o país cuja massa salarial, em relação ao seu próprio PIB, foi a mais baixa entre 2005 a 2017, entre os países latino-americanos. Argentina, Chile, Brasil, Costa Rica, Colômbia, Equador e Paraguai, experimentaram rendas salariais acima dos 50%, chegando a 62,1% com os trabalhadores chilenos.

<sup>4</sup> Participação na renda do trabalho como porcentagem do PIB - estimativas da OIT, julho de 2019 (%).

Tabela 9 – Massa salarial das regiões em relação ao PIB (2005-2017)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>África</b>	46,4	46,2	45,7	45,2	46,1	45,7	46,7	46,6	47,2	47,5	47,9	47,5	47,4
<b>Américas</b>	57	56,8	56,8	56,9	57,2	56	55,9	56,1	56	56,1	56,6	56,5	56,1
<b>Ásia e Pacífico</b>	50,1	49,4	48,8	50	50,5	49,1	49	49	49,1	49,4	49,3	49,2	49
<b>BRICS</b>	52,2	51,3	50,7	52,2	53,5	51,8	50,6	50,7	51,5	51,9	52	51,9	51,6
<b>Europa Oriental</b>	48,9	49	49,6	51,2	54,2	52,1	47,7	48,3	49,8	50,1	49,2	50,2	50,1
<b>Europa e Ásia Central</b>	56,2	55,8	55,9	56,3	58,2	57	55,2	55,3	55,3	55,3	54,8	55	54,6
<b>União Europeia (28)</b>	59,2	58,8	58,9	59,1	60,4	59,8	58,8	58,9	58,5	58,4	57,8	57,9	57,6
<b>América Latina e Caribe</b>	48,3	48,2	47,6	48,2	50,4	49	49,3	49,8	50,5	50,8	51,1	51	50,5
<b>África do Norte</b>	40,5	40	39,5	38,8	39	38,8	40,1	39,3	40,3	40,8	40,3	39,6	39,7
<b>América do Norte</b>	60,7	60,6	60,9	61,1	60,5	59,4	59,2	59,3	58,8	58,7	59,3	59,2	58,8
<b>Europa do Norte</b>	56,8	57,2	57,7	57,7	59,4	58,4	57,1	57,1	57,1	56,5	55,5	55,7	55,4
<b>América do Sul</b>	51,8	52,2	51,4	52,1	54,7	53,3	53,9	54,9	55,7	56,6	57,4	57,5	56,8
<b>Mundo</b>	53	52,5	52,3	52,6	53,5	52,2	51,5	51,5	51,5	51,7	51,8	51,7	51,4

Fonte: ILOSTAT. La principal fuente de estadísticas laborales. Labour income share as a percent of GDP -- ILO modelled estimates, July 2019 (%)<sup>5</sup>

O levantamento obtido pela OIT<sup>6</sup>, conta dos anos 2005 a 2017, sobre a participação da renda dos salários no PIB. O quadro acima é extremamente revelador. A América do Norte apresentou uma queda nessa participação, partiu de 60,7% em 2005 e chegou a 58,8% em 2017. A América do Sul, contrariamente, viveu um crescimento relativo dos salários em relação do PIB da região – passou de 51,8% em 2005 e em 2017 atingiu 56,8%. Por outro lado, sobre os dados relativos mundiais, houve uma queda da participação da força de trabalho, de 53% para 51,4%, no mesmo período. Na União Europeia, os salários representavam 59,2% do PIB em 2005 e em 2017, 57,6%. Em 2017, último ano de contagem dessa amostragem, o maior índice relativo coube aos salários na América do Norte, com 58,8%, em seguida, a União Europeia, com 57,6% e, surpreendentemente, a América do Sul com 56,8% de participação em relação ao PIB.

<sup>5</sup> Participação na renda do trabalho como porcentagem do PIB - estimativas da OIT, julho de 2019 (%).

<sup>6</sup> As observações imputadas não se baseiam em dados nacionais, estão sujeitas a alta incerteza e não devem ser usadas para comparações ou classificações de países. Esse indicador mostra em porcentagem a parcela da renda total do trabalho acumulada em cada decil. A renda do trabalho inclui a remuneração dos empregados e parte da renda dos trabalhadores independentes. Trabalhadores independentes ganham tanto com o trabalho quanto com a propriedade do capital. A remuneração total dos empregados refere-se à remuneração, em dinheiro ou em espécie, a pagar por um. Por outro lado, as médias de massas salariais, por países, regiões e continentes também devem ser relativizadas à medida que as somas encontram dificuldades dadas as condições da massa trabalhadora, especialmente o grande contingente de trabalhadores ocupados na informalidade, sob várias insígnias.

Ou seja, se considerarmos a capacidade de renda dos salários comparada à produção geral da riqueza capitalista, chegamos à conclusão de que, no máximo, em 2017, os trabalhadores no mundo, com seus salários, representavam 51,4% do PIB por eles próprios produzidos. Isto significa que, em 2017, a grosso modo, 48,6% do PIB, somente nesse ano, permaneceram ociosos, num primeiro momento, sem levarmos em conta todas as artimanhas creditícias para fazer circular o montante de mercadorias e serviços produzidos pelo sistema mundial do capital. em quase todas as regiões, exceto a América do Sul, onde houve uma gradativa diminuição dos salários em relação à riqueza produzida pelos próprios trabalhadores. Isto também pode explicar o que tem ocorrido nos países sul-americanos em geral – golpes, rebeliões populares, medias restritivas, arrocho fiscal, reformas trabalhistas, previdenciárias e administrativas. Os salários atingiram um nível que o capital não pode tolerar nas relações de produção e nas relações de exploração.

Em outro sentido, houve gradativo aumento da produtividade capitalista – a massa da força de trabalho tem atuado para o incremento do PIB mundial, assim como nos países e regiões, se bem que é preciso também considerar o fato de que houve retração do PIB em geral.

O quadro abaixo, elaborado a partir de dados do FMI (2019), mostra, a exemplo da participação dos salários, uma queda nos índices gerais do PIB, relativa à sua evolução de 2005 a 2017, a fim de obedecer ao mesmo período. A única região que manteve índices médios mais altos que o resto do mundo foi a Ásia, mesmo experimentando uma queda gradativa. Este continente, em geral, aliado ao Pacífico, de 7,3% em 2005 para 5,7% em 2017. A América do Norte, passou de 3% para 2,4%, houve uma recuperação entre 2015 para 2017, respectivamente, 2,8%, 1,7% e 2,4%. Por sua vez, a América do Sul passou de 5,1% em 2015 e chegou em 2017 com uma variação no PIB de 0,6% em relação ao ano de 2016.

Tabela 10 – Evolução do PIB das regiões (2005 a 2017)

Regiões e Continentes	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>África</b>	6	5,8	6,2	4,5	3,2	5,9	3	6,8	3,7	4	3,3	2,1	3,6
<b>Ásia e Pacífico</b>	7,3	7,8	8,7	5,1	4,3	8,4	6,4	5,7	5,9	5,6	5,6	5,4	5,7
<b>América Central</b>	4,3	6,1	6,9	4,7	-0,5	3,9	5,6	5,1	3,9	3,9	4,2	3,8	3,7
<b>Leste da Ásia</b>	7,2	8,2	9,5	5,7	4,5	8,8	6,7	5,8	6	5,5	5,3	5,2	5,5
<b>Europa</b>	3	4,3	4,2	1,6	-4,8	2,5	2,4	0,4	0,6	1,6	1,5	1,8	2,6
<b>África do Norte</b>	5,7	5,4	5,6	2,8	3	4,3	-0,2	12,1	1,4	1,9	3,7	3,2	4,8
<b>América do Norte</b>	3,3	3	1,9	0,1	-2,8	2,8	1,9	2,3	1,8	2,6	2,8	1,7	2,4
<b>América do Sul</b>	5,1	5,7	6,7	5	-1	6,7	5	2,6	3,3	0,6	-1,1	-2,4	0,6
<b>Sul da Ásia</b>	8,9	8,6	9	4,2	7,2	9,1	6,3	5,4	6	6,9	7,4	7,6	6,9
<b>Sudeste da Ásia</b>	5,8	6,1	6,6	5,2	2,3	7,4	4,9	6,1	5,1	4,7	4,9	4,8	5,3
<b>Europa Ocidental</b>	2	3,2	2,9	0,3	-4,3	2,1	1,6	-0,5	0,2	1,7	2,3	1,9	2,4

<b>Hemisfério Ocidental (Região)</b>	3,7	3,6	3	1,2	-2,4	3,7	2,6	2,4	2,2	2,1	1,9	0,9	2
<b>ASEAN-5</b>	5,3	5,5	6,2	5,4	2,4	6,9	4,7	6,2	5,1	4,6	4,9	5	5,3
<b>Países emergentes e em desenvolvimento na Ásia</b>	9,3	10,1	11,2	7,3	7,6	9,6	7,9	7	6,9	6,8	6,8	6,7	6,6
<b>Euro área</b>	1,7	3,3	3	0,4	-4,5	2,1	1,6	-0,9	-0,3	1,4	2,1	1,9	2,5
<b>União Europeia</b>	2,3	3,6	3,3	0,8	-4,2	2	1,8	-0,4	0,3	1,9	2,5	2,1	2,8
<b>América Latina e Caribe</b>	4,4	5,5	5,6	4	-2	6,1	4,6	2,9	2,9	1,3	0,3	-0,6	1,2
<b>Países do G7</b>	2,6	2,6	2	-0,2	-3,7	2,8	1,6	1,4	1,4	2	2,2	1,5	2,3
<b>Oriente Médio e Ásia Central</b>	6,3	6,4	5,8	4,3	1,2	4,9	4,6	4,9	3	3,1	2,6	5	2,3
<b>Outras economias avançadas</b>	4,1	4,8	5,1	1,8	-0,8	6	3,4	2,2	2,5	2,9	2,3	2,4	2,9
<b>Mundo</b>	4,9	5,5	5,6	3	-0,1	5,4	4,3	3,5	3,5	3,6	3,5	3,4	3,8

Fonte: IMF – International Monetary Fund. Real GDP growth. Annual percent change

A Europa também viveu uma queda de sua produção capitalista, de 3% de aumento, de 2005 em relação a 2004, chegou a 2,6% de 2017 em relação a 2016. Por outro lado, o Sul da Ásia teve ainda aumentos mais significativos no seu PIB, de 2005 a 2017, mesmo havendo uma queda gradual a partir de 2010. Verifica-se, no quadro que o Sul da Ásia teve um aumento de 8,9% em 2005 e chegou em 2017 com um aumento de 6,9% no PIB, mesmo havendo uma queda significativa, manteve um índice alto em relação ao resto do mundo. A Ásia extrema e a Ásia do Sul são as duas regiões agregadas que tiveram o maior crescimento de produção de riqueza de mercadorias no mundo, no período apontado. Essas regiões, em grande medida, sustentaram a produtividade e o capital das mercadorias no mundo real, enquanto o mundo baixou de 4,9% em 2005 para 3,8% em 2017. O capitalismo sobreviveu nas duas primeiras décadas do século XXI com o incremento das economias e das corporações dos países asiáticos.

A queda do PIB e a queda proposital dos salários em relação à participação no PIB explicam, em parte a crise e a guerra que se instaurou contra os trabalhadores em geral, notadamente na América do Sul. Os trabalhadores não poderiam, em hipótese alguma, adquirir tudo aquilo que a força de trabalho produz, por meio de seus salários. Ao diminuir gradativamente o PIB, a massa salarial deve também ser reduzida, no mínimo, na mesma proporção e velocidade. Em parte, isso explica a derrocada dos governos nos países sul-americanos, com golpes, ascensão de políticas neoliberais, cerceamento de direitos etc.

As médias salariais nos países latino-americanos foram baixas, apesar de que a participação das massas salariais dos países sul-americanos havia chegado a 56,8% do PIB em 2017, no entanto, o crescimento do PIB, em relação ao ano anterior foi de 0,6%. Passa a ser sintomática a reação do capital, ao diminuir a produção da base da riqueza, a tendência é



avançar sobre os nacos das massas salariais e, inversamente, aumentar o refinanciamento do capital para que ganhe fôlego nos mercados futuros.

Em 2019, segundo os dados da OIT, a América do Sul empregou 12,6% da força de trabalho formal na Agricultura, 10,9% na Indústria, 7% na Construção Civil, 6,4% dos trabalhadores na Educação. Em condições gerais, os setores da Agricultura e Indústria, juntamente com a Construção, somaram um total de 30,5%, perfazendo o restante, no campo dos Serviços, 69,5%.

A América do Norte teve os seguintes índices: Agricultura 1,4%, Indústria 10,4%, Comércio, com 13,9% e Educação 8,9%. O Total de empregados no setor de Serviços foi de 80,6%. Nas Américas, como um todo, 72,4% dos trabalhadores foram empregados nos Serviços. As Américas mantiveram 9% de seus trabalhadores na Agricultura, 11,3% na Indústria e 7,3% na Construção.

A União Europeia somou na Agricultura 3,9% de seus trabalhadores empregados, 15,3% na Indústria e 6,8% no Comércio. Na Educação, em 2019, contou com 7,7% do total dos trabalhadores empregados. Portanto, 74% dos trabalhadores empregados estavam no Setor de Serviços.

A África registrou no mesmo ano de 2019, um índice de 49% de trabalhadores na Agricultura, 7% na Indústria e 4,5% na Construção. Assim, o setor dos Serviços compreendeu um total de 39,5%.

Já na Ásia e Pacífico, a Agricultura representou 30,5% dos empregados, a Indústria empregou 16,3% e a Construção com 8,4%. Sendo assim, o setor dos Serviços chegou a empregar 44,8% dos trabalhadores.

Por fim, o Mundo registrou, em 2019, 26,8% de trabalhadores empregados na Agricultura, 14% cravados na Indústria e 7,6% na Construção. 51,9% dos trabalhadores, em 2019, estavam empregados nos Serviços em geral, no mundo.

Podemos inferir que mesmo que a Europa tenha maior desenvolvimento tecnológico, no que tange à indústria, o continente emprega trabalhadores em taxas maiores que os países latino-americanos.

O fenômeno de desindustrialização significa que a diminuição do setor é relativa. Há um processo de concentração das capacidades científicas e tecnológicas em subsetores da indústria, áreas de ponta que atraem os maiores investimentos. Há uma transferência científico-tecnológica que pode caracterizar a chamada desindustrialização. Os índices relativamente altos para o continente latino-americano implicam a empregabilidade em áreas de produção de bens de consumo. Essa realidade denota uma dependência nas relações de produção. Por outro lado,

a tendência observada ao longo das últimas décadas é, de fato, uma menor empregabilidade no setor industrial, tanto na Europa quanto na América-Latina, esta, por sinal, atualiza as forças de produção, importando o conhecimento científico-tecnológico para suprir suas necessidades produtivas básicas. Dessa forma, a queda da empregabilidade no continente será ainda maior em comparação aos países da Europa.

Quanto à Agricultura os países latinos ainda empregam taxas superiores às dos países europeus. Os países europeus constados da tabela, mostram-nos que o número de trabalhadores empregados nesse setor é menor, em comparação aos países latino-americanos. O Brasil experimenta um aumento da inclusão de tecnologias no processo mecanizado da agricultura, desde há duas décadas, ao menos, o que tem eliminado postos de trabalho nesse setor da economia, gradativamente. Isto demonstra, a contradição nessa questão. Inversamente, a tecnologia não ingressou com proeminência, dadas as condições em que se apresentam as terras agriculturáveis. O Brasil, de todos, tem a maior extensão territorial agriculturável. Daí o grande aparato desenvolvido para a produção de ponta e o descarte da força de trabalho. É preciso levar em conta as relações de produção acerca da capacidade de mobilização dos trabalhadores no campo. No Brasil, em especial, devido às profundas reestruturações desse setor, este experimentou um número reduzido de paralisações. Enquanto o nível de mobilizações em que há maiores índices de trabalhadores no campo é bem maior. Equador, Bolívia Colômbia.

### **O capital abandona os sul-americanos?**

Parece um absurdo pensarmos dessa forma. Mais absurdo dizer que um sistema social nos abandonou. Seria mais estranho acreditar que um modo social e global de produção das coisas e da riqueza tivesse espírito próprio e, por algum motivo, até mesmo alheio à sua vontade, abandonasse a sociedade, da qual suga sua própria existência. Seria até mais adequado esperarmos que alguém de nós o abandonasse, que coletividades fossem capazes de sair do capital e encontrassem novas formas de sociabilidade. Para isso é preciso, antes de mais, compreender a dimensão que o capital assumiu no desenvolvimento de seu próprio movimento histórico. Em quase 300 anos, um sistema de produção material e, em especial, de riqueza, mudou o mundo, alcançou e dominou todas as esferas de sociabilidade. O capital impôs o sistema de seu conteúdo a todas as sociedades, organizadas a partir de suas determinações, obrigadas a se adaptarem a uma mesma forma social, adequando-se aos seus mecanismos formais, institucionalizando os mecanismos estruturais de controle do capital.

Justamente no período histórico em que a maior parte da população mundial aderiu ao capital de forma sublime, resiliente e ideologicamente engajada, o capital, como um ser, tenta

se desprender do mundo que ele aparentemente criou. Seria uma lua de mel perfeita, afinal, o capital atingiu o ápice de sua condição histórica, a tautologia social, algo para além do que Hegel poderia imaginar. Contrariamente, Platão sonhava com a possibilidade da alma se libertar do mundo sensível e rumar liberta para o hiperurânio. Em certa medida, a luta pela liberdade da alma é semelhante à luta do capital contra o trabalho abstrato. O capital ideal seria, sobretudo, ele por ele mesmo, o que, ao longo de sua história, observou-se claramente essa condição – o capital é uma lógica que sobrevive por si e em si, no entanto, para se concretizar, realiza-se para si no âmbito das formas de exploração que lhe dão a vida, a forma estruturada, que garante a vida do seu núcleo. Tem-se, aqui, um problema de fundo. O capital necessita visceralmente do tempo excedente do trabalho socialmente determinado ou o capital apenas utiliza esse instrumento – a força de trabalho – porque não encontrou ainda a sua liberdade total?

Para o capital, o trabalhador não é uma condição de produção, mas o trabalho. Se ele puder realizá-lo por meio de máquinas ou até por meio da água, do ar, tanto melhor. E o capital não se apropria do trabalhador, mas do seu trabalho – não diretamente, mas pela mediação da troca. (MARX, 2011, p. 661)

O que isto quer dizer? O que Marx revela nesse pequeno trecho acima apresentado? O ponto importante é que Marx afirma que “o trabalhador não é uma condição de produção”. A afirmação parece um soco no estômago de todos os marxistas. O que importa ao capital é o resultado da produção e não quem a realiza. Por isso, o trabalhador é um dado a mais, um simples e mero elemento descartável, o que vale, fundamentalmente, é o que se produz, a forma mercadoria que estrutura as relações sociais do capital. Isso parece derrubar a crença generalizada de que o capital necessita dos trabalhadores – sua condição é “o trabalho”. Há, portanto, uma questão de fundo nessa questão.

O produto do “trabalho” não é exatamente o trabalhador, a exploração sobre o trabalhador tem como função arrancar-lhe o tempo excedente de produção, como Marx afirma, “o trabalhador não é uma condição de produção”, por isso ele é descartável. Isto não significa que os trabalhadores não existam, ao contrário, são reais no processo de exploração, no entanto, não têm importância para o capital, à medida que ele pode, em determinado período histórico substituí-los por outra forma de produção. O capital tem a sua própria condição, “não se apropria do trabalhador, mas do seu trabalho”, ainda mais no que concerne à sua forma, que é dada pela mediação da troca. Se o capital pode se valer de outro meio, o fará, mais cedo ou mais tarde.

Esses são, por um lado, pressupostos teóricos para que o trabalhador seja encontrado como trabalhador livre, como capacidade de trabalho sem objetividade, puramente

subjetiva, confrontada com as condições objetivas da produção como a sua não propriedade, como propriedade alheia, como valor existente por si mesmo, como capital. Por outro lado, porém, é de se perguntar: quais condições são necessárias para que o trabalhador encontre um capital confrontado consigo? (MARX, 2011, p. 661-662)

Para o capital nem para o trabalhador, o trabalho não tem objetividade, ou, ainda, não porta nenhum conteúdo. O trabalhador produz e se vê envolvido pela produção, uma vez que lida com a natureza de sua condição material que é, substancialmente, produção de mercadorias. De tudo isso, o fato que impera é o fato de que a sociedade humana foi colonizada pelo capital, de tal modo que até mesmo sua linguagem é, hoje, um dado imposto pela sociabilidade do capital. Antes de nos referirmos ao capitalismo, é preciso dizer que este é o resultado da forma social que o capital se viu obrigado a organizar, com suas diversas determinações – capitalismo é a sociedade do capital. É esse paradoxo que nos afeta terrivelmente. O trabalhador depende do capital, mesmo que não o reconheça como a sua fonte, depende para manter a reprodução da existência, no entanto, o capital está se desvinculando dessa relação.

O capital está rompendo as amarras que o prendem ao mundo material. O trabalhador depende do capital, mas este não depende daquele, depende do resultado do trabalho. Não basta essa afirmação, será necessária uma pesquisa larga e profunda acerca das condições em que a humanidade se encontra e como o capital está se desprendendo da sociedade global; enfrentar, também o problema da exploração sobre a classe trabalhadora e em que medida o trabalhador manterá sua honra para não perder sua identidade como classe, na luta contra o capital. Na atualidade, o capital tem criado uma espécie de cinturão em volta da humanidade e do planeta, um anel, como os anéis de Saturno, que toma conta de todas as sociedades e de fora as controla.

O capital socializou os trabalhadores, condicionou-os, adestrou-os de modo a conformarem sua visão de mundo a partir das determinações socializantes do próprio capital. Agora que o capital se desprende e gradativamente abandona a humanidade à sua própria sorte, a sociabilidade entra em colapso. Aqui vemos, ainda, com mais perversidade, a sociedade que implora para ser explorada e ainda crê nas possibilidades de se ver livre dessas amarras, ou seja, continuamente, não apenas um paradoxo, como, em substância, um elemento contraditório que não tem em si mesmo uma solução, tem, opostamente, o germe de sua destruição. E muitos ainda creem que deveremos passar pelo capital, aproveitando suas conquistas, para chegarmos ao socialismo. Mas,

O capitalismo torna-se uma instituição de minorias à escala global. No seu desespero, o ídolo trabalho, agonizante, torna-se o canibal de si próprio. Em busca de sobras de trabalho para se alimentar, o capital faz estourar as fronteiras da economia nacional e globaliza-se numa concorrência nômada, em que cada grupo

procura desalojar o outro. (KRISIS, 2003)

Revela-se, por outro lado, a incrível habilidade do capitalismo, como uma sociedade estendida, a transformar tudo em um culto a elementos estruturalmente metafísicos. É muito interessante notarmos como o capital alija os seres humanos de sua própria condição, especialmente de sua materialidade, mesmo que lhes prometa um paraíso inalcançável. Diria que o capital é por si e para si uma utopia que se transveste de realização perene. Há uma tendência, que parece, do ponto de vista histórico, inexorável, e mais, um caminho para a constituição de uma lógica da realidade sem a concretude das relações sociais – que implicam as relações de economia simbólicas, propriamente. No capitalismo há uma mania em cultivar um mundo etéreo, como se as pessoas, em sua consciência, necessitassem escapar ao mundo material, mas isso não ocorre da forma como no tempo de Platão se exigia dos cidadãos gregos. Hoje, de modo um tanto reverso e cínico, as pessoas, na sua ingenuidade perversa, insistem em fugir ao mundo material, invertendo-o num culto sem precedentes. Adorno colocou a seguinte questão, acerca desse problema, vejamos.

O culto do ser, contudo, ou ao menos a atração que essa palavra exerce por meio de seu prestígio, vive do fato de que na própria realidade, tal como outrora na teoria do conhecimento, os funcionais foram reprimindo cada vez mais os conceitos substanciais. A sociedade transformou-se em contexto funcional total como antes era pensada pelo liberalismo; aquilo que é, é relativo a um outro, irrelevante em si mesmo. O horror que isso provoca, a consciência crepuscular de que o sujeito está perdendo sua substancialidade, tudo isso predispõe para que se escute a asseveração, faz com que o ser, equiparado de maneira desarticulada àquela substancialidade, sobreviva apesar de tudo a essa estrutura funcional, sem que possa se perder. Todavia, aquilo que o filosofar ontológico buscava como que despertar de maneira evocativa é minado por processos reais, pela produção e reprodução da vida social. (ADORNO, 2009, p. 63)

A ontologia de todo ser, mesmo o ser social está se esvaindo a olhos vistos dadas as condições em que se encontra a sociedade que ainda produz mercadorias. Ora, aqui nos detemos a reconhecer que a estrutura social que a segunda revolução industrial proporcionou, que propiciou o modelo fordista de organização da produção, foi, em sua medida concreta, a sociabilidade consolidada na consciência das relações sociais. Era de esperar que até mesmo a filosofia da virada do século XIX para o XX e por um longo período no XX, estivesse marcada e condicionada pela forma da produção de mercadorias, que organizou estruturalmente a sociedade, com um modelo de burocracia que foi estendido a todas as organizações da esfera social e estatal.

“O culto ao ser” foi intensificado na pós-modernidade como um apelo à necessidade visceral de justificação da transcendência dos sujeitos sociais – até mesmo sujeitos coletivos,

que, na sua individuação, contemplam o mundo fragmentado e distante da materialidade, o mundo dos consumidores que, desavisados de sua própria condição, estão submetidos a total dependência, pois nada produzem a não ser a gama de serviços num emaranhado de processos de reprodução do capital. Nesse contexto estrutural, a produção de valor revela, nos processos atuais de produção material, o distanciamento da imensa maioria de tais processos, até mesmo os trabalhadores empregados na indústria e nas indústrias de transformação, não produzem com suas próprias mãos, incluindo, também, as novas estruturas de processamento do capital que se desprende do mundo concreto. O ser se emaranha nesse novo conteúdo, fragmentado, isolado e pulverizado, o ser em sua ontologia, é a busca de uma intolerância às novas condições tanto de apreensão da concretude, como da impotência de controle do movimento real do capital e o rastro de destruição que deixa ao consumir a si mesmo.

O capital está nos abandonando? Haveria uma resiliência social e histórica por parte dos trabalhadores em geral, pois, como afirmei anteriormente, justamente no momento em que o capital se tornou a efetiva tautologia social? Seria necessário confrontar algumas indagações que, a meu ver, tornaram-se fundamentais para compreender, de um lado, a imensa aceitação que a humanidade tem acerca do capital e, de outro, o fato de que os movimentos, lógico e histórico, do capital mostram que, afinal de contas, o que é o capital a não ser uma finalidade em si mesma, de tal modo que, em sua essência histórica, o capital não precisa, como Marx afirmou no *Grundrisse*, do trabalhador e parece que agora está mostrando de fato o que é e foi ao longo das determinações históricas.

A total adaptação da maioria dos trabalhadores teria alguma ligação com o fato de o capital nunca ter de fato prescindido dos trabalhadores? Teríamos construído uma falha geológica de dimensões planetárias ao acreditar que o capital é o modo de produção baseado na exploração da força de trabalho e sobre a qual erige seu edifício? No entanto, o desprender-se das relações de exploração não significa que há uma relação intrínseca entre o movimento de autodestruição do capital e seu desprendimento histórico. Além disso, que papel caberia à classe trabalhadora, neste processo histórico rumo ao colapso? Teria o destino em suas mãos, de barrar a derrocada do capital em âmbito global ou caberia à classe trabalhadora a revolução que compete no momento em que a perspectiva que se apresenta é um cenário de pouco apetite revolucionário? A revolução para mudar o rumo do capital e destruí-lo por dentro, ou ainda, de criar as condições de sua superação? Será a revolução como um ato heroico de procrastinar a barbárie total? Abandonaríamos o barco ou o barco é que está nos abandonando à nossa própria sorte? Para onde o capital vai?

O processo do capital em âmbito social-global cria um novo ambiente no

comportamento e nas condições da visão de mundos, nutrida pelas pessoas, ao largo das culturas, ao mesmo tempo em que encontrarmos uma espécie de aburguesamento da classe trabalhadora, em grande medida, dado pelo “comunismo das coisas”.

O comunismo, supostamente fracassado, que é confundido com as sociedades em colapso da modernização recuperadora, não é nem utopia nem um objectivo distante, jamais alcançável, muito além da realidade, mas sim, um fenómeno *já presente*, o mais próximo que encontramos na realidade, ainda que na forma *errada e negativa*, dentro do invólucro capitalista do sistema mundial produtor de mercadorias, isto é, na forma de um *comunismo das coisas*, como entrelaçamento global do conteúdo da reprodução humana. E esse comunismo é dirigido pela estrutura cega e tautológica do automovimento do dinheiro, que não pode obedecer a nenhuma lógica de necessidades sensíveis, sentindo os próprios sujeitos humanos o contexto em que se encontram como realidade objectivada e extrínseca, dentro da qual somente podem observar e examinar a actuação das leis próprias, da mesma maneira que aquela dos processos naturais (por exemplo, com a teoria conjuntural). (KURZ, 1993, p. 214)

A desigualdade provocada pelo capital atinge novas formas na pós-modernidade. Do ponto de vista quantitativo, há como que uma espécie de invólucro da desigualdade material, ela parece não atingir as sociedades com o mesmo impacto ou a mesma revolta. Ela não está invisível, ela é vista sob um novo olhar, não agride as consciências sociais, por aproximadamente duas décadas, a desigualdade foi tratada, especialmente no Brasil, assim como a esquerda latino-americana assumiu para si o destino de políticas liberais tardias, sob a égide do assistencialismo keynesiano. O Estado assumiu a obrigação moral de tentar “salvar” a miséria de seu destino trágico. Some-se a isso a perspectiva de uma produção material das mercadorias em escala vertiginosa, que não regride mesmo sob qualquer circunstância adversa. A abundância, aliada à diminuição em escala global do valor das mercadorias, nos dá a impressão de que estamos mais ricos materialmente. É exatamente o inverso que ocorre. Como observa Kurz, já em 1993, seria como vivêssemos um “comunismo das coisas”. Tem-se, em grande medida, a impressão de que a desigualdade está distante até mesmo dos miseráveis, daqueles que vivem na penúria da sobrevivência material. As lutas sociais por uma economia da inclusão também se multiplicaram por toda a América-Latina, políticas de uma esquerda liberal, assumem a gestão dos miseráveis, restringindo as condições de organização dos trabalhadores, trazendo-os para o interior dos mecanismos estatais – Venezuela, Bolívia, Peru, Uruguai, Argentina, são os exemplos cabais desse processo.

Mas com um tom não de conspiração anticapitalista, muito mais no sentido de legitimar o próprio sistema social do capital, a grande fábrica social que implica todos a serem solidários com o conteúdo formal do próprio sistema produtor de mercadorias. O sujeito automático engendrado pelo mecanismo de reprodução, também automático do capital, requer a

consciência dos agentes, dos funcionários do capital em todo continente latino-americano, em especial. A dissolução da consciência da classe trabalhadora só é colocada em questão sob impulsos espasmódicos.

Os propagandistas da tendência para a virtualização, em todo o caso real, nem coincidem com o ensino das competências tecnológicas, nem reflectem sobre as contradições insolúveis surgidas nesta tendência ou sobre o ilusionismo a elas associado. Pelo contrário, estamos perante uma certa parte da produção de opinião académica e mediática que conseguiu um estatuto hegemónico porque este confere uma expressão ideológica afirmativa ao desenvolvimento capitalista no princípio do século XXI. A pressão para a virtualização, na medida em que se generaliza de acordo com a tendência em todo o caso paralisante, corresponde antes a uma zelosa adaptação à ideologia hegemónica e assim a um estado em que as necessidades próprias já não se conseguem distinguir de um conformismo sem cerimónias. Em todo o caso, a fuga para um além simulado digital aponta para a miséria da realidade capitalista. (KURZ, 2013)

Agora, as necessidades são vividas, no atual estágio virtual, na distância das experiências dos usuários da Internet. No cérebro humano ocorre a abstração das reais necessidades para um lugar ideal, à medida que a vivência social é transferida para um ambiente espetacular, o entendimento constituído a partir dessa vivência é o descarte de todas as necessidades e a experimentação social da realidade que é transformada em um lugar sem lugar, etéreo e purificado de todas as mazelas do mundo das necessidades, concluindo daí uma espécie de aburguesamento dos usuários mundiais da rede de computadores, agora rede de aparelhos móveis ou celulares. Parece sermos capazes de conviver, ao mesmo tempo, com a superabundância material e a escassez da distribuição, a fantasia de que não temos necessidades, a brutal desigualdade e o fato de que a maioria dos trabalhadores não produz mais nada nem mesmo nas indústrias, a produção é realizada por eles, que são tão-somente, um contingente cada vez menos objetivo no processo de produção material em geral – os enfermeiros do processo produtivo material.

Aqui reside também a razão essencial da mitologização da “teoria do colapso” do marxismo do movimento operário feita por Michael Heinrich e outros. Rosa Luxemburgo e Henryk Grossmann aproximaram-se, ainda que com fundamentações redutoras, do conceito de limite interno objectivo da valorização do capital. Mas a gritaria geral contra esta fundamentação objectiva a partir do próprio processo de acumulação do capital levou a que ambos os protagonistas isolados fizessem regredir esta fundamentação objectiva para uma mera “ficção teórica”, como se viu, e não apenas isso. Ocorreu também uma reinterpretação subjectiva do conceito de “colapso”, no sentido do “sujeito de classe” da acção: enquanto a corrente social-democrata reprovava este conceito em favor de uma política de reformas sem rupturas, nas interpretações leninista e de extrema-esquerda o “colapso” surgia de repente como resultado da acção revolucionária do proletariado; ou seja, já não como determinação interna, mas plenamente separado da autocontradição interna da valorização. A falta de clareza teórica era no caso metafóricamente inflada, pois um



“colapso”, de acordo com o significado da palavra, só pode ser um acontecimento inconsciente, enquanto a ultrapassagem consciente da relação de capital é uma situação completamente diferente. A reinterpretação segundo a qual o capitalismo “colapsa” através dum simples acto de vontade do proletariado dissolve a fundamentação na teoria da acumulação em retórica revolucionária e passa ao lado do problema fundamental. É disso que vive a mitologização histórica de Heinrich, tomando esta redefinição “na teoria da revolução” falsamente como prova do predomínio de uma “teoria do colapso” *objectiva* no marxismo do movimento operário, que há muito estaria assente. Na realidade foi com isso justamente que se reiteraram os sentimentos do marxismo do movimento operário contra qualquer fundamentação objectiva de um limite interno da valorização. (KURZ, 2014)

Devemos remeter a questão substancial da existência ou da permanência do capital como um sistema empoderado em si e para si, ou, mais ainda, que sua permanência se devesse exclusivamente à vontade da classe burguesa, com seu quase poder absoluto sobre todas as formas políticas existentes. A luta do proletariado ainda deve ocupar o espaço do antagonismo necessário para salvar a dialética da guerra de classes, sem a qual os intelectuais não terão mais nenhuma necessidade de existirem sob a luz da dialética do confronto. Aqui, no elemento fulcral entre o movimento do capital e sua possível derrocada, na teoria do colapso, entra em cena o papel da classe trabalhadora., ampliada hoje para além das fronteiras do proletariado industrial. Afinal das contas, os trabalhadores devem lutar para imprimir ao capital o colapso de sua formação lógico-histórica ou devem lutar, na imanência de sua estrutura, a fim de fazê-lo avançar e transformá-lo a partir de seu interior, no processo histórico de transição para o socialismo? Não podemos desconsiderar a potência política e até destruidora da classe trabalhadora, mas aqui, para essa reflexão, é preciso contar com o potencial autodestruidor do sistema do capital, em contradição com a condição concreta dos trabalhadores.

Já no processo original de constituição o resultado não pode ser explicado “praxeologicamente” de forma redutora, pelo contrário, a práxis (voluntária) inclui um momento transcendental na passagem das relações de fetiche pré-modernas (de constituição agrária-religiosa) para as relações de fetiche modernas, capitalistas. Nem antes nem depois o agir fica absorvido nos objectivos estabelecidos voluntária e conscientemente pelos actores, nem portanto pode ser determinado meramente em termos de teoria da acção. Por isso não pode ser deduzida qualquer ontologia da transcendência negativa produzida pelos próprios seres humanos e a ser produzida sempre de novo do seu contexto social, mas apenas a factualidade socialmente condicionada de que, nestas determinadas relações e processos de transformação de nós conhecidos, os seres humanos, na expressão de Marx, não “dominam” conscientemente a sua própria reprodução material e social, pelo contrário, esta confronta-os como poder estranho e aparentemente exterior, em formas inconscientes surgidas através das consequências não tomadas em consideração do seu agir. (5) (KURZ, 2014)

Marx colocou a teoria do fetiche e se tornou, historicamente, o problema crucial para o desenvolvimento das lutas anticapitalistas desde o século XX. Tornou-se, ainda, um dilema

para o movimento operário, tanto mais ainda para os movimentos sociais pós-operários, para as elites intelectuais marxistas, tanto quanto para todos aqueles que encontraram dificuldades em conciliar a teoria do valor, a emergência da revolução e o fetiche da forma social da mercadoria. Como uma relação social, a forma do valor, forma social por excelência, é a relação que implica a sociabilidade do mundo como um todo. O fetiche social da mercadoria, é, em outras palavras, o fetiche das relações de produção, das relações de troca, e, sobretudo, abrange as estruturas da sociabilidade que abarcam a política da economia civil e estatal, as esferas dos sujeitos sociais em todas as suas determinações: família, religião, educação, conhecimento, ciência, técnica e tecnologia. No entanto, houve quem dissociasse a teoria do valor e seus desdobramentos da teoria do fetiche, o que seria, compensador para os interesses das vanguardas do início do século XX que impetravam a luta revolucionária, sob a ordem das burocracias das máquinas revolucionárias. A afirmação de que o “poder estranho e aparentemente exterior, em formas inconscientes surgidas através das consequências não tomadas em consideração do seu agir” implica a confusão tanto no que se refere a efetivas possibilidades epistemológicas acerca das condições de ação, a praxiologia efetiva para a derrubada consciente do capital, também no horizonte das impossibilidades históricas que implicam aquela espécie de letargia ou anomia diante de um sistema que agiu pelas costas de seus agentes e, por esse motivo, alcançou sua autonomia para aquém e além de seus próprios gerentes, como Marx ressalta a seguir.

Já vimos que na expressão mais simples de valor,  $x$  mercadoria  $A = y$  mercadoria  $B$ , a coisa, em que a grandeza de valor de outra coisa é representada, parece possuir sua forma equivalente independentemente dessa relação, como uma propriedade social de sua natureza. Já investigamos a consolidação dessa falsa aparência. Ela completou-se tão logo a forma de equivalente geral se fundiu com a forma natural de uma espécie particular de mercadoria ou cristalizou-se na forma dinheiro. Uma mercadoria não parece tornar-se dinheiro porque todas as outras mercadorias representam nela seus valores, mas, ao contrário, parecem todas expressar seus valores nela porque ela é dinheiro. O movimento mediador desaparece em seu próprio resultado e não deixa atrás de si nenhum vestígio. As mercadorias encontram, sem nenhuma colaboração sua, sua própria figura de valor pronta, como um corpo de mercadoria existente fora e ao lado delas. Essas coisas, ouro e prata, tais como saem das entranhas da terra, são imediatamente a encarnação direta de todo o trabalho humano. Daí a magia do dinheiro. A conduta meramente atomística dos homens em seu processo de produção social e, portanto, a figura reificada de suas próprias condições de produção, que é independente de seu controle e de sua ação consciente individual, se manifesta inicialmente no fato de que seus produtos de trabalho assumem em geral a forma mercadoria. O enigma do fetiche do dinheiro é, portanto, apenas o enigma do fetiche da mercadoria, tornado visível e ofuscante. (MARX, 1996, pp. 216-217)

Ora, nessa descrição memorável, os seres humanos conduzem sua existência social de

modo isolado, a fragmentação social isola os sujeitos sociais ao invés de provocar a necessidade de coletivização ou da cooperação que poderia redundar num movimento solidário consciente. Ora, “a figura reificada de suas próprias condições de produção” é absolutamente “independente de seu controle e de sua ação consciente individual”, isto é, individualmente, os sujeitos, mesmo que contem com seu voluntarismo, não seriam capazes de confrontar o capital como sistema social. É preciso o entendimento em dois campos do conhecimento – de um lado o conhecimento do processo de produção do valor e, de outro, o entendimento histórico das determinações de exploração sobre o trabalhador, mesmo que “Para o capital, o trabalhador não é uma condição de produção, mas o trabalho” (Marx, 2011, p. 661). Até o momento, o capital se valeu da produção ou do trabalho, dito mais precisamente, do produto do trabalho e o fez explorando o corpo social dos trabalhadores. A organização política dos trabalhadores é imprescindível, a forma política do Capital realiza-se nas condições objetivas da luta e do confronto entre os trabalhadores no processo de exploração. A exploração sobre os trabalhadores permanece, mesmo que o capital esteja a nos abandonar, a condição de petição dos trabalhadores indica não somente a exploração sobre eles, também indica as condições de dependência material absoluta das massas alijadas do domínio de suas próprias necessidades. Essa condição é de extrema exploração, portanto, mesmo que o capital nos abandone, ele nos lança à própria sorte e mantém a dependência material, isto significa a dupla exploração sobre os trabalhadores. Revela-se o fato histórico que ao se desprender da própria estrutura de exploração, condiciona os trabalhadores e a humanidade, na sua quase totalidade, àquilo que não produzem, as máquinas o fazem em ritmo alucinante. Logo, a exploração contínua dá-se pela determinação que ora o atual processo de produção impõe ao planeta, os trabalhadores são apartados do domínio efetivo do que ainda produzem ou que as máquinas em larga escala estão a produzir e que, com a implantação da quarta revolução industrial-científica-tecnológica, não terão sequer proximidade com o gerenciamento das máquinas. Logo, eis o problema, que residiu e ainda reside em como apresentar a teoria marxista em sua totalidade estrutural entre valor e fetiche, não pode haver cisão entre as duas esferas principais da pesquisa de Marx sobre o capital como processo histórico de dominação.

Uma vez surgida e cada vez mais “em processo sobre a sua própria base” (Marx), no entanto, a máquina de fim em si mesmo da valorização, justamente através do agir de todos os participantes “nesta” relação social nova e autonomizada, estabelece a partir de si as “condições de existência” e “formas de pensamento” por Marx designadas objectivas. Através do agir assim condicionado constituíram-se “leis” aparentemente “naturais” do contexto formal e funcional que por sua vez determinam o agir e levam a resultados objectivos desde que esta espécie de socialização negativa e cega predomina. Foi justamente neste sentido que Marx

designou o capital (não confundir com os capitalistas) e a sua lógica de valorização como “sujeito automático”. A novidade nesta espécie de objectivação, comparativamente com todas as formações anteriores, está em que o contexto funcional já não se apresenta estático, mas sim “em processo” das contradições internas, e é executado através de um sistema de concorrência universal nunca antes existente, cuja “coerção muda” (Marx) faz avançar uma dinâmica cega que se sobrepõe aos objectivos (voluntários) iminentes dos actores e um desenvolvimento incontrolado das forças produtivas e/ou destrutivas deste modo de produção e de vida. (KURZ, 2014)

Sem acesso ao produzido, apenas com o equivalente para trocar e adquirir mercadorias produzidas, os trabalhadores se veem manietados e seu poder político enfraquece à medida que se distanciam, não por sua própria vontade, do controle das estruturas de produção e sim pelas condições do atual estágio das relações de produção e das consequentes relações de exploração. Aqui, portanto, emerge a segunda forma de exploração que expressa o abandono do capital em relação à exploração sobre os trabalhadores empregados e desempregados. Por isso, a questão não está mais sobre os desempregados, paradoxalmente, num modo inverso da historicidade acerca do protagonismo na luta de classe enquanto estrutura de exploração – agora o problema está relativo aos que continuam empregados, tanto formal quanto informalmente.

### **Por dentro do sistema**

No desdobramento histórico das formas constitutivas do capital, o Estado assumiu papel preponderante e, sobretudo, atuou para absorver as lutas sociais, os movimentos que emergiram das bases dos trabalhadores. O Estado absorveu as lutas e os movimentos dos operários e dos trabalhadores em geral, institucionalizando-os, de modo que ao serem tragados para o interior do Estado, o direito passou a ser elemento institucional do controle político do capital sobre os trabalhadores mediante os aparatos judiciais e repressivos. No século XIX os movimentos sociais dos trabalhadores tinham, por necessidade de luta, a concepção anticapitalista, dadas as condições de sua organização, baseadas em formas autônomas, porém, submetidas à brutalidade total do Estado. Movimentos fora do Estado, não institucionalizados, de caráter internacionalista, sobretudo.

A consciência dita de classe tinha a efetividade na articulação dos trabalhadores contra o Estado, sobretudo contra os capitalistas em medida geral, notadamente ao longo do século XIX. Os processos sociais que culminavam nos confrontos foram o modo pelo qual os trabalhadores se apropriaram das condições de organização a partir das bases sociais da produção. À medida que os estados-nação canalizaram as estruturas legais de organização, os trabalhadores foram levados a serem absorvidos no interior dos territórios para serem instituídos em suas novas organizações, internas à nação e, portanto, submetidos à vontade do direito e à

legalidade do modo de produção capitalista, que capitaneava o ordenamento jurídico, impondo a figura do sujeito de direito, tanto individual quanto coletivo sobre a figura dos movimentos operários. À medida que os trabalhadores são absorvidos e, em grande medida, reconhecidos como sujeitos de direito, as lutas ocorrem no interior demarcado do Estado, este passa a ser o alvo do poder, tanto que é por dentro do Estado que ocorrerão os maiores embates políticos e os confrontos com vistas à obtenção do poder de regular, institucionalmente, os direitos dos trabalhadores. Nesse ponto, ocorre a subsunção dos trabalhadores ao sistema social do capital, restringindo a amplitude de suas organizações e delimitando-as às fronteiras nacionais. Desde então, a luta anticapitalista é transformada em resistência, implícita e explicitamente, desembocou no reconhecimento de que a luta pela igualdade é formalizada na luta pela isonomia, a igualdade perante as normas, que regulam e restringem, por meio do Estado, a organização e a autonomia dos trabalhadores.

O “estado de coisas público” moderno, o Estado acabado moderno, não se baseia, conforme entende a Crítica, na sociedade dos privilégios, mas sim na sociedade dos privilégios suspensos e dissolvidos, na sociedade burguesa desenvolvida, naquela que deixa em liberdade os elementos vitais que nos privilégios ainda se achavam politicamente vinculados. Nenhuma “determinação privilegiada” se opõe aqui nem à outra coisa nem ao estado de coisas público. Assim como a livre indústria e o livre comércio superam a determinação privilegiada e, com ela, superam a luta das determinações privilegiadas entre si, substituindo-as pelo homem isento de privilégios - do privilégio que isola da coletividade geral, tendendo ao mesmo tempo a constituir uma coletividade exclusiva mais reduzida -, não vinculado os outros homens nem sequer através da aparência de um nexos geral e criando a luta geral do homem contra o homem, do indivíduo contra o indivíduo, assim a sociedade burguesa em sua totalidade é essa guerra de todos os indivíduos, uns contra os outros, já apenas delimitados entre si por sua individualidade, e o movimento geral e desenfreado das potências elementares da vida, livres das travas dos privilégios. A antítese entre o Estado representativo democrático e a sociedade burguesa é a culminação da antítese clássica entre a comunidade pública e a escravidão. No mundo moderno, todos são, a um só tempo, membros da escravidão e da comunidade. Precisamente a escravidão da sociedade burguesa é, em aparência, a maior liberdade, por ser a independência aparentemente perfeita do indivíduo, que toma o movimento desenfreado dos elementos estranhados de sua vida, já não mais vinculados pelos nexos gerais nem pelo homem, por exemplo, o movimento da propriedade, da indústria, da religião etc., por sua própria liberdade, quando na verdade é, muito antes, sua servidão e sua falta de humanidade completas e acabadas. O privilégio é substituído aqui pelo direito. (MARX, ENGELS, 2011, p. 135)

No movimento real da sociedade capitalista, a terceira revolução industrial, juntamente com a reestruturação dos processos produtivos, desmonta as grandes organizações políticas dos trabalhadores e os mergulha em novos padrões, expressos na fragmentação da produção e culmina na fragmentação dos trabalhadores, em novas formas de empregabilidade com sua ordenação legal adaptada às novas necessidades da produção de valor da força de trabalho. Os

movimentos sociais contemporâneos nascem nesse caldo econômico, nascem com novos objetivos e suas estruturas não são totalmente absorvidas pela organização estatal, que requer novas configurações legais para enfrentar o cenário atual. Os movimentos sociais são o fenômeno de uma reestruturação social da produção, os meios e as relações de produção impõem o desmonte da massificação dos trabalhadores, reunidos, por longo período, em grandes sindicatos e grandes partidos. O padrão da organização social se dá em nova chave política, os trabalhadores encontram dificuldades em organizarem-se em grandes formações políticas, seu poder de luta, bem como os seus poderes político e econômico de imposição de direitos ou legitimação, perdem fôlego para, inclusive, no interior das esferas estatais, lutarem por seus direitos legalizáveis.

No Estado moderno desenvolvido as coisas ocorrem de modo exatamente inverso. O Estado declara que a religião, assim como os demais elementos burgueses da vida, apenas começaram a existir em toda a sua extensão no mesmo instante em que os esclarece como apolíticos, deixando-os largados a si mesmos, portanto. A dissolução de sua existência política, como por exemplo à dissolução da propriedade mediante a abolição do censo eleitoral, ou à supressão da religião mediante a dissolução da Igreja estatal, a essa proclamação de sua morte civil dentro do Estado, corresponde sua vida mais poderosa, que agora obedece a suas próprias leis sem que ninguém a estorve, e pode estender sua própria existência em toda a sua extensão. (MARX, ENGELS, 2011, p. 136)

Pois a América do Sul foi o exemplo clássico do movimento keynesiano tardio, da inclusão dos trabalhadores nos projetos de seus estados-nacionais, incluídos em um estágio do capital mundial que passava por mudanças drásticas, os movimentos de trabalhadores sofreram com as reestruturações produtivas e foram fragmentados em suas formações originais e tradicionais. As formas de luta tiveram de ser adaptadas.

Mais uma vez, ao serem incluídos, absorvidos no ordenamento jurídico, foram transformados, os movimentos sociais, em figuras de direitos e como tais, passaram a ser controlados pelo aparato estatal, tanto à esquerda quanto à direita. Nesse movimento histórico, o marxismo dos movimentos operários e que também, de certa forma, marginalmente, inspirou movimentos sociais, que também foram capturados pelo estatismo social e econômico, restringindo, assim, suas margens de ação e autonomia necessárias para confrontar o sistema, tanto no âmbito local quanto regional.

Os blocos extremistas à direita passaram a agir com mais vigor, especialmente em diferentes países sul-americanos, em velocidades variadas, no entanto, com o mesmo propósito de desarticular as políticas econômicas, na sua maioria, keynesianas inclusivas das massas marginalizadas. Qual foi sua estratégia? Foram preparados para agir em bloco, por meio de um processo de desconstrução ideológica muito bem estudado, tanto cientificamente quanto

estatisticamente. Não foi um movimento que surgiu da forma tradicional das disputas políticas, foi concebido, diria, em laboratório. A primeira grande expressão desse modo de pensar se deu em bloco na Primavera Árabe e a partir daí, foram disparados em muitos lugares - Espanha, Inglaterra, EUA, América do Sul, Hong Kong etc. Não havia como enfrentar esse modelo porque seria preciso mais do que estratégia, seria necessário muito capital e muita tecnologia. A esquerda não tinha esse capital. Então, essa turma saiu a campo em bloco e passou a atacar em bloco, seria muito difícil competir contra a avalanche de legiões de pseudofascistas que se formaram em todas as partes, fazendo uma guinada à direita. A nossa tradição de luta estava superada, portanto, pelas condições gerais de produção e pela reestruturação das forças produtivas que, mais uma vez, não estavam ao alcance dos movimentos marxistas e demais grupos à esquerda.

A economia mundial seguiu seu curso para o colapso, a política também está ruindo, mas parece haver uma nova concepção de gerenciamento do capital, o que João Bernardo chamou de Estado Amplo, por cima das fronteiras, controlando tudo, por meio das corporações e do sistema bancário mundial. As gangues regionais provavelmente serão as novas formas de administração local das relações de exploração, os Estados estão sendo dissolvidos e derretendo a olhos nus. As legiões de fascistas estão sendo preparadas para assumir, possivelmente, esse gerenciamento.

### **Conclusões Finais**

O capital precisa de sua negação para se afirmar como tal. Ao criar, na história, o sistema social do capital, este criou a classe trabalhadora, que é, objetivamente, a negação do capital. Esta negação e a sua criação histórica, a classe trabalhadora, é a um tempo, sua vida e sua morte. Mas agora, o capital está deixando a classe trabalhadora, ou melhor, está destruindo-a, negando-a e negando a si mesmo – o capital. Sem a negação, o capital não pode nutrir a si mesmo, como capital, a não ser na esfera do abstrato total, na forma de uma tautologia social, uma totalidade vazia, sem a história em seu interior. Ao abandonar sua identidade, que se faz na negação, o capital abandona a si mesmo.

A ciência é o elemento que está no cerne deste abandono, seu fundamento é a forma material do capital, em outras palavras, à medida que a ciência abarca o mundo da produção capitalista, transforma o sistema do capital numa tautologia, esta, por sua vez, não encontra negação, não encontra sua forma formal, e ao reproduzir a si mesmo, entra em colapso. Ironicamente, a ciência se afastou da ciência. Quanto mais a ciência parece ter facilitado a vida dos seres humanos, mais estes foram afastados da ciência. Parece que tudo está dado e

respondido, a ciência tem as respostas e as soluções, a ciência naturalizou o mundo, tornou invisíveis os problemas. Liberou as pessoas para voarem em seus delírios. Os delírios levaram muitos a um retrocesso histórico, cognitivo e intelectual. Uma vez que a ciência tratou de garantir os ganhos do capital em escala mundial, gradativamente, ela se retirou do cotidiano dos sujeitos sociais e foi encastelada nos laboratórios financiados pelas grandes corporações, apesar de o discurso oficial garantir que ela está nas universidades. À medida que a ciência promulgou o avanço das forças produtivas numa velocidade jamais imaginada, a sociedade humana tornou-se refém de suas próprias descobertas. No entanto, o avanço das forças produtivas não redundou em igualdades de acesso aos produtos da ciência.

A classe trabalhadora, que nega o capital, não produz mais o capital, destarte o fato de ainda ser identificada com a produção real do valor, mas este valor ruma para o zero absoluto, à medida que a produção de todas as coisas tende ao seu não-valor. Dessa forma, o que nega o capital, a força de trabalho, deixa de existir, por que o capital fixo aumenta à medida que a ciência substitui o trabalho vivo pelo morto – as máquinas fazem tudo, ou quase tudo que é massivamente consumido. Os trabalhadores continuam a existir, a classe trabalhadora não produz em quantidade suficiente para realizar o valor, em escala mundial, portanto, a classe trabalhadora trabalha, mas não gera valor. É preciso, assim, que a classe trabalhadora deixe de ser a negação do capital, porque também o capital deixará de ser a sua negação. É preciso eliminar esta contradição, eliminar esta relação definitivamente.

### **Referências e Fontes:**

ADORNO. Theodor W. *Dialética negativa*. Tradução Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Tabelas especiais*. Tabela 1 – Capitais brasileiros no exterior – Posição. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/tabelasespeciais>. Acesso em 3 abr. 2020.

BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS-BIS. *Statistical Bulletin. Monetary and Economic Department*. December 2019. Disponível em <https://www.bis.org/statistics/bulletin1912.pdf>. Acesso em 23 mar 2020.

DEPARTMENT OF THE TREASURY/FEDERAL RESERVE BOARD. *Major foreign holders of treasury securities*. March 16, 2020, Disponível em <https://ticdata.treasury.gov/Publish/mfh.txt>. Acesso em 3 abr. 2020.

INSTITUTE OF INTERNATIONAL FINANCE – IFF. *Global debt monitor high debt may exacerbate climate risk*. Nov. 14, 2019. Disponível em Disponível em



<https://www.iif.com/publications/global-debt-monitor>. Acesso em 19 de mar. 2020.

ILOSTAT. La principal fuente de estadísticas laborales. <https://ilostat.ilo.org/es/data/browse-by-subject/>. In **ILO** – International Labour Organization. Disponível em <https://www.ilo.org/global/lang--en/index.htm>.

ILOSTAT. La principal fuente de estadísticas laborales. Output per worker (GDP constant 2011 international \$ in PPP). In *ILO modelled estimates*, Nov. 2019 null. (Downloaded on MON, 17 FEB 2020 23:38 +0100 from ILOSTAT). Disponível em [https://www.ilo.org/ilostat/faces/wcnav\\_defaultSelection?\\_afLoop=10674700056773208&\\_afWindowMode=0&\\_afWindowId=null#!%40%40%3F\\_afWindowId%3Dnull%26\\_afLoop%3D10674700056773208%26\\_afWindowMode%3D0%26\\_adf.ctrl-state%3D1a5fpqj9w\\_45](https://www.ilo.org/ilostat/faces/wcnav_defaultSelection?_afLoop=10674700056773208&_afWindowMode=0&_afWindowId=null#!%40%40%3F_afWindowId%3Dnull%26_afLoop%3D10674700056773208%26_afWindowMode%3D0%26_adf.ctrl-state%3D1a5fpqj9w_45).

ILOSTAT. La principal fuente de estadísticas laborales. *Employment by sector - ILO modelled estimates*, nov. 2019. Disponível em <https://ilostat.ilo.org/>. Acesso em março 2019.

ILOSTAT. La principal fuente de estadísticas laborales. Labour income share as a percent of GDP -- *ILO modelled estimates*, July 2019 (%). Disponível em <https://ilostat.ilo.org/>. Downloaded on TUE, 25 FEB 2020 21:27 +0100 from ILOSTAT.

ILOSTAT. La principal fuente de estadísticas laborales. *Mean nominal monthly earnings of employees by sex and economic activity -- Harmonized series null*. Disponível em <https://ilostat.ilo.org/>. Downloaded on FRI, 14 FEB 2020 18:14 +0100 from ILOSTAT

IMF – *International Monetary Fund. Global Debt Database*. Disponível em <https://www.imf.org/external/datamapper/datasets/GDD>, outubro 2019.

IMF – International Monetary Fund. *Real GDP growth. Annual percent change*. Disponível em <https://www.imf.org/external/datamapper/datasets/GDD>. Acesso em 23.abr.2020.

KRISIS. *Manifesto contra o trabalho*. Tradução do alemão de José Paulo Vaz. Lisboa: Editora Antígona, 2003. Disponível em <https://www.exit-online.org/textanz1.php?tabelle=transnationales&index=9&posnr=18&backtext1=text1.php>. Acesso em 3 abr. 2020.

KURZ, Robert. *Crise e crítica: O limite interno do capital e as fases do definhamento do marxismo. Um fragmento*. Segunda parte. Original **KRISE UND KRITIK**. Die innere Schranke des Kapitals und die Schwundstufen des Marxismus. Ein Fragment. Zweiter Teil in revista EXIT! Krise und Kritik der Warengesellschaft, 11 (07/2013) [EXIT! Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria, nº 11 (07/2013)], ISBN 978-3-89502-370-5, 220 p., 13 Euro, Editora: Horlemann Verlag, Heynstr. 28, 13187 Berlin, Deutschland, Tel +49 (0) 30 49 30 76 39, E-mail: info@horlemann-verlag.de, <http://www.horlemann.info>. Tradução de Boaventura

Antunes (08/2014). Disponível em <http://obeco.no.sapo.pt/rkurz410.htm>.

\_\_\_\_\_. *Indústria cultural no século XXI: Sobre a actualidade da concepção de Adorno e Horkheimer*. Original KULTURINDUSTRIE IM 21. JAHRHUNDERT. Zur Aktualität des Konzepts von Adorno und Horkheimer in revista **EXIT!** Krise und Kritik der Warengesellschaft, 9 (03/2012) [EXIT! Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria, nº 9 (03/2012)], ISBN 978-3-89502-333-0, 200 p., 13 Euro, Editora: Horlemann Verlag, Heynstr. 28, 13187 Berlin, Deutschland, Tel +49 (0) 30 49 30 76 39, E-mail: [info@horlemann-verlag.de](mailto:info@horlemann-verlag.de). Disponível em <http://www.horlemann.info>. Tradução de Boaventura Antunes (03/2013).

\_\_\_\_\_. *O Colapso da Modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. 6ª ed., Tradução de Karen Elsabe Barbosa. Editora Paz e Terra, 1992.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *A sagrada família, ou. A crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes*. Tradução de Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels).

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços de uma crítica da economia política*. Tradução Mário Duayer, Nélio Shineider. São Paulo: Boitempo: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política. Vol. 1, Livro Primeiro: O processo de produção do capital, Tomo 1*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

**Resumo:** Os trabalhadores sul-americanos sofrem com a crise estrutural do capital de âmbito global, devido à reestruturação das forças produtivas, impulsionadas pela forma material, a ciência. Por conseguinte, o aumento da financeirização sem base material - irreversível. Os dados aqui apresentados procuram reforçar a compreensão do abandono do capital. Os trabalhadores estão sob dupla exploração: achatamento do preço da força de trabalho e dependência das condições materiais.

**Palavras-chave:** Financeirização, absorção, abandono.

**Abstract:** South American workers suffer from the global structural crisis of capital, due to the restructuring of the productive forces, driven by the material form, science. Consequently, the increase in financialization without a material basis - irreversible. The data presented here seeks to reinforce the understanding of abandonment of capital. Workers are under double exploitation: flattening the price of labor and dependence on material conditions.

**Key-words:** Financialization, absorption, abandonment.

\* Artigo recebido em 09/07/2020

\* Artigo aceito em 18/08/2020

## UM BALANÇO DO PROGRESSISMO URUGUAIO E A SUA DERROTA ELEITORAL EM 2019

Fabio Luis Barbosa dos Santos\*

### Introdução

Quando o Frente Amplio (FA) venceu as eleições no Uruguai em 2004, o Mercosul se tingiu de progressismo. Assim como o PT brasileiro, o FA é uma organização consolidada, que disputara diversas eleições presidenciais e comandava a capital uruguaia há quinze anos antes de chegar à presidência. Com Tabaré Vázquez, a economia voltou a crescer e os trabalhadores organizados, se fortaleceram. Seu sucessor “Pepe” Mujica, protagonizou o momento mais *pop* do progressismo, quando o velho *tupamaro* que vive em sua modesta chácara e anda de fusca, legalizou o aborto, o matrimônio gay e a maconha. O pequeno Uruguai atraiu simpatia e investimentos. Para além do folclore, a economia política frenteamplista articulou uma densa legislação laboral, estimulando a formalização do trabalho e o protagonismo sindical, com a atração de capital estrangeiro, que controla as principais exportações do país. Em um país onde o prestígio do Estado e dos serviços públicos tem raízes históricas profundas, e em que o neoliberalismo falhou em privatizar as estatais, os governos do FA reeditaram a utopia de uma cidadania salarial, remetendo aos prósperos tempos do battlismo na primeira metade do século XX, quando comparar o país à Suíça parecia plausível. Em 2019, embora o Uruguai mostrasse índices melhores do que quinze anos antes sob qualquer parâmetro, o FA perdeu a presidência. Este texto aborda a trajetória do progressismo uruguaio, analisando os avanços e contradições da economia política frenteamplista, para compreender as razões da sua derrota eleitoral. Constatam-se fraturas sociais que desafiam as cifras e a legitimidade de uma esquerda que se pauta pela estabilidade e não pela mudança, em um contexto em que a relação tendencialmente simbiótica entre sindicato, partido e Estado, que tem como horizonte uma cidadania salarial, está em xeque no Uruguai e no mundo.

### Do neoliberalismo ao *Frente Amplio*

A abertura democrática que se seguiu à ditadura (1973-1985) pretendeu restabelecer o bipartidismo prevalente desde o século XIX, reduzindo a disputa política à oposição entre *blancos* e *colorados*. Embora fosse impossível restituir a centralidade que

---

\* Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo/USP e professor da Universidade Federal de São Paulo/UNIFESP. E-mail: [faboroso@gmail.com](mailto:faboroso@gmail.com)

os chamados “partidos tradicionais” um dia tiveram na vida uruguaia, este objetivo foi parcialmente exitoso, na medida em que estes partidos comandaram o país até a vitória do Frente Amplio (FA) em 2005. A restauração política se traduziu em continuidade econômica. A agenda liberal iniciada em 1959 e aprofundada pela ditadura, foi retomada pelos governos pós-ditadura, que logo adotaram o receituário neoliberal. Índícios dos novos tempos, em 1985 foi aberta a primeira universidade privada do país, a Universidade Católica – que, diga-se de passagem, provê o primeiro escalão do governo atual. Até então, o ensino superior era monopolizado por Udelar, a primeira universidade pública da América Latina, fundada em 1838. Também em 1985, foi aberto na capital uruguaia o *Montevideo Shopping*, primeiro centro comercial do gênero no rio da Prata.

No entanto, o marco da inflexão neoliberal foi o governo de Lacalle Pou (1990-1994), que implementou a versão uruguaia de um programa de estabilização a partir de uma âncora cambial. Como nos países vizinhos, o programa foi exitoso em conter a inflação, mas agravou os déficits em conta corrente, cobertos em um primeiro momento pelo fluxo de capital estrangeiro. A posição do país como praça financeira internacional parecia se firmar, sobretudo para depósitos argentinos, mas também para brasileiros: recorde-se que, no processo de *impeachment* de Collor em 1992, veio à tona a “Operação Uruguai”, revelando empréstimos fraudulentos que financiaram a campanha eleitoral do ex-presidente em 1989.

A lógica de que era preciso atrair investimento externo levou à proposta de zonas francas, regulamentada em 1987. A primeira do país se instalou em Montevideu em 1990, com um perfil de serviços e logística. E foi este setor que puxou a economia em uma década em que o país voltou a crescer, dinamizado pela expansão do turismo, além do setor financeiro. Por outro lado, a desindustrialização acelerou-se: entre 1989 e 1999, a participação das manufaturas na riqueza produzida caiu de 26,8% para 16,7% e cerca de 100 mil postos de trabalho foram fechados, enquanto o setor agropecuário tampouco cresceu (Falero, 2011, p. 147). Porém, uma legislação florestal convidativa à indústria de celulose (1987) e a liberação da soja transgênica em 1996, assentaram os fundamentos do crescimento futuro do setor. No conjunto, serviços financeiros, administrativos e logísticos favorecidos pela construção de zonas francas; a indústria do turismo; a exportação de soja e celulose, somaram-se à tradicional exportação pecuária, constituindo as balizas da economia uruguaia no século XXI.

A articulação entre liberalização financeira e comercial com a atração de investimento estrangeiro, é vista como imperativa por muitos uruguaiois, inclusive no FA.

Por outro lado, as privatizações foram uma frente sensível do programa neoliberal, tendo em vista a legitimidade dos serviços públicos no país, valorizados desde o battlismo. Mesmo a ditadura, que liberalizou tudo, não tocou nas empresas públicas. A tentativa de Lacalle Pou de avançar esta agenda enfrentou resistência popular, que resultou na realização de um referendo breando as privatizações em 1992: “wilsonianos” do Partido Nacional e colorados battlistas somaram-se ao Frente Amplio nesta campanha vitoriosa. Em 2003, outra consulta derogou a lei que favorecia a privatização da *Administración Nacional de Combustibles, Alcohol y Portland* (ANCAP) e no ano seguinte, um plebiscito aprovou o monopólio da água pelo Estado, freando a privatização dos serviços de água e saneamento básico, com a qual o presidente Jorge Battle havia se comprometido em carta de intenções com o FMI. Pode-se dizer que as consultas públicas foram um instrumento singular da luta contra o neoliberalismo no Uruguai, que se estendeu a outras esferas, incluindo uma tentativa de revogar a “lei de caducidade” que protegia os terroristas de Estado, derrotada por estreita margem. Entre 1989 e 2004 realizaram-se 24 consultas públicas no país.

Apesar das privatizações como tal terem sido breçadas, processos de desregulação e transferência de atividades do Estado ao setor privado avançaram pelas beiradas. A administração do porto de Montevideu foi objeto de uma lei específica em 1992; a companhia aérea Pluna foi vendida; o Banco de Seguros do Estado perdeu o monopólio de seguros em 1994; a Companhia de Gas foi vendida a uma empresa francesa em 1994, enquanto *Administración de Ferrocarriles del Estado* (AFE) convidou o capital privado para operar serviços ferroviários; operadoras privadas ingressaram no setor de telefonia móvel; além disso, avançaram as terceirizações de serviços e servidores do Estado, processo que continuou nos governos do Frente Amplio. Entretanto, as principais empresas públicas seguiram intactas.

Vista no seu conjunto, a evolução do Uruguai após a ditadura segue um padrão comum na região, em que os constrangimentos à democratização limitaram a mudança, condicionando a política futura. A restauração espúria do bipartidismo implicou em continuísmo econômico, evoluindo em direção neoliberal. O desgaste político decorrente desta agenda corroeu a legitimidade de *blancos* e colorados, enquanto crescia o prestígio do FA, entre consultas populares e a prefeitura de Montevideu, que governa de 1989 até hoje. Em 1994, o partido perdeu a presidência por uma diferença inferior a 2% dos votos e em 1999, só não venceu porque uma mudança no rito eleitoral instituiu o segundo turno, justamente para prevenir este desfecho.

Porém, olhando retrospectivamente, esta foi uma ótima eleição para se perder: a desvalorização cambial no Brasil em 1999, seguida da *débâcle* argentina em 2001 incidiram no Uruguai. Em 1999, o país mergulhou em uma recessão que durou quatro anos, que a partir de 2002 ganhou os contornos de uma crise colossal (Finch: 2014, 303). Entre janeiro e julho, o risco país subiu de 220 a 3.000 pontos, enquanto a corrida aos bancos levou 40% dos depósitos. Ao longo do ano, o PIB desceu 11%, os salários reais caíram 25% e o desemprego atingiu 19% dos trabalhadores. O lugar do país no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do PNUD recuou de 29 na primeira medição em 1990, para 46. Em 2004, a pobreza alcançou 40% da população, nível similar ao da informalidade laboral, enquanto a indigência vitimava 100 mil uruguaios e outros 100 mil emigravam para o estrangeiro, todos números extraordinários na história do país (Carracedo; Senatore: 2016, 19).

A resposta do FA à crise foi cacifar-se como a esquerda da ordem. Os porta-vozes do partido defenderam a legitimidade do sistema político e condenaram toda expressão popular violenta, visando canalizar o descontentamento por vias institucionais, no que foram auxiliados pelo PIT-CNT (*Plenario Intersindical de Trabajadores – Convención Nacional de Trabajadores*), central sindical do país. O futuro presidente Tabaré Vázquez resumiu o espírito da coisa, pedindo que “não se faça lenha com a árvore caída”. Apesar do desastre, no Uruguai não houve “*que se vayan todos*”. E nas eleições presidenciais seguintes, o Frente Amplio levou no primeiro turno, enquanto o candidato da situação (colorado) teve dez por cento dos votos.

A vitória eleitoral do Frente Amplio (FA) em 2004 teve um impacto político extraordinário, rompendo com o domínio dos “partidos históricos”, colorado e blanco, que caracterizavam a autocracia uruguaia desde as origens do país. Desde então, o partido comandou o país por três mandatos consecutivos (2005-2020), em que teve maioria absoluta e não enfrentou uma oposição importante, em um contexto no qual os partidos tradicionais se revelaram débeis e desprestigiados.

De modo geral, cada um destes mandatos teve sua marca. A primeira administração de Tabaré Vázquez (2005-2010) se caracterizou por uma profícua atividade legislativa no mundo do trabalho, articulado a uma variedade de políticas sociais. Neste período, a economia uruguaia retomou o crescimento, puxada pela alta nos preços internacionais das commodities, como aconteceu em toda região. O governo seguinte de Pepe Mujica (2010-2015) destacou-se pela chamada “agenda de direitos”, promovendo o matrimônio igualitário, a legalização do aborto, a lei trans e a legalização

do plantio e consumo da cannabis – iniciativas às quais o médico Vázquez se opunha. O segundo mandato de Vázquez (2015-2020) defrontou-se com a desaceleração do crescimento econômico, o agravamento no déficit das contas públicas e o aumento do desemprego, respondidos com ajuste estrutural e busca de mais investimentos internacionais, cujo principal resultado será a terceira e maior fábrica de celulose do país. Do ponto de vista econômico, os fundamentos estabelecidos nos governos anteriores se aprofundaram e deram frutos, favorecidos pelo contexto internacional. Quando Mujica afirma que “Si el país fuera una ecuación, diría que la formula a intentar es agro + inteligência + turismo + logística regional. Y punto” (Mujica, 2010), o subtexto é que FA se propôs a fazer mais do mesmo, porém de forma inteligente. Nas páginas seguintes, examinaremos em que consistiu esta inteligência frenteamplista.

### **Estratégias de legitimação social**

A estratégia de legitimação social dos governos do FA teve dois braços fundamentais: o fortalecimento do mundo do trabalho e da sua representação sindical, aliado a uma extensa rede de políticas assistenciais focalizadas.

Sobretudo no primeiro mandato, observou-se um intenso ativismo legislativo no campo laboral, que favoreceu a formalização do trabalho e os níveis de sindicalização, e teve consequências positivas do ponto de vista de salários e direitos. Vázquez prometeu recuperar os níveis salariais anteriores à crise de 2002, o que foi cumprido. Entre 2005 e 2014, o salário real cresceu 52%, em uma trajetória irregular. Após um significativo aumento no governo Vázquez, houve uma desaceleração sob Mujica, quando o crescimento médio anual foi de 3,6% (4,2% no setor privado e 2,2% no público) (Carracedo, Senatore, 2016, p. 24). Por outro lado, a *Encuesta Continua de Hogares* de 2014 indicava que 40% dos assalariados recebia menos de 15.000 pesos (cerca de US\$ 500 à época), enquanto o custo da cesta básica familiar neste ano era estimado em 53.000 pesos (Busqueda, 2014). No plano da criação de trabalho, estima-se que 300 mil postos foram criados no período *frenteamplista*, dos quais 1/5 se perderam durante o último mandato (2015-2020).

Ao longo dos governos do FA, promulgaram-se mais de 70 leis relacionadas ao trabalho, que incluem: a regulação do trabalho doméstico, a limitação em 8 horas da jornada de trabalho no setor rural, leis sobre terceirização (responsabilizando quem contrata a terceirizada pelas relações de trabalho praticadas), um conjunto de leis que protegem os direitos básicos dos terceirizados no setor público (principal terceirizador no

país), a lei de responsabilidade penal empresarial (que reduziu o índice de acidentes de trabalho); reformularam-se as licenças por maternidade e paternidade, assim como os subsídios para cuidados de recém nascidos; avanços jurídicos ante situações de assédio sexual no trabalho e violência doméstica; medidas contra a discriminação de gênero no trabalho (como proibir a exigência de exame de gravidez na admissão de mulheres), entre outras. A cobertura previdenciária aumentou, em função do maior grau de formalização do trabalho, que também foi estimulado pela criação do *Sistema Nacional Integrado de Salud* em 2007, ampliando a cobertura de saúde para a família do trabalhador que contribui para a seguridade social. Há relatos de que até guardadores de carro passaram a contribuir para o sistema, cuja cobertura alcançou mais de 4/5 dos trabalhadores.

Provavelmente, as iniciativas de maior impacto global resultaram de mudanças na legislação sindical, e do reestabelecimento do Conselho de Salários e das negociações coletivas. Uma legislação de proteção da liberdade sindical se revelou como um instrumento fundamental para estimular a organização sindical. A Lei do Foro Sindical permitiu criar sindicatos onde antes não havia, como em hipermercados. Como decorrência, a taxa de sindicalização elevou-se a 29% dos assalariados, e os afiliados do PIT-CNT passaram de 120 mil a 350 mil entre 2005 e 2014 (Carracedo; Senatore: 2016).

Reestabeleceram-se os Conselhos de Salários, um instrumento de negociação tripartite (empregador, trabalhadores e Estado) criado nos anos 1940 e desmantelado pela ditadura. Mais ainda, o seu alcance se estendeu aos trabalhadores domésticos e rurais. Como resultado, a cobertura da negociação coletiva elevou-se de 20% a praticamente 90% dos trabalhadores assalariados, coordenado pelo *Consejo Superior Tripartito* (governo, câmaras empresariais e PIT-CNT). Este fortalecimento dos sindicatos e do protagonismo do PIT-CNT implicou em ambiguidades, uma vez que o governo esperava, como contrapartida, que a organização militasse para conter, ordenar e moderar – em uma palavra, institucionalizar a luta sindical. Assim, a autonomia sindical esteve ameaçada por uma relação que tendia à simbiose com o governo, como se depreende desta passagem elogiosa à sua atuação:

Durante el primer gobierno del FA, el PIT-CNT logro mantener su potencial de control y mediación de la estructura sindical conteniendo acciones de free riding, ordenando las relaciones entre cúpula y nuevas bases sindicales (más heterogéneas y más jóvenes, sin acervo sindical, menos politizada y con objetivos cortoplacistas) y acotando las acciones de los sectores minoritarios radicales más ideologizados, prevaleciendo las posiciones tendientes a compromisos y actitudes responsivas ante lo que era la primera experiencia de la izquierda em el gobierno” (Carracedo, Senatore, 2013, p. 26-27).



Embora a atuação dos conselhos de salários fortaleça a posição dos trabalhadores, ela foi limitada na prática por pautas do Executivo constringendo as aspirações populares, e em particular, pela preocupação macroeconômica no que tange a relação entre salários e inflação. É preciso lembrar que as administrações frenteamplistas foram conservadoras neste campo. Tabaré Vázquez chegou a convidar o então presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Enrique Iglesias, para ministro da economia em seu primeiro mandato. O convite não foi aceito, mas Iglesias comprometeu-se a apoiar o governo em “101%” (LaRed21: 2004; Zibechi, 2003). Por outro lado, o artigo 21 da lei de negociação com o setor privado estabelece uma cláusula legal obrigatória de paz, que tem resultado em uma judicialização de conflitos, ilegalizando formas de luta como piquetes e ocupações, o que afeta a autonomia sindical (Parilla, 2019, p. 10).

As dificuldades se estendem ao setor público, uma vez que a lei de negociação coletiva se limita a promover a reunião entre as partes, mas o poder de decisão é hierárquico e unilateral. As relações com o governo foram particularmente difíceis no governo de Mujica, quem se indispôs com os servidores no mesmo dia em que assumiu, estigmatizando-os como um segmento privilegiado e que trabalha pouco (Mañan: 2019). Meses depois, promulgou o decreto 354/2010 proibindo a ocupação de escritórios públicos como forma de greve. Posteriormente, o decreto foi aplicado inclusive contra uma ocupação estudantil da sede do *Consejo Directivo Nacional* (CODICEN), órgão responsável pela educação pública no Uruguai. Também Mujica usou o recurso de decretar a “essencialidade” de serviços públicos como forma de ilegalizar uma greve, por exemplo, quando a *Federación de Funcionarios de Salud Pública* (FFSP) ocupou centros de saúde em um momento em que o governo negociava com o PIT-CNT. O ponto mais baixo da relação com os servidores se deu no enfrentamento com os professores em 2015, quando o governo Vázquez decretou como “essencial” o serviço de educação, criminalizando a greve. Sobre as organizações docentes, Mujica tinha dito que era preciso juntar-se e “hacer mierda a esos grêmios” (Brecha, 2015). A legislação antissocial avançou também no governo seguinte, com o chamado decreto “antipiquete” aprovado em março de 2017 e ainda, com a legislação antiterrorista promulgada por Vázquez em 2019 (Pérez, 2019).

Vista em conjunto, a profícua atividade legislativa dos governos frenteamplistas foi analisada por um advogado da Confederação de Organizações de Funcionários do Estado (COFE) nos seguintes termos: “Longe de uma linearidade progressista de conquistas jurídicas que se pretende vender, a normativa se aproxima mais a uma espécie

de miscelânea contendo avanços em matéria de proteção laboral, mas matizada por um contexto de domínio das necessidades do capital que termina imprimindo sua identidade profunda” (Parrilla, 2019, p. 8).

No entanto, os avanços contidos nesta “miscelânea normativa” são vistos com hostilidade pelo capital. Perguntada sobre as razões para a Petrobras deixar o Uruguai, Taís Amorim, chefe do setor comercial da embaixada brasileira no Uruguai, não titubeou: o elemento decisivo foi a força sindical uruguaia, que resulta em salários altos, negociados em um conselho tripartite com a participação de um governo em que, ainda por cima, o ministro é um ex-sindicalista. A diplomata relata que cada vez que a Petrobras demitia, havia greve, e, portanto, a empresa se deparou com inúmeras greves. A Petrobras levou seu caso para arbitragem internacional, enquanto o empresariado uruguaio denunciou aspectos da negociação coletiva de trabalho na Organização Internacional do Trabalho (OIT). Mas, segundo Amorim, naquele momento a Petrobras não teve alternativa, senão deixar o país: foi uma decisão econômica e financeira. A diplomata descreve sua função como assessorar empresários brasileiros, visando promover a exportação e os investimentos do país no Uruguai. Independente da exatidão do relato sobre a Petrobras, é patente a hostilidade de uma porta voz do capital diante da arquitetura trabalhista erigida pelo FA. Sua análise foi arrematada com a observação de que faz parte da agenda do novo governo (Lacalle Pou) tornar “menos conflituosa” as relações de trabalho (Amorim, 2019).

Ao mesmo tempo em que legislou sobre as relações de trabalho, o primeiro governo Vázquez promoveu um censo extensivo, que embasou uma multiplicidade de políticas e estratégias de gestão da pobreza, mobilizando centenas de ONGs no processo. Inicialmente, instaurou-se um programa de transferências condicionadas para atender a situação de crise (*Plan de la Atención de la Emergencia Social*), que logo evoluiu para uma política de transferência a famílias de amplo alcance (*Plan de Equidad*). No governo Mujica, estas políticas ganharam um viés eminentemente focalizado, ampliando-se a variedade e o alcance de algumas prestações (Midaglia, Tejera: 2016, p. 58; Pérez, Piñeiro, Rosenblatt, 2016, p. 6).

Em geral, estas políticas replicam discursos e práticas das agências globais, em torno do empreendedorismo, por exemplo (Falero, 2019). Além da *Asignación Familiar*, cobrindo 20% dos menores em lares pobres, apoia-se uma variedade de empreendimentos populares, entre cooperativas e programas – por exemplo, mulheres que varrem folhas caídas no outono. Outras políticas incluem cartões de alimentação pré-pagos para as

famílias mais pobres, melhoria da alimentação nas escolas, e pensões para idosos entre 65 e 70 anos, mitigando os efeitos da reforma previdenciária de 1995. Ao mesmo tempo, multiplicaram-se espaços institucionalizados de participação cidadã, como Juntas e Conselhos, assim como instâncias provisórias, na forma de “diálogos” ou “debates”. Por outro lado, declinou o recurso a mecanismos de consulta direta, realizando-se somente seis consultas ao longo de quinze anos – quatro vezes menos do que nos quinze anos anteriores. Para gerir esta engenharia social, foi criado um Ministério de Desenvolvimento Social (Midaglia, Tejera, 2016).

Entre 2004 e 2018, o gasto público social aumentou em 136% no Uruguai em termos reais. Em termos proporcionais, o peso do gasto público elevou-se de 22,5% para 26,4% do PIB entre 2004 e 2014. Ampliaram-se os gastos em saúde, mas também em segurança. Este aumento substantivo das receitas está relacionado ao crescimento da economia, mas a reforma tributária avançada em 2007 também contribuiu.

Segundo o próprio governo, a reforma teve dois pilares: equidade e promoção do investimento. Simultaneamente, a estrutura de arrecadação e gestão tributária do Estado foi fortalecida. Um imposto de renda de pessoas físicas (IRPF) foi criado em lugar do inócuo imposto às retribuições pessoais, com alíquotas progressivas entre 0 e 25% - uma alíquota mais baixa do que as rendas do capital, entre 3% e 12%. Estima-se que 88% da arrecadação do imposto de renda pessoa física provem dos trabalhadores (Mañan, 2019). Por outro lado, a tributação da renda empresarial reduziu-se de 30% dos lucros para 25%, embora os dividendos distribuídos paguem um 7% adicional. Posteriormente, no governo Mujica, ensaiou-se um imposto progressivo sobre a propriedade fundiária, que acabou não vingando. Para o investidor estrangeiro, há uma série de isenções atrativas, além das zonas francas. A diplomata brasileira Taís Amorim ressalta que imposto no Uruguai é um assunto simples, vantagem difundida pelas propagandas de *Uruguay XXI*, a agência de fomento de investimentos no país.

Na esteira da crise de 2008 houve uma modesta flexibilização do sigilo bancário, facilitando a solicitação de informações via judicial, além da proibição de criar novas Sociedades Anônimas Financeiras de Investimento (empresas *offshore*), e um prazo para encerrar as então existentes. O móvel destas medidas foi a pressão internacional, e seu objetivo foi evitar que o país fosse considerado um “paraíso fiscal” (Antía, 2016, p. 305). Buscou-se então um equilíbrio entre a defesa da reputação internacional e a preservação das regras do jogo que favorecem o sistema financeiro uruguaio no âmbito regional.

Uma área que se beneficiou do aumento do investimento social foi a saúde. No segundo ano do governo Vázquez, foi avançada uma reforma no setor, estimada como uma das principais realizações do FA. Originalmente, previa-se que o dinheiro para a saúde sairia da reforma tributária. Como isso não se viabilizou, o governo ampliou o antigo seguro de saúde dos trabalhadores, administrado pelo *Banco de Previsión Social* (BPS). Em 2007, criou-se o *Fondo Nacional de Salud* (Fonasa) para centralizar os recursos alocados ao setor, administrados pelo BPS. Fonasa reúne contribuições do Estado, das empresas e das famílias, que aportam entre 3% a 8% de sua renda, dependendo da capacidade de contribuição e da estrutura familiar. O fundo remunera os prestadores de serviço de saúde por cada um dos beneficiários, segundo um cálculo de risco que independe da contribuição individual. Em suma, trata-se de um sistema misto, onde os trabalhadores contribuem com um percentual variável do salário, formando um grande caixa que remunera os prestadores de serviço, públicos e privados, dentre os quais é permitido ao usuário escolher quem lhe atenderá.

A reforma teve êxito em massificar o sistema: entre 2005 e 2010, a cobertura de saúde Fonasa triplicou, passando de 570.661 a 1.591.688 pessoas, enquanto neste mesmo período, dobrou o gasto governamental, que passou de 17.473 mil pesos para 37.736 mil pesos (Setaro, 2016, p. 206). Porém, o sistema tem uma vulnerabilidade: a “atadura estabelecida entre la intensidad de la ciudadanía social y el funcionamiento del mercado de trabajo”, restringindo o acesso de quem não tem inserção laboral (Setaro: 2016, 233). Além disso, dez anos depois da sua criação, reconhecia-se que o aumento da cobertura afetou a qualidade dos serviços (Caetano, 2017, p. 26).

Em contraste com a saúde, a educação é reconhecida mesmo entre seus simpatizantes, como um campo em que o progressismo uruguaio falhou. Depois de um começo próspero, com a distribuição de computadores portáteis a alunos e professores de escolas públicas em 2007 (*Plan Ceibal*), a educação escolar se defrontou com problemas de financiamento, resultando na precarização dos serviços oferecidos, rebaixamento do padrão de vida dos professores e a abertura para a expansão privada. A pretexto de enfrentar estas dificuldades, o senador colorado Pedro Bordaberry, filho do presidente que virou ditador, avançou um projeto de lei viabilizando a existência dos primeiros “colégios públicos de gestão privada” (Cano, 2019). No final de 2019, o senador apresentou um projeto similar, visando o ensino básico. O ensino superior teve sorte melhor em relação ao financiamento. Entretanto, a participação das matrículas e o número de instituições privadas que operam no ensino superior e na educação básica, aumentou.

Em 2019, as escolas e universidades privadas respondiam, respectivamente, por 1/5 e 1/10 da demanda, proporções baixas em comparação com outros países latino-americanos, mas que tem crescido.

A análise da educação no Uruguai dá pistas para entender a derrota eleitoral do FA em 2019. Porque a despeito de uma desaceleração, a economia uruguaia seguia crescendo e sob qualquer indicador que se analise, a situação da população ao final do terceiro mandato do FA era melhor do que quinze anos antes. No entanto, o que as cifras não mostram são as fraturas sociais do país, no sentido de profundas diferenças socio-territoriais, implicando que qualquer indicador é marcadamente diferente entre um bairro e outro. Estas fraturas são palpáveis na grande Montevideu, que responde por cerca de 2 milhões dos 3,5 milhões de habitantes do país. Por exemplo, constatam-se altos índices de abandono do ensino médio na periferia, em contraste com os bairros centrais. A evasão escolar está associada ao aumento da delinquência juvenil no país. Nos últimos dois anos de governos FA, o índice de assassinatos saltou de 5 para 11 por cem mil habitantes. Embora o fenômeno tenha proporções muito menores do que no Brasil (1/5 da média de assassinatos do Ceará e 1/3 da média nacional) e em outros países latino-americanos, é relevante para a realidade uruguaia, fundamentando a gramática da insegurança explorada eleitoralmente pela nova e pela velha direita (Falero, 2019). Uma clivagem regional se sobrepõe a esta fratura urbana, uma vez que o Uruguai das fronteiras, onde o FA nunca se enraizou, é diferente e mais conservador do que a urbana Montevideu. Há uma semelhança espantosa entre o mapa eleitoral da eleição presidencial de 2019 e o plebiscito realizado pela ditadura em 1980, revelando a força do conservadorismo nos rincões do país.

E, no entanto, se a questão da segurança foi explorada eleitoralmente pela direita, não foi por falta de investimento: entre 2004 e 2014, o gasto em segurança passou de 1,15% do PIB para 1,57% do PIB, em um período em que o PIB praticamente dobrou (Vila: 2016, p. 273). Também não foi por falta de punitivismo, embora inicialmente não tenha sido assim. Em 2005, o governo adotou uma “lei de humanização das prisões”, que reduziu penas para o detento que estuda e trabalha, estabeleceu mesas de segurança e convivência nos bairros para trabalhar a prevenção, entre outras medidas.

Entretanto, em pouco tempo o discurso e as práticas punitivistas se impuseram, particularmente no governo Mujica. Apesar da criação do Instituto Nacional de Reabilitação em 2010, que extraiu da polícia a administração carcerária, a cultura punitivista permeia o sistema judiciário, a prática legislativa e a concepção e gestão das

prisões. Exemplos no campo legislativo incluem a chamada “lei de faltas” em vigor desde 2013, castigando quem dorme em espaços públicos, podendo até encarcerar moradores de rua. Ou a legislação que agiliza processos de despejo, agora considerados como processos penais e não civis. Ou ainda, a proliferação de câmeras de vídeo no centro de Montevideu, todas práticas consonantes com a ideia de urbanizar segundo a lógica de securitizar (Pérez, 2019). Sob o FA, prosperou a abordagem do cidadão como um infrator em potencial, que se expressou na criação de novos tipos de delitos, no endurecimento das penas, na restrição de benefícios para os presos e no uso excessivo da detenção preventiva (65% da população carcerária em 2016). Como resultado, a população carcerária se elevou de 4.117 para 8.316 detentos entre 1999 e 2009, enquanto dez anos depois, rondava 11.500 presos. Em 2017, Uruguai e Brasil tinham a maior concentração carcerária em proporção à população na América Latina (Prison Insider, 2018).

As condições de reclusão são notoriamente ruins. Em 2011, treze detentos morreram queimados em decorrência de um acidente e a inspeção internacional que seguiu considerou prisões uruguaias “absolutamente inadequadas para o alojamento de seres humanos” (OEA: 2011). Como resposta, a partir de 2012 dificultou-se o acesso de ONGs às prisões em todo o país, enquanto o sistema carcerário se expandia. O projeto de uma prisão cujas celas não tinham janelas, apenas um buraco no teto, foi barrado por defensores dos direitos humanos. Mas o esquema de parceria público-privada regulado em 2011, avançou. Em 2018, entrou em funcionamento a segunda maior prisão do país operando neste modelo, que cobra “hotelaria” por preso atendido e evidentemente, não tem interesse em processos de reabilitação, pois quanto mais presos, mais próspero o negócio (Serpaj, 2019).

No que tange aos crimes da ditadura, o legado frenteamplista é decepcionante. Aventa-se que no primeiro governo Vázquez, seu braço direito Gonzalo Fernández negociou com os militares a prisão de alguns dos torturadores mais notórios, em troca de encerrar o assunto (Serpaj, 2019). Já a conduta de Mujica em relação ao tema despertou indignação, inclusive entre correligionários. Questionado sobre o que pensa do ex-presidente, o deputado do FA Luis Puig foi enfático em afirmar que discrepa totalmente de Mujica no que diz respeito à política de direitos humanos e as relações com as Forças Armadas, posição compartilhada por outros opositores à ditadura (Puig, 2019, Serpaj, 2019, Anahit Ahanorian, 2019). Existe consenso de que o ministro da Defesa de Mujica e ex-tupamaro Eleuterio Fernández Huidobro, ao contrário de enfrentar os militares, se tornou seu porta-voz. Fernández se opôs às investigações dos crimes da ditadura e se

pronunciou, mais de uma vez, em defesa de militares processados pela justiça por violações aos direitos humanos, enquanto criticou reconhecidas organizações de direitos humanos (González, Méndez, 2016, p. 242). Quando Serpaj, uma prestigiosa instituição presente em 13 países latino-americanos denunciou que o ministério sonegava informação solicitada por investigações dos crimes da ditadura (Serpaj, 2015), o ministro reagiu: “Es falso lo que dice esa ONG, financiada por las peores fundaciones imperiales. ¡Falso! No tengo información. Si Serpaj me autoriza a torturar por un mes yo capaz que le consigo información” (El Observador, 2014)<sup>1</sup>.

Apesar dos protestos suscitados por esta gestão *sui generis*, que despertou mais críticas no próprio partido do que na oposição, Fernández Huidobro foi mantido no cargo pelo segundo governo Vázquez, onde permaneceu até sua morte em 2016. Outro modo de valorizar os militares foi ampliar o envio de efetivos uruguaios às missões de paz da Organização das Nações Unidas (ONU), inclusive para a intervenção no Haiti, a qual anteriormente o partido se opôs. Sob o FA, o pequeno Uruguai se tornou um dos dez maiores contribuintes mundiais para missões da ONU (González, Méndez, 2016).

No entanto, nem tudo foram flores na relação com a caserna. Em 2018, o governo Vázquez aprovou uma reforma da aposentadoria dos militares condizente com a lógica do ajuste estrutural, criticada publicamente pelo comandante do exército, Guido Manini Ríos. Este militar original de uma família “aristocrata e fascista”, teve o endosso de Mujica e Fernández Huidobro para ascender a general em 2011, e no último mês do seu mandato em 2015, o ex-tupamaro o nomeou comandante em chefe das forças armadas<sup>2</sup>. Como a constituição proíbe pronunciamentos políticos de militares, Manini foi preso em 2018 por 30 dias. Uma vez solto, “insubordinou-se ao presidente Vázquez até cansar”, com declarações reivindicando os militares e a ditadura, o que catapultou sua candidatura presidencial pelo recém-criado *Cabildo Abierto*, oficializada quando o presidente o passou para a reserva (Aram Aharonian, 2019). Por sua vez, em seu último ano na presidência, Vázquez autorizou uma diminuição do efetivo de militares de alto escalão e extinguiu os “tribunais de honra” criados pela ditadura.

---

<sup>1</sup> Tupamaros como Mujica e Fernández fazem a leitura de que houve uma guerra entre dois atores armados, e não um terrorismo de Estado. No plano psicológico, especula-se que este passado militar comum entre guerrilha e exército suscita uma espécie de camaradagem mórbida, que se traduz em cumplicidade. Quando Fernández morreu, o general Manini fez um discurso emocionado em seu funeral.

<sup>2</sup> Mujica também promoveu Luis Almagro, quem foi seu ministro das Relações Exteriores em seu governo e posteriormente, designado para a Organização dos Estados Americanos (OEA), onde se tornou “um operador político dos Estados Unidos” (Puig: 2019).

Na campanha eleitoral de 2019, *Cabildo Abierto* funcionou como uma espécie de “imã que atrai toda pauta reacionária”, enquanto surfava no discurso de insegurança martelado pela oposição e os meios de comunicação (Vera, 2019). Por exemplo, Manini Ríos assumiu uma posição contrária à agenda de direitos, cuja liderança erroneamente se atribui, fora do Uruguai, a Mujica. Esta agenda nunca foi unânime no próprio FA, onde opositor mais notório foi Tabare Vázquez. Como resultado destas tensões, a legalização da *cannabis* envolve aspectos controversos, a começar pelo extensivo cadastro a que se submetem os consumidores, que é também um mapeamento. Embora se reconheça que a medida descomprimiu a relação entre a polícia e a juventude, de modo que um jovem hoje fuma na frente de um policial sem problemas, as restrições ao consumo e plantio contribuem para que parte do mercado ainda esteja em mãos do crime organizado. Esta realidade foi reconhecida pelo ministro do Interior Eduardo Bonomi, que em 2018 atribuiu o aumento da violência no país ao recrudescimento das disputas entre facções confrontadas com um mercado menor, mas ativo (Colombo, 2018).

### **Padrão de acumulação**

A oposição ao FA enveredou para a seara da criminalidade mobilizando valores conservadores, também porque na economia há pouco a diferenciá-los. Visto em perspectiva ampliada, as fundações estabelecidas nas décadas precedentes para uma economia pautada pelo investimento estrangeiro, entre as zonas francas, o agronegócio, a pecuária, o extrativismo florestal e o turismo, amadureceram e deram frutos. O compromisso do FA com este padrão é explicitado na lei de Promoção e Proteção de Investimentos de 2007: “el crecimiento de la inversión constituye la piedra angular para consolidar el proceso de desarrollo del sistema productivo...” (Elías, 2017, p. 38). Entre 1999 e 2004, o Investimento Externo Direto foi U\$ 292 milhões, enquanto entre 2005 e 2015, elevou-se a U\$ 1.954 milhões (Elias, 2017, p. 42).

O desígnio de atrair investimento estrangeiro resultou em uma ambiguidade na política externa frenteamplista. Ao mesmo tempo em que o país se alinhou com o progressismo regional e se aprofundaram as relações no âmbito do Mercosul, houve um flerte permanente com a abertura multilateral.

Esta tensão tampouco era nova. No final dos anos 1960, Methol Ferré vislumbrava que, sem Brasil e Argentina – ou seja, sem unidade regional, não haveria Uruguai. E vice-versa: o movimento em direção à integração econômica tornava as repúblicas sul-americanas “anacrônicas” (Methol Ferré, 2015). De fato, sob ditaduras intensificaram-se



os laços comerciais na região, tendência que prosseguiu com a criação do Mercosul em 1995. No entanto, este movimento esteve empapado pela liberalização econômica, que dissociou a integração comercial de soberania. Atualmente, a proposição de que sem região não haverá Uruguai, deu lugar ao senso comum de que o país é inviável se não se abrir para o mundo. A região não é o esteio de uma inserção internacional soberana, mas mais uma frente de negócios, embora importante.

Foi assim que o presidente Jorge Battle apoiou o ingresso do Uruguai na Alca. Como a iniciativa malogrou, o governo do FA que o sucedeu, assinou um acordo de investimentos com os Estados Unidos e negociou um tratado de livre-comércio (TLC) com este país. Naquele momento, confrontado com mobilização popular, críticas internas e oposição do Mercosul, este tratado foi afinal, descartado. Por outro lado, como atrair investimento implica em segurança para o capital internacional, o país subscreveu mais de 30 acordos de investimento, a maioria deles anterior aos governos FA. Porém, a tendência persistiu: sob a liderança de Mujica e do chanceler Luis Almagro, em 2013 o Uruguai ingressou sigilosamente nas negociações do tratado plurilateral de liberalização de comércio de serviços (TISA), impulsionado pelos Estados Unidos. Confrontado com oposição interna, como acontecera na negociação do TLC com os Estados Unidos, o país terminou se retirando sob Vázquez. Porém, este mesmo governo assinou em 2018 um TLC com o Chile, visto como um precedente de tratados futuros (Elías, 2019).

Uma decorrência desta política assentada na atração de investimento externo, foi a estrangeirização do setor exportador uruguaio. O capital internacional domina as exportações do país, inclusive o tradicional setor frigorífico, em que os grupos brasileiros Minerva e Marfrig abarcam quase a metade do mercado, seguidos por grupos argentinos e alguns estadunidenses. O protagonismo das empresas estrangeiras exige a formação de quadros gerenciais locais, assim como assessores em matéria tributária e legal. Neste contexto, “uma parte tradicional do poder econômico se acoplou a este processo de estrangeirização como subsidiário dele (Geymonat, 2018, p.170).

Este acoplamento é evidente nas zonas francas, regulamentadas logo após a ditadura segundo uma normatividade em que até a legislação arquitetônica obedece a parâmetros próprios. Constituem-se pequenas cidades administradas por incorporadores imobiliários locais que alugam o espaço às empresas interessadas, à maneira de um gestor de *shopping center*, configurando territórios que são, e ao mesmo tempo não são Uruguai (Falero, 2011, p. 160). Neste modelo, o único a recolher impostos é o incorporador, que também atua em escala internacional: o grupo que opera Zonamerica, a mais antiga do

país, comanda empreendimentos similares na Colômbia e na China. Enquanto isso, as empresas “estão isentas de todo tributo nacional, criado ou por criar” como esclarece o sítio do governo (MEF, 2020). Além da isenção fiscal e da liberalidade para comprar e vender moeda, o *marketing* das zonas francas enfatiza a estabilidade política do país (número 1 na América Latina, segundo Uruguay XXI), o acesso a um mercado de 400 milhões de pessoas (a América do Sul) e a “disponibilidade de talento” (Uruguay XXI, 2020).

Diferente das maquiladoras mexicanas que se apoiam em trabalho barato, o modelo uruguaio obriga as empresas a cumprirem a legislação trabalhista vigente, mas não há organização de trabalhadores em zonas francas. Daí que as propagandas enfatizam a oferta de recursos humanos altamente “competitivos, qualificados e plurilíngues”, em um país onde “O Estado garante o acesso gratuito à educação, desde o pré-escolar até a universidade” (Uruguay XXI, 2020). Os salários uruguaio são relativamente altos para a América Latina, mas muito inferiores aos praticados no capitalismo central. Na prática, as zonas francas atraem sobretudo empresas de serviços e logística, razão pela qual Alfredo Falero as descreve como “enclaves informacionais” (Falero, 2011). Exemplos de empresas instalados no Uruguai incluem Despegar.com (que no Brasil é Decolar), Mapfre seguros, Sabre, empresas de tecnologia da informação e software (como a indiana Tata consultancy), de apostas, de terceirização (*outsourcing*) e *back-offices* (contabilidade e administração) de maneira geral. Há também zonas francas com foco específico, como o *Parque de las Ciencias*, dedicado à indústria farmacêutica, ou a zona franca de Colonia, onde se fabrica concentrado de Pepsi.

Em 2019, havia cerca de 300 empresas operando em 12 zonas francas, empregando em torno de 15 mil trabalhadores, em sua maioria com algum conhecimento de informática e de inglês. Em geral, estes trabalhadores sentem-se privilegiados, pois são empregos que pagam um pouco mais do que a média uruguaia e ainda vendem a ideia de que se faz uma carreira para o mundo (Falero, 2019, Marcelo, 2019). A economia das zonas francas é um segmento em expansão: em 2018, suas exportações totalizaram US\$ 2.216 milhões, um incremento de 14% em relação ao ano anterior, enquanto as exportações de “território não franco” somaram US\$ 7.491 milhões, 3,8% a menos do que em 2017 (Uruguay XXI, 2018).

As empresas instaladas em zonas francas são voltadas exclusivamente para exportação, e não podem vender nem comercializar bens e serviços no Uruguai. Na realidade, o ingresso de mercadorias de zona franca para “zona não franca” é considerado

como importação, enquanto o contrário configura exportação, de modo que as zonas francas têm alfândega na entrada e na saída. Por outro lado, não há muros circundando as zonas francas, assim como eles não são frequentes em condomínios de alto padrão, o que no Uruguai constituiria uma violência simbólica. A mensagem subjacente é que não se deve tornar conflituosa uma relação sem necessidade, o que diz muito sobre a cultura política do país (Falero, 2019).

Nesta realidade, em que as zonas francas são territórios não-uruguaios no Uruguai, dados oficiais mostram que em 2019, os principais destinos de exportações do país foram China, União Europeia, Brasil, Estados Unidos, Punta Pereira, Nueva Palmira, Argentina e Fray Bentos. Punta Pereira e Fray Bentos são as zonas francas onde estão instaladas duas fábricas de celulose, que importam madeira uruguaia. A zona franca de Nueva Palmira por sua vez, é o segundo destino da soja uruguaia, depois da China. A única zona franca estatal do país, também reexporta muita soja do Paraguai e algo da Bolívia, que utilizam a infraestrutura de armazenamento desta zona portuária. No conjunto, os dados referentes a 2018 mostram que as exportações de 7.492 bilhões de dólares se elevam a 9.088 bilhões de dólares quando incluem as zonas francas. As principais exportações neste ano foram carne (18%), celulose (18%), laticínios (8%), soja (6%), concentrado de bebida (5%), madeira (5%) e arroz. Em 1998, o Mercosul representava metade das exportações, mas quinze anos depois, respondia por menos de um quarto, indício da reprimarização da pauta exportadora. Por sua vez, as importações do Uruguai provem principalmente de Brasil 23%, China 22%, Argentina 12% e Estados Unidos 7% (Uruguay XXI, 2018).

Em 2018, pela primeira vez na história, o Uruguai exportou mais celulose do que carne. À rigor, este é um dado controverso, uma vez que o processamento e exportação de celulose se dá a partir de zonas francas, abastecidas de madeira nutrida pelo solo e águas nacionais. Nos próximos anos, esta indústria crescerá ainda mais. Em 2019, a multinacional finlandesa UPM confirmou investimento de 2,7 bilhões de dólares no que será a sua maior fábrica no mundo, à margem do rio Negro. UPM já opera uma fábrica adquirida da empresa Botnia às margens do rio Uruguai, cuja construção provocou uma grave crise diplomática do país com a Argentina dos Kirchner. A expectativa é que a nova operação comece a funcionar em 2022 e as exportações anuais se elevem em US\$ 1.155 milhões, convertendo o Uruguai no segundo maior exportador de celulose do mundo (Uruguay XXI, 2019).

Assim como a produção florestal era irrisória nos anos 1990, o campo uruguaio sofreu uma profunda transformação no século XXI. A difusão de multinacionais e empresas corporativas foi acompanhado pelo aumento da concentração fundiária, do preço da terra e da pressão sobre os recursos naturais, marginalizando a pequena produção. Enquanto Mujica, ministro da agricultura de Vázquez, reivindicava uma “agro inteligência”, mais de 12.000 unidades produtivas desapareceram entre 2000 e 2011, em sua maioria de produção familiar, com área inferior a 100 hectares (Castro, Santos, 2018). Por outro lado, a soja transgênica, liberada em 1996, se expandiu a uma velocidade extraordinária, passando de 10 mil hectares em 2000 a 859.000 hectares na safra de 2009, nos moldes do pacote tecnológico de *siembra directa* e glifosato difundido por Monsanto. Trigo, cevada e arroz, setor dominado por brasileiros, também cresceram. No conjunto, a área agrícola do país triplicou em dez anos, e em 2017, 61% dos 8 milhões de hectares comercializáveis estavam em mãos de sociedades anônimas estrangeiras, que como vimos, comandam inclusive a exportação de carne. Somando as atividades agropecuárias e agroindustriais, em 2013 o setor gerou quase 25% do PIB e respondeu por 69% do total exportado (Mañan, 2018, p. 80).

No entanto, diferente de outros países latino-americanos, a expansão do agronegócio e do extrativismo florestal ancorados no capital estrangeiro tem gerado poucos conflitos, em um país em que nunca se enraizou um campesinato, a herança indígena é pouco presente, os afrodescendentes engatinham politicamente (8% da população) e apenas 6% da população vive no campo. Ao contrário, a instalação da terceira fábrica de celulose é bem recebida onde se instala porque gera trabalho, ainda que concentrado na etapa de construção. O principal conflito até o momento não foi provocado pelas consequências ambientais nem pelo elevado investimento comprometido pelo Estado uruguaio - na ordem de 1.850 milhões de dólares em infraestrutura, incluindo a renovação de uma ferrovia de 273 quilômetros até o porto de Montevideú, além da compra de energia produzida pela fábrica, configurando um subsídio disfarçado (Falero, Mañan, 2019). Houve protestos motivados pelo traçado da ferrovia, que a população afetada logrou modificar. Também o PIT CNT, que se opôs à primeira fábrica de celulose em 2003, terminou por endossar a indústria quando o FA a abraçou, aceitando os argumentos de geração de trabalho e honrar os compromissos assumidos (Anahit Anahorian, 2019).

A questão ecológica tem escasso apelo popular, enquanto o governo parece só se importar quando a contaminação ambiental afeta o turismo. Ante a denúncia de

cianobactérias em cursos de água provocada pelo pesticida associado à soja, o governo baixou o decreto 115/018 conhecido como “mordança”, limitando a investigação independente sobre a contaminação das águas (Mañan, 2018, p. 84). Porém, quando as cianobactérias tingiram de verde praias no verão de 2018, a ministra de Saúde Pública aventou proibir o glifosato (Brecha, 2019).

Em contraste com outros países da região, é débil a experiência comunitária no Uruguai, inclusive se comparada à Argentina, onde tampouco há uma vigorosa tradição indígena ou camponesa, mas existe uma “cultura plebeia” importante nos bairros (Zibechi, 2019). Subsiste uma importante cultura cooperativista, principalmente no campo da moradia, que tem como principal expressão a *Federación Uruguaya Cooperativa de Vivienda por Ayuda Mutua* (Fucvam). Constituída às vésperas da ditadura, a organização se notabilizou pela construção de moradias baseadas na propriedade coletiva. Em 2019, havia 20 mil famílias nucleadas em mais de 600 cooperativas filiadas a Fucvam, que não são donas das casas que ocupam - casas que nem mesmo a cooperativa pode vender, sequer por assembleia. No Uruguai, a moradia como um direito não se identificou com o sonho da casa própria.

Fucvam teve uma relação atribulada com os governos do FA desde que um decreto presidencial, qualificado como usureiro e injusto pelas lideranças, elevou os juros dos financiamentos das cooperativas habitacionais em 2008. A taxa de 2% vigente desde a lei original de 1968, foi elevada a 5,25%, esvaziando o principal incentivo para a cooperativização. Fucvam contestou a posição do governo nas ruas e na justiça, e atualmente, faz seus depósitos em juízo, à taxa de 2% (Cal, 2019). Ao mesmo tempo, os governos do FA estimularam a “moradia de interesse social” por meio de uma lei específica, por meio da qual “o Estado uruguaio entrou definitiva e ordenadamente na estratégia de financiamento privado para moradia de interesse social e na distribuição subsidiada para grupos vulneráveis”, segundo uma lógica inaugurada no Chile e adotada no Brasil (Magri: 2016, 193). Estes subsídios, inclusive na forma de isenção de impostos, são considerados vergonhosos por lideranças da Fucvam, pois resultaram na edificação de moradias até 8 vezes mais caras do que o custo habitual. Na sua visão, “o único impacto (desta política) foi aumentar o lucro das construtoras” (Cal, 2019), o que condiz com a abordagem do ministro, ao esclarecer que a lei “tem outras conotações que tem que ver com reativar a indústria da construção ou provocar o investimento privado em habitação” (Gilet, Rey, 2015).

No entanto, a despeito do lema “a casa é só o começo”, é notória a dificuldade das cooperativas em transcender seu objetivo imediato, e fazer da luta por moradia (ou de qualquer causa cooperativa), o eixo de uma sociabilidade alternativa. Na prática, a cultura política de Fucvam está mais próxima do sindicalismo, dos partidos políticos e da esquerda uruguaia de um modo geral, que tem o Estado como eixo de disputa.

Uma exceção neste cenário é o movimento feminista representado por grupos como Decidoras Desobedientas e Minervas, que reivindicam uma guinada de paradigma, “do produtivo estadocentrico, à reprodução da vida”. Estas organizações estabeleceram o “alerta feminista”, convocando marchas cada vez que ocorre um feminicídio. Estas mobilizações culminam com a leitura conjunta de um comunicado, rompendo com a lógica de oradores e carro de som (Iglesia, 2019).

Porém, este é um fenômeno recente e marginal na cultura política uruguaia, onde o campo popular ainda se organiza em torno do trabalho, e a esquerda gravita ao redor das relações entre sindicato, partido e Estado. Embora concebida como um movimento dialético, na prática esta relação tendeu para a simbiose durante os quinze anos sob o FA. À sua maneira, estes governos reeditaram a utopia da cidadania salarial batlista semeada cem anos atrás, em um contexto onde o investimento externo direto cumpriria o papel da renda diferencial da terra, gerando o excedente que sustentou no poder, uma esquerda pautada pela estabilidade. Nas eleições presidenciais de 2019, esta esquerda é que foi colocada em xeque, e não a estabilidade.

O candidato frenteamplista foi o prefeito de Montevideu Daniel Martínez, que venceu o primeiro turno com 39% dos votos, uma diferença superior a 10% em relação ao segundo colocado, Luis Lacalle Pou do Partido Nacional (28%). Fosse na Argentina ou na Bolívia, FA teria levado no primeiro turno, mas a regra uruguaia exige 51% dos votos, como no Brasil. E então, a derrota parecia matematicamente inevitável, pois os votos de *blancos* e *colorados* alcançavam os do FA, e o desempate caberia aos eleitores de *Cabildo Abierto*, que angariou 11% dos votos. O denominador comum destas três candidaturas era o rechaço ao FA que, no entanto, desafia o senso comum. Afinal, desde que a coalisão de esquerda chegou à presidência em 2005, a situação geral da população melhorou segundo qualquer medição: o salário real subiu cerca de 60%, a pobreza caiu de 40% a 8%, a indigência se reduziu a 0,1% e a economia crescera, embora cada vez menos.

Como em outras realidades no continente, o eixo da disputa não foi a política econômica, uma vez que a atração de investimento estrangeiro e o regime de acumulação

constituem um campo comum. Há diferenças em relação ao papel das empresas estatais, onde a direita sinaliza maior participação privada. Por exemplo, ventila-se a liberação da importação de combustíveis, rompendo com o histórico monopólio da estatal ANCAP. A corrupção também não foi uma pauta decisiva. O uso indevido de cartão de crédito corporativo por Raul Sendic (filho do líder guerrilheiro) quando chefiava ANCAP, provocou sua renúncia como vice-presidente em 2017. Foi um episódio incômodo, mas de impacto eleitoral limitado em uma conjuntura que deslizava para a direita: enquanto o ruralismo conservador renasceu com a organização “Un solo Uruguay”, lideranças frenteamplistas disputavam quem gritava mais alto que a Venezuela é uma ditadura.

Para a derrota de FA confluíram uma variedade de fatores, entre a arrogância dos dirigentes e fraturas da sociedade uruguaia que incidem no aumento da violência, explorado pela direita em um contexto de crescente desemprego e crise da educação, que corroem a percepção do estudo e do trabalho como pontes de mobilidade social (Machado, Casas, 2019). Ao mesmo tempo, o mal-estar diante dos privilégios ao investidor estrangeiro soma-se à devastação ambiental, afetando inclusive as águas: afinal, “vender o país” no exterior como faz *Uruguay XXI*, às vezes parece ser literalmente isso: vender o país. Ou arrendá-lo, no caso das zonas francas. No plano subjetivo, constata-se que a continuidade econômica correspondeu à reprodução de valores neoliberais, como o empreendedorismo e o punitivismo. Quinze anos depois, prevalece a percepção de que a sociedade uruguaia é mais consumista e menos politizada, mais insegura e menos educada, mais bruta e menos cultivada. No conjunto, mais aberta às pautas da direita, inclusive na sua versão militarista, cujo passado terrorista foi absolvido pelos tupamaros no poder.

Na medida em que se aproximava o segundo turno, houve uma notável mobilização cidadã, motivada antes por temor à direita militarista do que por amor ao FA. É consenso entre a militância que a organização, nascida como um partido movimento nos anos 1970, há muito perdeu sua organicidade. O trabalho de base, negligenciado por décadas, ressurgiu às vésperas do pleito. A mobilização diminuiu a distância entre os candidatos, mas não reverteu um pleito decidido, afinal, por estreita margem: 1,5% dos votos. O resultado sugere que a derrota de FA não foi total, nem a vitória do Partido Nacional. Entretanto, o fiel da balança será *Cabildo Abierto*, de quem o novo governo dependerá para ter maioria no congresso.

## **Reflexões finais**

Pequeno país surgido da intermediação inglesa nos conflitos entre Brasil e Argentina na bacia do Prata, o Uruguai conheceu um extraordinário dinamismo econômico na virada do século XIX-XX. Assim como a vizinha Argentina, o país engatou no mercado mundial como exportador de carne, beneficiado por condições naturais excepcionais e pelo avanço das tecnologias de refrigeração. A ausência de uma oligarquia agrária que subordinasse o poder dos comerciantes, em um país que se urbanizava rapidamente em meio a uma aluvião imigratória, propiciou as condições para o battlismo, um fenômeno singular que marcou a cultura política nacional até a ditadura cívico-militar. O contraponto social de um Estado “dirigista” que impulsionou a industrialização lastreada no excedente gerado pela renda da terra, foi uma avançada agenda de direitos civis e de serviços sociais, inclusive a educação universal, secular e gratuita, sedimentando o prestígio do Estado e dos seus serviços junto à população.

No plano político, os colorados comandaram o Estado por quase um século, nos marcos de um bipartidismo que condenou a esquerda à marginalidade. Esta situação começou a mudar quando a engrenagem econômica empacou, confrontada com a estagnação das exportações agropecuárias e com os dilemas da industrialização substitutiva, que se manifestaram precocemente no país. Dos anos 1950 em diante, a posição relativa do Uruguai no cenário internacional declinou. Face aos impasses enfrentados, o partido Nacional chegou à presidência pela primeira vez em 93 anos, enquanto os trabalhadores se desprendiam do battlismo. Nos anos 1960 as contradições se acirraram: o sindicalismo convergiu na Convenção Nacional do Trabalho, enquanto os tupamaros pegaram em armas. Quando os colorados voltaram ao poder, também se despiram do battlismo, assumindo a face autocrática do coloradismo que foi levada às últimas consequências, deslizando para a ditadura.

Reunindo os insatisfeitos com o bipartidismo que não aderiram à luta armada, o Frente Amplo ganhou vida no momento em que o battlismo deixara de se identificar com a cidadania salarial que anteriormente edificou. Embora nascido como um partido-movimento, sua base orgânica tinha raízes no movimento sindical, com quem partilhava o ensejo de reinstaurar um Estado interventor, responsável e democrático. Neste país urbano, educado e secular, o campo de atuação de fenômenos como a educação popular de Paulo Freire ou a teologia da libertação, foi reduzido. Uma cultura política institucionalista, se impôs.



Emancipados do passado colorado, o sindicalismo e a esquerda tiveram as mãos literalmente atadas pela ditadura. O regime por sua vez, abriu mão das complicações envolvidas em um projeto de emancipação nacional, que implicava em articulação regional, como argumentou Methol Ferré. Optou-se pela liberalização financeira, pretendendo fazer do país uma praça internacional, e em seguida, pela liberalização comercial. O desastre econômico que seguiu selou a sorte do regime que, no entanto, conduziu exitosamente a transição, dividindo e neutralizando seus principais opositores.

A restauração do bipartidismo porém, já não era possível nos termos de antigamente. O sindicalismo se recompôs e FA conquistou Montevideú em 1994. Entrincheirado na capital, o partido conduziu sua luta para conquistar o Estado, com a tática de cativar o eleitorado moderado. Ao longo destes anos, em que FA foi oposição, assentaram-se os fundamentos jurídicos do modelo econômico ainda vigente: as zonas francas, a lei florestal e a liberação dos transgênicos somaram-se ao segredo bancário para consolidar um regime de acumulação baseado na atração de investimento estrangeiro, que tem como imperativo a estabilidade. Ao mesmo tempo, o Uruguai aderiu à agenda do ajuste estrutural que, no entanto, deparou-se com um limite, na medida em que a mobilização cidadã barrou as privatizações. Embora as principais estatais tenham sido preservadas, a privatização avançou pelas beiradas, entre terceirizações e regulamentações que afetaram o funcionalismo público, o regime previdenciário e o monopólio público do ensino superior, entre outros.

Liderando a resistência à investida neoliberal, o FA se qualificou ante a população como alternativa à agenda do ajuste estrutural e ao bipartidismo. O partido perdeu por pouco as eleições em 2000, mas quando a crise incubada no Brasil e na Argentina atingiu o país em cheio em 2002, ficou claro que sua hora tinha chegado. Neste momento, FA se desdobrou para conter o potencial disruptivo da situação. Seguro de seu prestígio entre os de baixo, credenciou-se como uma esquerda para a estabilidade entre os de cima.

O primeiro governo de Tabaré Vázquez beneficiou-se da recuperação econômica no contexto da alta das *commodities*, e avançou uma profícua legislação sobre o trabalho, uma diversidade de esquemas de assistência social, a reforma do sistema de saúde e a reforma tributária. Entre ambiguidades e contradições, esta agenda favoreceu a organização sindical e a recuperação salarial, ao mesmo tempo em que estimulou a formalização do trabalho. No governo seguinte, de José Mujica, o foco na questão social se deslocou para a “nova agenda de direitos”, incluindo o direito ao aborto, o casamento gay e a legalização da maconha, pautas às quais Vázquez se opunha, e que potenciaram

o carisma do “presidente mais pobre do mundo”. Internamente, Mujica foi criticado por sua complacência com os crimes da ditadura, pela negociação do TISA envolvendo os Estados Unidos, pela relação com servidores públicos e professores, pelo punitivismo em matéria de segurança, entre outros. Quando Vázquez o sucedeu, a economia do país se desacelerava, o desemprego crescia e a violência também. O presidente saiu à procura de novos investimentos e encontrou uma terceira fábrica de celulose, o que deve impulsionar as exportações futuras, mas foi insuficiente para renovar votos no presente. FA perdeu as eleições por pouco, mas não se abalou: a alternância faz parte do jogo. Vázquez se apressou em dizer que seu partido “não trabalhará para que caia este governo (Lacalle Pou)” e que o FA “tem que demonstrar que é uma força política séria e responsável” (El País: 2019). Em seguida, o PIT-CNT homenageou Vázquez e o presidente reconheceu que seu trabalho não teria sido possível “se não tivéssemos conosco o PIT-CNT”, agradecendo a “seriedade e responsabilidade” dos dirigentes (El Observador, 2020). A esquerda da ordem aguarda respeitosamente, o momento de voltar.

No entanto, este prognóstico é incerto. Em função de sua inserção geopolítica, e de suas características econômicas e demográficas, o devir uruguaio é particularmente sensível ao movimento da história regional e mundial. E globalmente, a tendência tem sido o desmanche da utopia de uma cidadania salarial.

O Uruguai sob o FA se esforçou em ir contra esta corrente, mas usando os instrumentos que herdou. Aceitando a concepção de país delineada pela ditadura e aperfeiçoada pelo bipartidismo neoliberal, o FA construiu sobre esta fundação em lugar de questioná-la. A economia política destes governos reivindicou o estatuto social do trabalho e a legitimidade política dos sindicatos, ao mesmo tempo em que apoiou e defendeu a racionalidade econômica herdada, e todos os negócios que ela implica. O norte desta esquerda para a estabilidade parece ter sido uma versão da “sociedade amortiguadora” ansiada pelo battlismo, que, no entanto, se deparou com contradições internas e um contexto internacional adverso no século XXI. Foi como remar no doce de leite, como se diz no país. Mas com uma pá virando para frente, e outra para trás.

Distante de uma “Suíça das Américas”, o resultado é comparável, no máximo, a um queijo suíço, cujo tecido social está repleto de buracos, minando a soberania e a integração nacional. As crateras mais notáveis são as zonas francas e o extrativismo papeleiro, mas os furos estão por toda parte. No Uruguai frenteamplista, a previdência segue parcialmente capitalizada, mas a maior administradora é estatal; o Itau, banco privado brasileiro, se gaba de ser escolhido para emitir títulos do governo; o país tem

cassinos, mas estatais; ensino público, de gestão privada; a Cinemateca sobrevive, no prédio de um banco regional; o presídio de Punta Carretas virou um shopping desde 1994; a icônica praça da Independência foi cenário de super-produção de Hollywood; o futebol ainda admite duas torcidas, mas rigidamente apartadas; o país elegeu uma deputada negra, mas de direita; as zonas francas e os condomínios segregam, mas sem muro; os trens suburbanos passam por reforma para transportar celulose, não passageiros; o glifosato é um problema para o turismo, antes de ser uma questão de saúde pública.

No conjunto, observa-se uma diluição das fronteiras entre o público e o privado, em um movimento que tende a impor, aos poucos, a lógica da mercadoria em todas as esferas, do cinema às águas. Em contraposição ao Chile, onde houve um empenho em enraizar a racionalidade neoliberal na subjetividade das pessoas, o reconhecimento e a valorização da responsabilidade social do Estado subsistem como um patrimônio político e ideológico comum a muitos uruguaios. Estes valores compõem um campo cultural que transcende a esquerda, e foi reivindicando este campo que FA construiu sua legitimidade e prestígio.

Por oposição, o que está em xeque neste momento é mais do que a popularidade eleitoral de FA, mas a legitimidade social e a viabilidade política deste projeto: a via uruguaia para a cidadania salarial no século XXI. Para fazer uma analogia, assim como a eleição de Bolsonaro no Brasil sinaliza o fim da institucionalidade associada à Constituição Cidadã de 1988 e à Nova República, a derrota do FA pode ser indício de um deslocamento nas placas tectônicas da sociedade uruguaia em direção contrária à utopia da cidadania salarial com que estes governos se identificaram, apesar de todas as ambiguidades. Avançando um passo na analogia, assim como a esquerda brasileira é constrangida a superar o chamado “projeto democrático nacional”, compartilhado desde os anos 1970 pelo conjunto de organizações sociais que desaguou no PT, a esquerda uruguaia é desafiada a repensar a aposta na cidadania salarial mediada pelo Estado, uma utopia que tem ressonância histórica profunda no país.

Visto à luz do movimento da história contemporânea, em que o sindicalismo está em baixa, enquanto a idealização de um Estado protetor de direitos sociais dá lugar ao esvaziamento da democracia liberal e ao recrudescimento da violência estatal, a defesa de uma cidadania salarial ancorada em uma relação entre sindicato, partido e Estado que tende à simbiose, aparece na contramão da história. Vislumbra-se a defesa de um mundo que perdeu seu lastro material e, portanto, sua legitimidade, inclusive entre a juventude rebelde. Deste ponto de vista, o Uruguai emerge como uma espécie de quilombo (e neste

sentido, comparável à Cuba), em que a esquerda defende um mundo que é cada vez mais passado, e assaltado de modo cada vez mais brutal. Mas diferente de Cuba, onde a revolução tem conquistas históricas a defender, FA agarra-se a uma estabilidade que parece escapar-lhe pelos dedos, e com a qual identifica sua existência. No momento dorme tranquila, pois Lacalle Pou não é Bolsonaro e a ordem parece assegurada. Entretanto, as placas tectônicas continuarão a se moverem, aprofundando fraturas com que FA, preocupada com a superfície eleitoral, parece mal equipada para lidar. Neste processo, arrisca a tornar-se restauracionista: uma esquerda que reivindica um passado idealizado, enquanto a direita molda o futuro.

### Referências

- AHARONIAN, Aram. 'Uruguay, el paisito que había olvidado a la derecha, la que hoy se vuelve pesadilla'. Em ALAI, 2/12/2019.
- ANTÍA, Florencia. 'La política tributaria durante el gobierno Mujica: hacia el fin del secreto bancario?'. Em: BETANCUR, Nicolás; BUSQUETS, José Miguel (cords.). *El decenio progresista. Las políticas públicas de Vázquez a Mujica*. Montevideo: Fin de Siglo, 2016, ps. 301-326.
- BRECHA. 'Si Dios quiere. Cianobacterias y turismo'. 6/7/2019. Disponível em: <<https://brecha.com.uy/si-dios-quiere/>>. Acesso em 24/1/2019.
- \_\_\_\_\_. 'Olor a polvora'. 28/8/2015. Disponível em <https://brecha.com.uy/olor-a-polvora/>. Acesso em 26/1/2020.
- BÚSQUEDA. 'Unidad Popular con canasta familiar de Búsqueda'. 30/9/2014. Disponível em: <[http://180.com.uy/articulo/51215\\_Unidad-Popular-con-canasta-familiar-de-Busqueda](http://180.com.uy/articulo/51215_Unidad-Popular-con-canasta-familiar-de-Busqueda)>. Acesso em 24/1/2020.
- CAETANO, Gerardo. Milagro en Uruguay? Apuntes sobre los gobiernos del Frente Amplio. NUSO, n. 272. Novembro/Dezembro 2017. Disponível em: <<https://www.nuso.org/articulo/milagro-en-uruguay/>>. Acesso em 24/1/2020.
- CARRACEDO; Fabián; SENATORE; Luis. 'Las políticas laborales y las relaciones de trabajo durante el gobierno de José Mujica'. Em: BETANCUR, Nicolás; BUSQUETS, José Miguel (cords.). *El decenio progresista. Las políticas públicas de Vázquez a Mujica*. Montevideo: Fin de Siglo, 2016, ps. 15-42.
- CASTRO, Diego; SANTOS, Carlos. 'Rasgos de la lógica estatal en la hegemonia progresista uruguaya. Em: OUVIÑA, HERNÁN; THWAITES, Mabel (comp.). *Estado en*

*disputa. Auge y fractura del ciclo de impugnación al neoliberalismo en América Latina.* Buenos Aires: El colectivo, 2018, ps. 121-139.

COLOMBO, Sylvia. 'Sobe 66% o número de homicídios no Uruguai por causa do narcotráfico'. Folha de São Paulo, 2/9/2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/09/sobe-66-o-numero-de-homicidios-no-uruguai-por-causa-do-narcotrafico.shtml>>. Acesso em 24/1/2020.

El Observador. 'Huidobro sobre SERPAJ: si me autorizan a torturar capaz consigo información'. 19/12/2014. Disponível em: <<https://www.elobservador.com.uy/nota/huidobro-sobre-serpaj-si-me-autoriza-a-torturar-capaz-consigo-informacion--2014121915400>>. Acesso em 24/1/2020.

El Observador. 'Vázquez dijo que es de clase trabajadora y el PIT-CNT lo comparo a Battle y Ordoñez'. 13/2/2020, p. 8.

EL PAÍS. 'Vázquez dijo que militará y que no trabajará para que caiga este gobierno'. 30/12/2019. Disponível em: <<https://www.elpais.com.uy/noticias/elecciones-2019>>. Acesso em 24/1/2020.

ELÍAS, Antonio. 'El proyecto del capital transnacional se impuso al programa de cambio social'. Em: *La experiencia de los gobiernos progresistas en debate: la contradicción capital trabajo*. Montevideo: COFE, 2017.

FALERO, Alfredo. *Los enclaves informacionales en la periferia capitalista: el caso de Zonamérica en Uruguay. Un enfoque desde la sociología*. Montevideo: Udelar, 2011.

FALERO, Alfredo; MAÑAN, Oscar. 'Núcleos conflictivos en el 2019: resistências y derechos que trascienden la conyuntura'. Em: *Derechos Humanos en el Uruguay. Informe 2019*. Montevideo: Serpaj, 2019.

GEYMONAT, Juan. La transformación em el gran capital uruguayo y su significación. Em: ELÍAS, Antonio; OYHANTÇABAL BENELLI, Gabriel; ALONSO, Rodrigo. *Uruguay y el continente en la cruz de los caminos. Enfoques de economía política*. Montevideo: COFE; Inesur, 2018.

GILET, Eliana; REY, Marcos. 'Yo lo hubiera puesto otro nombre al plán' Entrevista a Francisco Beltrame, presidente da Agencia Nacional de Vivienda. *Brecha*, 7/8/2015. Disponível em: <<https://brecha.com.uy/yo-le-hubiera-puesto-otro-nombre-al-plan/>>. Acesso em 24/1/2020.

GONZÁLEZ, Julián; MÉNDEZ, Gustavo. 'La defensa nacional en tiempos de Mujica. De un tímido impulso y su freno'. Em: BETANCUR, Nicolás; BUSQUETS, José

Miguel (cords.). *El decenio progresista. Las políticas públicas de Vázquez a Mujica*.

Montevideo: Fin de Siglo, 2016, ps. 229-254.

LaRed21. 'Vázquez trajo alivio en la valija: apoya exterior para el plan de emergencia frentista'. 16/7/2004. Disponible em: <<http://www.lr21.com.uy/politica/147780-vazquez-trajo-alivio-en-la-valija-apoyo-exterior-para-el-plan-de-emergencia-frentista-de-2005>>. Acceso em 24/1/2020.

MAGRI, Altair Jessica. 'La vivienda: una nave insignia en aguas turbulentas. Proces y derivas durante el quinquenio de José Mujica'. Em: BETANCUR, Nicolás;

BUSQUETS, José Miguel (cords.). *El decenio progresista. Las políticas públicas de Vázquez a Mujica*. Montevideo: Fin de Siglo, 2016, os. 173-196.

MAÑAN, Oscar. Em: *Uruguay y el continente en la cruz de los caminos. Enfoques de economía política*. Montevideo: COFE; Inesur, 2018.

MEF (Ministerio de Economía y Finanzas). 'Beneficios tributarios para zonas francas'. Disponible em: <<https://www.mef.gub.uy/11682/1/mef/beneficios-tributarios-para-zonas-francas.html>>. Acceso em 24/1/2020.

METHOL FERRÉ, Alberto. *El Uruguay como problema*. Montevideo: Hum, 2015 (1967).

MIDAGLIA; Carmen; TEJERA, Rafael. 'Uruguay del Pepe Mujica: los cambios procesados en el campo de la asistencia social'. Em: BETANCUR, Nicolás;

BUSQUETS, José Miguel (cords.). *El decenio progresista. Las políticas públicas de Vázquez a Mujica*. Montevideo: Fin de Siglo, 2016, ps.43-69.

OEA. 'Anexo al Comunicado de Prensa 76/11 sobre las Observaciones Preliminares de la Visita de la Relatoría sobre los Derechos de las Personas Privadas de Libertad a Uruguay'. 25/7/2011. Disponible em: <<http://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2011/076A.asp>>. Acceso em 24/1/2020.

PARRILLA, Daniel. 'Derechos de los trabajadores en el Uruguay en el período progresista. Un sinuoso e incierto camino'. Em: *Propuestas en Debate*. Montevideo: COFE, Agosto 2019.

PÉREZ, Verónica. PIÑEIRO, Rafael. ROSENBLAT, Fernando. 'El Frente Amplio tras once años en el gobierno'. Montevideo: Friederich Ebert Stiftung: 2016.

PRISON INSIDER. 'Informe anual Uruguay, 2018'. Disponible em: <<https://www.prison-insider.com/fichapais/prisionesuruguay>>. Acceso em 24/1/2020.

REAL DE AZÚA, Carlos. *Uruguay. Uma sociedade amortiguadora?* Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2000.

RICO, Alvaro. 'La dictadura y el dictador'. Em: DEMASI, Carlos; MARCHESI, Aldo; MARKARIAN, Vania; RICO, Alvaro; YAFFÉ, Jaime. *La ditadura Cívico-Militar.*

*Uruguay 1973-1985.* Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2013, ps. 179-246.

SERPAAJ. *Derechos humanos en el Uruguay. Informe 2015.* Disponível em: <<https://rosaluxspba.org/wp-content/uploads/2016/01/informe-serpaj-2015.pdf>>. Acesso em 24/1/2020.

SETARO, Marcelo. 'Políticas de salud durante el gobierno de José Mujica. Avances em el Sistema Nacional Integrado de Salud y perspectivas frente a uma era de austeridad'. Em: BETANCUR, Nicolás; BUSQUETS, José Miguel (cords.). *El decenio progresista. Las políticas públicas de Vázquez a Mujica.* Montevideo: Fin de Siglo, 2016, ps. 197-228.

URUGUAY XXI. *Informe Anual de Comercio Exterior 2018.* Disponível em: <[https://medios.presidencia.gub.uy/tav\\_portal/2019/noticias/AD\\_172/Informe%20Anual%20de%20Comercio%20Exterior%20-%202018.pdf](https://medios.presidencia.gub.uy/tav_portal/2019/noticias/AD_172/Informe%20Anual%20de%20Comercio%20Exterior%20-%202018.pdf)>. Acesso em 24/1/2020.

\_\_\_\_\_. *Informe Anual de Comercio Exterior 2019.* Disponível em: <<http://www.inac.uy/innovaportal/file/17900/1/comercioexterior.pdf>>. Acesso em 24/1/2020.

\_\_\_\_\_. Sítio eletrônico: <https://www.uruguayxxi.gub.uy/> Acesso em 24/1/2020.

VILA, Alejandro. 'La política de seguridad ciudadana del mujiquismo: entre acuerdos y disensos'. Em: BETANCUR, Nicolás; BUSQUETS, José Miguel (cords.). *El decenio progresista. Las políticas públicas de Vázquez a Mujica.* Montevideo: Fin de Siglo, 2016, ps.255-278.

ZIBECHI, Raul. 'Una izquierda para la estabilidad'. La fogata 2003.

### **Conversas em Montevideu entre 5 e 12 de dezembro de 2019**

Agustín Cano. Educador, professor da UDELAR.

Alejandro Casas. Professor de Serviço Social, UDELAR.

Alfredo Falero. Sociólogo, professor da UDELAR

Anahit Ahanoriam. Engenheira agrônoma, militante da causa ambiental e dos direitos humanos

Ángel Vera Lemos. Militante do *Partido por la Victoria del Pueblo*, que integra o *Frente Amplio*. Membro da Comissão de Assuntos e Relações Internacionais do FA.

Antonio Elías. Economista, Red de Economistas de Izquierda (REDIU).

Cristina Mathison. Assessora da Confederação de Organizações de Funcionários do Estado (COFE).

Daniel Ucar. Banco Itau

Gabriela Iglesias. Militante de coletivos feministas.

Gustavo Machado. Professor de Serviço Social, UDELAR.

Henrique Cal. Dirigente de FUCVAM

Luis Puig. Deputado do Frente Amplio.

Marcelo Pérez. Coordenador do Programa Integral Metropolitano da UDELAR.

Mariana Fonseca. Chefe do setor cultural da embaixada brasileira no Uruguai

Oscar Mañan. Economista e assessor da COFE.

Raul Zibechi. Escritor e jornalista.

Servicio Paz y Justicia (SERPAJ). Efraín Olivera; Miguel Scapusio; Madelón Aguirre.

Taís Amorim. Chefe da seção comercial da embaixada brasileira no Uruguai

**Resumo:** Este texto analisa as três administrações presidenciais do Frente Amplo no Uruguai, visando identificar os problemas e contradições que levaram o partido à derrota nas eleições realizadas no final de 2019.

**Palavras-chave:** Uruguai; Frente Amplo; progressismo.

**Abstract:** This text analyses three Frente Amplio presidential administrations in Uruguay, aiming to identify problems and contradictions that led to its electoral defeat in late 2019.

**Keywords:** Uruguay; Frente Amplio; progressivism.

\* Artigo recebido em 29/07/2020

\* Artigo aceito em 01/09/2020



**PERSPECTIVAS CRÍTICAS DA ABORDAGEM MARXISTA DA  
COMUNICAÇÃO - RUMO A UMA ARTICULAÇÃO ENTRE A  
ECONOMIA POLÍTICA DA COMUNICAÇÃO E AS LUTAS SOCIAIS NO  
BRASIL**

Manoel Dourado Bastos\*

Willian Casagrande Fusaro<sup>1</sup>

**Apresentação**

O tema da Comunicação no âmbito das esquerdas brasileiras (mais especificamente uma suposta ausência de perspectivas a respeito da questão que possam iluminar as ações políticas progressistas que se contraponham ao consenso neoliberal e, vale reforçar, seu acirramento (proto)fascista) tornou-se um assunto central nos debates visando uma alternativa para o país. Desde uma avaliação sobre a ausência, durante os governos petistas, de ações transformadoras direcionadas à concentração de poder político gerado pelos monopólios midiáticos, o que teria redundado na fragilidade organizativa durante o processo de derrubada de Dilma Rousseff entre 2015-16, até o apontamento de que as recentes estratégias adotadas por políticos conservadores e reacionários no âmbito das redes sociais digitais não encontrou reação à altura das chamadas forças progressistas, viabilizando a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, é possível perceber que teoria e prática críticas da Comunicação se mostram como pontos relevantes, porém carentes de discussão balizada.

No presente texto, endereçaremos alguns argumentos sobre a questão. Mais especificamente, apontar que a Economia Política da Comunicação (EPC), um subcampo específico da área de estudos que manteve articulações pontuais e erráticas com as organizações políticas das classes trabalhadoras, oferece um quadro categorial crítico adequado ao enfrentamento do contexto. Para isso, faremos inicialmente uma rápida e panorâmica avaliação contextual daqueles campos teóricos da Comunicação que mantiveram relações com as práticas políticas das esquerdas no Brasil a partir dos anos 1970, fundamentalmente a Teoria da Dependência ou Imperialismo Cultural, a Comunicação Popular e Comunitária e os Estudos Culturais Latino-Americanos. Na sequência, apresentaremos a EPC em seu contexto de surgimento no Brasil nos anos 1980,

---

\* Professor Adjunto do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: [manoel.bastos@gmail.com](mailto:manoel.bastos@gmail.com)

<sup>1</sup> Mestre em Comunicação pela Universidade Estadual de Londrina.

apontando as características políticas desse campo teórico e sua relação com as dinâmicas históricas de então. Num terceiro momento, abordaremos uma inflexão categorial da EPC a partir dos anos 1990, momento em que, num contexto bastante adverso, a dialética marxista se torna mais relevante na abordagem e o conceito de trabalho ganha progressivamente importância, abrindo-se as possibilidades de articulação crítica entre esse campo teórico e as organizações progressistas.

Com o presente artigo, faremos uma exposição, de caráter investigativo e teoricamente delimitado, do tema da Comunicação e as Lutas Sociais a partir de uma perspectiva que amplia o escopo do problema apontado no início. Mostraremos que, à medida em que a EPC muda a órbita de preocupações em torno da Comunicação, saindo de uma abordagem dedicada exclusivamente ao âmbito ideológico e rumando a um interesse sobre os fundamentos do capital, suas relações com as classes trabalhadoras e suas organizações pode ganhar novas e relevantes conotações.

A EPC costuma ser taxada como uma abordagem da Comunicação que, ao visar o princípio marxista de totalidade, termina por absolutizar o caráter capitalista da Indústria Cultural, não restando brechas para contestação política prática de nenhuma natureza. Observando o desenvolvimento da EPC em seu contexto histórico específico, em confronto com outros subcampos dos Estudos de Comunicação, sugeriremos que, pelo contrário, podemos encontrar aí conceitos e categorias importantes para a mobilização política da classe trabalhadora, nesse período de adensamento da crise do capital e sua faceta neoliberal que nos assola na quadra histórica contemporânea.

### **Organizações populares e Teorias da Comunicação: o legado dos anos 1970**

No campo da Comunicação, o quadro geral de lutas políticas das classes trabalhadoras na segunda metade da década de 1970 (momento em que aqueles novos personagens entram em cena no enfrentamento ante a ditadura civil-militar instalada em 1964)<sup>2</sup> desdobrou-se nos debates em torno da assim chamada Comunicação Popular e Comunitária. Tratava-se de uma inflexão, resguardadas as continuidades gerais, do arcabouço crítico montado ao longo dos anos 1970 na América Latina cujo foco era a Teoria da Dependência ou Imperialismo Cultural. Essa inflexão corresponde ao caráter mais geral das mudanças gerais pelas quais a organização das classes trabalhadoras

---

<sup>2</sup> Fazemos aqui referência ao marcante trabalho de Eder Sader (2001).

passou, a saber: um declínio de partidos e sindicatos socialistas e comunistas e um crescimento dos chamados “novos movimentos sociais”.

A Teoria da Dependência ou Imperialismo Cultural remonta ao contraditório ambiente de ebulição intelectual de fins dos anos 1960 e início dos anos 1970 na América Latina. Num momento de acirramento do “último massacre colonial” (para usar a expressão de Greg Grandin, 2011) com a sequência de golpes civis-militares na América Latina iniciados na Guatemala em 1954, evidente expressão da Guerra Fria e a estratégia estadunidense para o subcontinente, as perspectivas teóricas adotadas pelos Partidos Comunistas foram confrontadas por diferentes interpretações heterodoxas à esquerda, nem sempre de viés marxista.

No Brasil em particular, esse confronto teórico com as vertentes analíticas do Partido Comunista, do ISEB e da CEPAL, entre outras, confluiu num arcabouço interpretativo multifacetado cuja resultante é a Teoria da Dependência. A vertente mais radical de abordagem da Teoria da Dependência, produzida por autores como Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, de corte marcadamente marxista, estava em estreita relação com organizações políticas de trabalhadores de viés revolucionário.<sup>3</sup> Nesse sentido, sofreu o ataque direto do golpe civil-militar de 1964 que, ao visar a desmobilização pela violência das principais organizações de trabalhadores no período, não poupou os intelectuais diretamente a elas ligados, ao contrário dos demais intelectuais de esquerda, principalmente universitários, que viveram o período de 1964 a 1969 na relativa hegemonia cultural de esquerda, conforme a análise clássica de Roberto Schwarz (2014).

Os pensadores marxistas da Teoria da Dependência vão encontrar principalmente no Chile um espaço vibrante de desenvolvimento teórico que abrigou outros brasileiros exilados, como Fernando Henrique Cardoso e José Serra, que também são reconhecidos como autores da Teoria da Dependência, porém de viés mais weberiano. Nos anos seguintes, enquanto os autores weberianos da Teoria da Dependência vão se tornar hegemônicos no Brasil, com a organização do CEBRAP e apoio de fundos internacionais, os pensadores marxistas vão sofrer mais dificuldades e perseguições no exílio. Para o que nos interessa aqui, a perspectiva hegemônica da Teoria da Dependência, de corte weberiano, se desenvolve visando ações políticas cujo cerne é o Estado, mas descoladas de qualquer relação com as organizações de trabalhadores, estratégia mais afeita aos

---

<sup>3</sup> Para uma excelente revisão do debate sobre a Teoria da Dependência, cf. Roberta Traspadini, 2014.

autores de viés marxista e que se torna progressivamente prejudicada com a sucessão de golpes civis-militares.

A Teoria da Dependência ou Imperialismo Cultural vai lidar com esse quadro conturbado. O viés é marcado pela teoria leninista do imperialismo, o que mantém alguma confusão entre a presença das perspectivas adotadas pelos Partidos Comunistas e a aproximação dos autores marxistas dependentistas críticos da linha partidária. O foco de ação, contudo, é relativamente descolado das organizações de trabalhadores e bastante voltado à ação decisiva cujo foco era o Estado, seu caráter ideológico e a luta necessária para mudanças em sua composição política e dispositivos legais. Se num sentido prático estava ligada aos autores weberianos, pela centralidade política do Estado, num sentido teórico geral se distanciavam dado o caráter leninista de fundo. O amálgama conceitual se deveu a uma leitura da categoria althusseriana dos Aparelhos Ideológicos de Estado como aporte para a explicação do processo de dominação ideológica que reforçaria a dependência a partir dos meios de comunicação de massas, o que levou a sua rejeição pelos autores weberianos da Teoria da Dependência (SARTI, 1979). Um de seus resultados políticos mais decisivos é o Relatório MacBride, que confrontava no âmbito da Unesco a política para a comunicação praticada pelos EUA do “Livre Fluxo da Informação” e da “Comunicação para o Desenvolvimento”.

Os debates sobre a Comunicação Popular e Comunitária, por sua vez, bebendo nas mesmas fontes gerais e nos temas da Teoria da Dependência ou Imperialismo Cultural, desdobrava-se num viés mais gramsciano, próximo de todo o arcabouço da Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, visando uma ação política mais demarcada pela organização da classe, suas características de base e seus instrumentos de luta. Tratou-se de uma prática decisiva na configuração do trabalho de base, ação tão característica da época visando à formação e nucleação da organização política da classe trabalhadora.

De acordo com Peruzzo, a comunicação popular como forma alternativa de comunicação tem origem nos anos 1970 e 1980 no Brasil, caracterizando-se como um processo de comunicação que emerge essencialmente dos grupos populares (PERUZZO, 2006, p. 2). Foi denominada por vezes como comunitária, alternativa, dialógica, participativa, horizontal, mas, para a autora, as denominações diferenciadas não trariam alteração de sentido e poderiam ser encaradas, então, como sinônimos do termo “popular” (PERUZZO, 2006, p. 2). Em todos os casos, a comunicação popular era sinônimo de “expressão das lutas populares por melhores condições de vida que ocorrem a partir dos

movimentos populares e representam um espaço para a participação democrática do povo” (PERUZZO, 2006, p. 2).

As lutas populares, porém, não eram avaliadas de maneira homogênea no âmbito dos debates sobre a Comunicação Popular e Comunitária, tendo em vista o contexto que ficou demarcado por aquilo que se convencionou chamar de Novos Movimentos Sociais. De acordo com Cicilia Peruzzo (2004, p. 30), os novos movimentos sociais são manifestações das classes populares que vão “além das classes sociais dos manuais (proletário e campesinato), às quais se conferia o poder messiânico da transformação histórica”. Esse “popular”, ainda segundo a autora, seria representado por uma vasta gama de explorados que conviveriam em espaços heterogêneos do subemprego e dos empregos precários do campo e da cidade. Entre essas categorias de trabalhadores, militavam nos novos movimentos sociais empregadas domésticas, meeiros, operários fabris, boias-frias, entre muitos outros sujeitos políticos e sociais que passaram a ter uma nova forma de representação, além das associações de bairro.

Esses movimentos sociais surgiram, de acordo com Peruzzo, da necessidade de organizar-se frente a demandas concretas de existência, à espoliação das condições de vida e a privações das mais diversas, desde os movimentos por terra e moradias urbanas às associações por saúde pública. No geral, costumam articular-se em momentos de necessidade e, assim que têm suas demandas atendidas ou encaminhadas à negociação com o Estado, deixam de existir por desmobilização ou cumprimento de expectativas. São classificados pela autora, portanto, como efêmeros e descontínuos em sua existência (PERUZZO, 2004, p. 34). Sua organização pauta-se em estruturas mais ou menos horizontais, com apelo comunitário e localizado (bairros, regiões ou até mesmo em únicos locais) e geralmente sem vínculos partidários ou com sindicatos e estruturas de poder estatal, “preenchendo um vazio deixado por eles enquanto canais institucionalizados e abrindo-se à confluência dos interesses da sociedade (PERUZZO, 2004, p. 54).

O contexto de ascensão dos Novos Movimentos Sociais gerou concepções diferentes da Comunicação Popular e Comunitária como expressão dos interesses das classes trabalhadoras organizadas em movimentos, associações e organizações diversas. Uma das principais revisões em relação à conceituação de comunicação popular dos anos 1970, 80 e 90 ocorre justamente em seu caráter de classe. Segundo Peruzzo, a primeira expressão dessa vertente de comunicação continha mais um caráter de “contracomunicação”, no sentido de oposição democrática à Ditadura Civil-Militar:

Se nos anos de 1970, 1980 e parte dos 90 a contra-comunicação aparecia preponderantemente no âmbito dos movimentos populares, das organizações de base, da imprensa alternativa, da oposição sindical metalúrgica, de ONGs, de setores progressistas da Igreja Católica, ou realizada por militantes articulados em núcleos de produção audiovisual, a partir dos últimos anos pipocam experiências comunicacionais mais diversas, incluindo as do tipo popular tradicional (hoje mais conhecidas como comunitárias e se baseiam em premissas de cunho coletivo) e outras realizadas por associações, grupos ou até por pessoas autonomamente. Os exemplos podem ser encontrados em jornais e rádios comunitários, nas associações de usuários dos canais comunitários na televisão a cabo, em organizações não-governamentais que desenvolvem projetos coletivos de desenvolvimento social por meio da comunicação (PERUZZO, 2006, p. 5).

Essa mudança de postura em relação ao caráter de classe da comunicação popular e comunitária se explica em partes pela abertura democrática pós-ditadura civil-militar. Com a ausência de uma situação de repressão muito acentuada, a proliferação dessas experiências passou a ser mais fácil, assim como a atuação desses veículos (jornais, rádios comunitárias ou livres principalmente) passou a ser feita com mais liberdade e com uma inédita abertura de espaço para atuação na sociedade. Isso alterou o discurso de parte das organizações, pela exigência de mais inserção na democracia burguesa e com um progressivo abandono da radicalização própria das esquerdas tradicionais, da forma partido ou dos sindicatos, mais identificada com transformações sociais profundas e de caráter revolucionário.

Essa problemática a respeito do caráter de classe encontra um lugar diferente na definição sobre Comunicação Popular e Comunitária elaborada por Rozinaldo Miani (2011). Ao defender que Comunicação Comunitária e Comunicação Popular não se referem à mesma expressão da comunicação – das classes subalternas, por suposto –, o “popular” assume um caráter estritamente classista. Isso identifica essa expressão de comunicação como inteiramente elaborada pelas classes trabalhadoras, sob processos democráticos. O entendimento das duas expressões (popular e comunitário) como sinônimos, para o autor, tende a despolitizar o conceito de “popular” e a desconfigurar as reais contribuições que as práticas comunitárias de comunicação podem oferecer para fortalecer as classes trabalhadoras na disputa por hegemonia no campo da comunicação (MIANI, 2011, p. 223).

Segundo Miani, o conceito de “comunidade”, entendido na dinâmica com o “popular” para a constituição de uma expressão de comunicação popular e comunitária, se apresenta como “uma possibilidade que se realiza como decorrência da dinâmica social estabelecida por um conjunto de indivíduos que se reconhecem como construtores de um

sentimento coletivo de pertencimento no interior de um grupo social” (MIANI, 2011, p. 227).

Nesse sentido, o autor explica que a simples utilização dos termos “popular” e “comunitário” como equivalentes tende a despolitizar o que se entende como “popular”. Esse termo se aplica necessariamente para identificar um conjunto de indivíduos que se identificam como uma classe social passível de adquirir consciência de classe, ou seja, de reconhecerem-se como trabalhadores no processo de lutas sociais. Exigir à comunidade o pertencimento a uma classe, como característica fundante do seu modo de organização, não é possível, pois para se formar uma comunidade não é necessário que os seus sujeitos se afirmem e se reconheçam como classe social subalterna e, sim, como pertencentes a um grupo social determinado. Sob essa perspectiva, a comunicação popular e comunitária, entendida como uma expressão de comunicação das classes trabalhadoras que se dá sob um processo de participação constante, libertadora e com consciência de classe, adquire um significado mais completo, livre de ambiguidades.

Assim sendo, entendendo Teoria da Dependência ou Imperialismo Cultural e Comunicação Popular e Comunitária como vertentes teóricas de grande relevância no campo da Comunicação, elas caminharam ao longo dos anos 1980 em constante simbiose e conflito com os Estudos Culturais Latino-Americanos, debate que foi se configurando no período como uma resposta ao que se entendia como um foco excessivo na configuração político-empresarial dos meios de comunicação e seus laços estatais. Contudo, enquanto o interesse da Comunicação Popular e Comunitária tem um foco demarcado na ação das pessoas visando a organização política em torno da luta de classes populares, com o que suas afinidades eletivas com a Teoria da Dependência e Imperialismo Cultural se mantém mais ou menos constantes, o interesse pelas mediações dos Estudos Culturais Latino-Americanos se concentra nas possibilidades de ação autônoma dos públicos frente e em articulação ao aparato comunicacional estabelecido.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Sobre a oposição entre meios massivos e populares, Peruzzo é muito clara ao recusar a existência de uma disputa por hegemonia entre essas duas formas de comunicação, burguesa e dos trabalhadores, pois cumpririam funções diferentes na sociedade. “Essa postura de opor os meios populares aos massivos sofreu uma profunda revisão nos anos 90, em função das mudanças que ocorrem na sociedade. Apesar de serem campos de conflito e terem suas especialidades, sob a ótica do receptor não se estabelece esse antagonismo (...) Além do que, entidades e grupos dos movimentos populares passaram a ocupar espaços nos grandes veículos, para transmitir suas mensagens e os programas por eles produzidos, e mesmo deter a posse de canais de comunicação, como jornais e rádios de alcance local ou até regional” (PERUZZO, 2004, p. 129). Além disso, expõe que os meios massivos contribuem para “o campo do divertimento e da informação” (1998, p. 131) e que são constantemente influenciados pela cultura popular para que suas expressões culturais e artísticas sejam incorporadas e transmitidas, com o argumento de que “o próprio povo já é partícipe de uma cultura de massas hegemônica pela burguesia” (2004, p. 131). Mais próxima

O quadro das relações entre Teorias da Comunicação e organizações das classes trabalhadoras aí observado é complexo e multifacetado. Se, por um lado, os desdobramentos práticos dos debates em torno da Comunicação Popular e Comunitária cumpriram papel majoritário na organização do trabalho de base de partidos, sindicatos e movimentos, por outro lado as plataformas políticas dessas organizações lançaram algumas possibilidades genéricas a partir da Teoria da Dependência ou Imperialismo Cultural. Noutra ponta do quadro, a participação crescente na dinâmica eleitoral fez com que as organizações partidárias incorporassem progressivamente as características técnicas da Indústria Cultural, principalmente na confecção de materiais de campanha e na participação nos horários dedicados à TV. Mesmo no âmbito dos debates sobre a Comunicação Popular e Comunitária, havia a perspectiva de que as condições desiguais da luta de classes também no âmbito da Comunicação colocavam a necessidade imperiosa de aprendizado pelas classes populares das técnicas próprias à Indústria Cultural, a fim de buscar equiparar as condições de força da chamada “mídia burguesa”.<sup>5</sup>

O fato é que podemos afirmar que houve uma separação progressiva das avaliações teóricas da Comunicação que, de um modo ou de outro, se reverteram em resultados práticos nas lutas das classes populares.<sup>6</sup> À medida em que a dinâmica eleitoral concentrou o foco das atividades partidárias, o que gerou um progressivo e definitivo abandono das atividades de base pelo centro hegemônico das organizações de esquerda, as perspectivas apresentadas pela Comunicação Popular e Comunitária se confinaram naqueles poucos espaços dos movimentos que ainda faziam uso de técnicas comunicativas distanciadas da Indústria Cultural. A perspectiva eleitoral também instava as organizações de esquerda a reduzirem qualquer nível possível de radicalidade advindo

---

de um viés dos Estudos Culturais Latino-Americanos, tal concepção ganha em caráter crítico nos marcos da EPC, como veremos.

<sup>5</sup> Aqui, caberia uma ponderação mais detalhada. No Brasil, foi política corrente da esquerda em torno do Partido Comunista adotar uma ação de participação na produção da Indústria Cultural, um pouco dando prosseguimento e um pouco destoando das propostas culturais de Frente Popular que se desenrolaram, por exemplo, nos EUA. Em vez de viabilizar a organização de meios próprios de comunicação (como, por exemplo, a criação de uma gravadora própria), o principal da política cultural no Brasil foi a de atuar nas instâncias já organizadas da Indústria Cultural. As exceções (como as atividades do CPC-UNE ou a Editora Civilização Brasileira) confirmam a regra que se acentuou dado o quadro da ditadura civil-militar. Para uma avaliação da Frente Cultural nos EUA desde os anos 1930, cf. DENNING, 2011. Para uma análise das conturbadas relações da política cultural comunista e a a Indústria Cultural, cf., entre outros, COSTA, 2016 e RIDENTI, 2014. Para observações sobre a continuidade, progressivamente esvaziada, das propostas culturais de esquerda nos produtos da Indústria Cultural, cf. VILLAS BÔAS, 2004.

<sup>6</sup> Fica aqui a sugestão de uma análise mais aprofundada das obras de Roseli Fígaro (2001, 2008) no contexto que se desdobrará a partir de fins dos anos 1990, cujos desdobramentos teóricos, calcados nos Estudos de Recepção, não se perdem nas fragilidades dos Estudos Culturais Latino-Americanos.



da Teoria da Dependência ou Imperialismo Cultural. Onde necessária, uma adaptação dos Estudos Culturais Latino-Americanos se fez presente, viabilizando uma perspectiva mais aberta aos âmbitos da agência no interior da Indústria Cultural.

É justamente sobre um conceito de Indústria Cultural adequado às dinâmicas do capitalismo tardio que vai se erigir a Economia Política da Comunicação.

### **Surgimento da EPC: a Comunicação e as contradições do desenvolvimento no Brasil**

A história das relações entre a EPC e as organizações da classe trabalhadora no Brasil é uma desigual sucessão de encontros e desencontros. Para entendê-la, vale fazer um apanhado geral, abrangente e panorâmico, do contexto histórico em que a EPC se desdobra em nosso país, contrastando-o com o prisma apresentado acima de outras vertentes dos Estudos da Comunicação e suas articulações com as lutas populares.

Podemos afirmar que a Economia Política da Comunicação surgiu como um esforço de superar aquele tipo de marxismo que comumente é definido como vulgar. Ou seja, tratava-se de superar a interpretação maniqueísta das formulações apresentadas por Marx (2008) no “Prefácio de 1859” à *Crítica da Economia Política* a respeito das determinações entre base econômica, superestrutura política e jurídica e as formas ideológicas correspondentes. Diante do exposto no célebre texto, seguiu-se uma série de mal-entendidos conceituais que, ao incorporar mecanicamente a metáfora estrutural marxiana, entendeu de maneira reducionista as determinações apontadas por Marx como processo diretos e imediatos. Para completar, não bastasse o estaque caráter hierárquico, a interpretação vulgar do argumento marxiano terminou por achatá-la a superestrutura política e jurídica com suas formas ideológicas correspondentes. No caso latino-americano, podemos dizer que a Teoria da Dependência ou Imperialismo Cultural foi uma expressão desse tipo de reducionismo maniqueísta.

Para entender esse argumento, precisamos adentrar no debate econômico que se desenrolou no contexto histórico em que surge a EPC. Ele foi marcado por aquilo que Ricardo Bielschowsky (2000) analisou como o “ciclo ideológico do desenvolvimento”, característica central da História do Pensamento Econômico Brasileiro (HPEB). Bielschowsky, a partir das proposições de Schumpeter sobre a abordagem historiográfica da Economia, postulou uma diferença entre história da análise econômica (centrada nos aspectos científicos analíticos), uma história da economia política (cujo foco são as doutrinas econômicas e as políticas econômicas daí resultantes) e uma história do pensamento econômico (que centra seu interesse no debate público, distante das

preocupações acadêmicas). Bielschowsky afirma que, a despeito do rigor analítico conquistado pela CEPAL (e por Celso Furtado, diga-se), o grosso das questões próprias à economia política no Brasil (dedicadas ao debate sobre o desenvolvimento) ocorreram majoritariamente em meio ao debate público do pensamento econômico e apenas de maneira marginal no âmbito acadêmico, cientificamente orientado.

Entendemos que tal lacuna metodológica, dadas as deficiências próprias ao debate econômico no Brasil, também se fez presente nas áreas correlatas que buscaram analisar os aspectos econômicos de seu objeto. Por exemplo, a Teoria da Dependência ou Imperialismo Cultural, ao operar uma interpretação da Comunicação interessada em seu lado econômico, acabou por esbarrar na frouxidão analítica e metodológica do pensamento econômico brasileiro que inferimos do argumento de Bielschowsky (BASTOS, 2020). Ou seja, desprovida de método adequado para tal, privilegiou uma abordagem a partir de seu aspecto político, mais precisamente ideológico (cf. SARTI, 1979 e BOLAÑO, 2000 e 2004). A justaposição dos argumentos althusserianos sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado, empobrecidos de suas observações sobre a reprodução, com as percepções mais gerais da Teoria da Dependência, desligada de sua vertente marxista (que contém uma decisiva base na teoria do valor-trabalho de Marx), gerou um argumento que reconhecia nos meios de comunicação de massa meros justificadores ideológicos da dependência, carentes de regulações, pela via do Estado, que barrassem seu caráter imperialista.

Entre fim dos anos 1970 e primeira metade dos anos 1980, um conjunto de pesquisadores, interessado em evidenciar os elementos econômicos da Comunicação, buscou superar os problemas teóricos observados na Teoria da Dependência e Imperialismo Cultural. Autores como Sérgio Caparelli (1982a e 1982b), Cremilda Medina (1978), Cicilia Peruzzo (1986) e Maria Arminda do Nascimento Arruda (1985) visaram apresentar uma avaliação sistêmica do papel da Comunicação no capitalismo, observada em termos históricos e em seu caráter produtivo. É no bojo desse terreno que encontramos *Mercado Brasileiro de Televisão*, obra de César Bolaño (2004) publicada em 1988 como o ponto nodal no terreno em que se configura a Economia Política da Comunicação (BASTOS, 2020).

Se a Comunicação Popular e Comunitária representou uma inflexão política diante da Teoria da Dependência e Imperialismo Cultural, a EPC representou um aprofundamento econômico, mais precisamente o reconhecimento de um método adequado para o estudo crítico proposto. Para tal, Bolaño encontrou num desdobramento

heterodoxo do pensamento econômico ligado à CEPAL os elementos metodológicos necessários para uma análise e exposição crítica adequada da Comunicação. *Mercado Brasileiro de Televisão* é originalmente uma dissertação de mestrado defendida no então Departamento (hoje, Instituto) de Economia da Unicamp. A chamada Escola de Campinas de Economia Política foi um lócus em que o rigor analítico da CEPAL recebeu a continuidade de coesão teórica, capaz de oferecer métodos originais para o estudo do desenvolvimento econômico brasileiro sob um prisma novo, sintetizado na tese do capitalismo tardio de João Manuel Cardoso de Mello (1994).

Inserindo-se no âmbito do pensamento da Escola de Campinas de Economia Política, Bolaño resolveu duas questões principais que limitavam a pesquisa interessada pelos aspectos econômicos da comunicação. Primeiro, resolvia-se a lacuna metodológica, desviando do caráter mais impressionista e generalista do debate público do pensamento econômico brasileiro e fundando-se em instrumentos analíticos capazes de sustentar uma investigação crítica de economia política, portanto, avesso a qualquer reducionismo vulgar. Segundo, esse fundamento de método se adequava à superação do caráter mais ou menos frouxo de interpretação da especificidade nacional deixada por uma concepção rasa de imperialismo, tenho em vista que avaliava a constituição plena de sentido de um mercado brasileiro de televisão. Ou seja, Bolaño expôs um conceito de Indústria Cultural adequado ao capitalismo tardio (BASTOS, 2020).

O método da Economia Política da Comunicação, que encontra em *Mercado Brasileiro de Televisão* sua primeira exposição completa, ofereceu um caminho de análise com instrumentos capazes de interpretação tanto da órbita da constituição e funcionamento de um mercado de comunicação, quanto das especificidades internas às empresas e seus mecanismos, conjugando os dois âmbitos, por exemplo, com a exposição das dinâmicas da história econômica da televisão no Brasil a partir do conceito de barreiras à entrada. Ou seja, focando a concorrência própria ao mercado de televisão no Brasil e sua consolidação como um oligopólio, Bolaño analisa as articulações e ações da Rede Globo de Televisão com os demais agentes de mercado (o que inclui as demais emissoras, empresas de outros ramos da Comunicação, o Estado, os anunciantes e o público telespectador) a partir de suas estratégias para a manutenção das barreiras à entrada. Enfim, um estudo de macroeconomia cujos fundamentos de economia política se instrumentalizam por meio de ferramentas da microeconomia.

Ao recorrer a um estudo da constituição de um mercado nacional de televisão, Bolaño superava aquele elemento da Teoria da Dependência ou Imperialismo Cultural

que, desprovida de relações com a vertente marxista da Teoria da Dependência (consequentemente, impossibilitada de conhecer, por exemplo, o conceito de superexploração do trabalho de Ruy Mauro Marini, 2000), reconhecia nos meios de comunicação de massas um mero instrumento ideológico dos países centrais. Recorrendo ao estudo de Maria Arminda do Nascimento Arruda (1985) sobre a publicidade, por sua vez ancorado em avaliações de Maria da Conceição Tavares sobre os desequilíbrios nos departamentos de produção, a remuneração da classe trabalhadora e sua inclusão desigual no mercado consumidor ampliado. Ou seja, os conflitos de classe se fazem presentes, ainda que não sejam encarados como centrais. Trata-se de um problema colocado pelas contradições históricas do período.

No período em que se gestava uma Economia Política da Comunicação no Brasil, as organizações da classe trabalhadora buscavam apoio na discussão teórica e nos apontamentos práticos da Comunicação Popular e Comunitária, visando as tarefas próprias à dinâmica política da luta de classes no contato direto com as bases populares. As diretrizes visando a elaboração de projetos políticos para o Estado, contudo, permaneciam ligadas aos princípios gerais da Teoria da Dependência ou Imperialismo Cultural, remodelados pela luta em torno da democratização dos meios de comunicação que ganha corpo no ambiente de Assembleia Constituinte (RAMOS, 1998). Ou seja, o deslizamento das diretrizes organizativas, passando do trabalho de base e se fixando nas tarefas da campanha eleitoral, leva a um encaminhamento que altera aspectos fundantes da Comunicação Popular e Comunitária relativos ao distanciamento crítico dos meios de comunicação de massas, mantendo aspectos gerais da Teoria da Dependência ou Imperialismo Cultural capazes de serem amalgamados com as versões mais adequadas dos Estudos Culturais Latino-Americanos ao ambiente de luta pela redemocratização que ditou o cenário nos anos 1980.

A EPC, ainda nascente, encontrou pouca guarida nesse ambiente e só veio a ter alguma presença política já na década de 1990, quando os embates em torno do que se tornaria a Lei de TV a Cabo viabilizaram a reconfiguração das alianças teórico-práticas gestadas durante a Constituinte (RAMOS, 1998). Contudo, não custa lembrar que, em meados da década de 1990, Marcos Dantas, importante pesquisador da EPC no Brasil, ainda apontava o desinteresse das organizações partidárias de esquerda pela temática das telecomunicações, em que pese o escandaloso processo que levou à privatização do sistema de telefonia no Brasil, capitaneado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (DANTAS, 2002, p. 96-97; 101). Ou seja, a EPC nascia sob os auspícios de uma

fundamentação teórica pautada em um período histórico que estava sendo atropelado pela crise do capital e sua condução política hegemônica.<sup>7</sup>

Assim, subjazem à obra inaugural de Bolaño (2004) as contradições de seu tempo histórico que, se não prejudicam a sustentação crítica e os instrumentos analíticos apresentados, exigem o reconhecimento de alguns passos teóricos adicionais. Para ser mais preciso, os anos 1980 se configuraram como o momento descendente do ciclo ideológico do desenvolvimento, de modo que o pensamento desenvolvimentista foi paulatinamente perdendo forças no debate público dedicado à economia até que, nos anos 1990, as políticas econômicas no Brasil já estavam absolutamente dominadas pelos princípios de austeridade do neoliberalismo.

Ou seja, ao modo da Coruja de Minerva hegeliana, o pensamento crítico da EPC chegou a sua plena configuração (sustentado pelo reconhecimento de que, em consonância com a tese do capitalismo tardio, havia um mercado nacional da Indústria Cultural em pleno funcionamento) mais ou menos no momento histórico em que a assim chamada reestruturação produtiva do capital retirava o solo em que seu objeto de estudos se erigiu. O passo crítico dado por Bolaño na continuidade da elaboração de uma Economia Política da Comunicação capaz de enfrentar as contradições de seu tempo histórico era bastante desconcertante para a época. Tratava-se de fundamentar de vez seu arcabouço conceitual e os métodos de análise e exposição em Marx numa época em que o autor de *O Capital* passava por mais um cachorro-morto, tanto na teoria como na prática.

### **Uma crítica dialética para a EPC em meio ao ascenso neoliberal**

É correto afirmar que Marx é um dos autores relevantes para a fundamentação das bases teóricas da Escola de Campinas de Economia Política, de sorte que não resta dúvidas de que o pensamento marxista está, de um modo ou de outro, presente nos argumentos que

---

<sup>7</sup> Ao longo do texto, daremos atenção especificamente à trajetória de César Bolaño, visando uma abordagem da questão proposta deliberadamente limitada a um viés específico da EPC. Um estudo mais abrangente, porém, demandaria a observação dos diversos textos de Marcos Dantas, principalmente porque esse autor buscou uma observação de um conceito de informação no chão de fábrica, ou seja, pelo prisma de Marx e de um conjunto bastante eclético de apontamentos teóricos próprios à Comunicação, visou um novo conceito de informação que surgisse em articulação com uma abordagem materialista do trabalho. Ademais, sua articulação com a organização de trabalhadores do sistema de telecomunicações, principalmente no momento de luta contra as privatizações, indica uma relação possível entre a EPC e a classe trabalhadora. Que ela não tenha frutificado, inicialmente atropelada pelo sucesso das privatizações e, na sequência, pela dificuldade de incorporação da matriz crítica da EPC quando o Partido dos Trabalhadores assumiu o Governo Federal, mesmo contando com a presença do próprio Dantas, dentre outros, valeria um estudo detalhado. Ver, entre outros, Dantas (2006, 2007 e 2012).

Bolaño desenvolveu em *Mercado Brasileiro de Televisão*. Contudo, essa presença era fundamentalmente mediada e se encontrava mais na análise concreta da dinâmica concorrencial do mercado estudado. Faltava uma apreciação do problema da Comunicação que se ancorasse em sua máxima integralidade no método marxiano de análise e exposição, desde as categorias mais abstratas até a particularização de suas contradições no concreto como síntese de múltiplas determinações. Esse é o caminho que Bolaño (2000) vai percorrer logo após a publicação da Dissertação de Mestrado em 1988. Para tanto, permaneceu em Campinas, agora para a condução de um doutorado, que concluiu em 1993, sob orientação de João Manuel Cardoso de Mello, mas que só foi publicado em livro em 2000.

Esse retorno às bases teóricas e de método de Marx perpetrado por Bolaño (2000) ocorreu na quadra histórica em que o marxismo alcançou grande descrédito teórico e prático. A crise do modelo soviético do socialismo realmente existente, que redundou na queda do Muro de Berlim em fins de 1989 e a dissolução da União Soviética em fins de 1991, foi acompanhada pelo seu correlato teórico, qual seja, o crescimento exponencial das diversas concepções pós-modernas, que visavam extirpar o pensamento marxista do debate intelectual. O neoliberalismo, que vigia como condução política e econômica da Inglaterra e dos Estados Unidos desde fins dos anos 1970 e início dos anos 1980, veio a tomar conta do cenário nacional nas frestas das contradições do processo de redemocratização já nos anos 1990, da eleição de Collor em diante. Mesmo o debate estritamente econômico à esquerda já prescindia do materialismo dialético. De sorte que um retorno a Marx era uma extravagância histórica significativa.

Esse foi, porém, o período histórico em que a EPC se consolidou no ambiente universitário, com a realização de Grupos de Trabalho em eventos das entidades acadêmicas do campo da Comunicação na América Latina como um todo e no Brasil em particular – por exemplo, datam de 1992 os grupos de trabalho ligados à EPC na Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e na Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIIC) (SANTOS e MOTA, 2015, p. 59). Não resta dúvidas de que se tratava de um esforço coletivo visando construir um arsenal teórico capaz de dar conta das diversas transformações que as estruturas midiáticas e de telecomunicações estavam vivendo. Resguardadas as limitações de interesse teórico e prático, a EPC também encampou suas concepções em quadros de organizações sindicais, estudantis e políticas ligadas à Comunicação. Em vez de simplesmente correr para a investigação dos novos fenômenos midiáticos e de

telecomunicações que se apresentavam, em *Indústria cultural: informação e capitalismo* Bolaño (2000) se propôs, em primeiro lugar, a superar as lacunas teóricas que ainda persistiam na conjugação de um modelo crítico para o estudo da Indústria Cultural.

Já as considerações finais de *Mercado Brasileiro de Televisão* (BOLAÑO, 2004) apontavam para questões a dirimir. Uma delas dizia respeito ao problema enfrentado na crítica à Teoria da Dependência e Imperialismo Cultural. Ao apontar o reducionismo da abordagem orientada pelo viés político e ideológico de um processo econômico, *Mercado Brasileiro de Televisão* (BOLAÑO, 2004) se concentrou no estudo da concorrência e, corretamente, recusou o erro simétrico de apresentar um economicismo também ele mecanicista na explicação dos aspectos políticos e ideológicos da comunicação, mas, com isso, se tornou incapaz de oferecer um fundamento destes. O retorno a Marx visava, entre outras questões, dar conta desse problema, que nos interessa aqui particularmente, dado seu caráter essencial para as lutas das organizações das classes trabalhadoras.

Para tal, Bolaño (2000 e 2015) apresentou uma dupla estratégia de método. Primeiro, desenvolver um conceito de Comunicação adequado aos fundamentos do capital a partir de um exercício num nível elevado de abstração. Para tal, ele recorreu aos debates derivacionistas<sup>8</sup> para apresentar o conceito de forma social da comunicação. Tal conceito é derivado logicamente do arcabouço desenvolvido por Marx (2017) no livro I de *O Capital*, a partir da exposição da teoria marxista do valor. Observando a Comunicação em dois momentos lógicos específicos da exposição marxiana (aqueles da circulação simples de mercadorias e do terreno oculto da produção), Bolaño nos oferece a exposição de uma comunicação direta e objetiva, que no nível da aparência se dá entre seres formalmente livres e iguais, mas cujo fundamento é o controle e a hierarquia das fábricas. Ou seja, o capital assume a forma social da comunicação, cuja aparência de troca de informações entre iguais se interverte no fundamento da informação hierarquizada.

Nesse sentido, a forma social da comunicação possui dois vetores que serão cumpridos por duas funções essenciais. Uma delas, dedicada à circulação de mercadorias, pode ser chamada de publicidade. Outra delas, afeita à hierarquia e controle da produção, pode ser chamada de propaganda. Com isso, já no nível elementar e abstrato de exposição da forma social da comunicação se torna possível superar a dicotomia entre economia e política que animava os reducionismos politicistas e economicistas que a EPC, com César Bolaño, visava superar. Assim, as expressões políticas e econômicas da comunicação

---

<sup>8</sup> O debate da derivação do Estado está todo traduzido em uma edição em espanhol em Bonnet e Piva, 2017.

podem ser remetidas a esse fundamento básico da forma social da comunicação, segundo o raciocínio dialético de Marx sobre a aparência de igualdade da circulação simples de mercadorias e sua interversão no terreno oculto da produção.

A segunda estratégia metodológica se concentra numa apropriação bastante singular dos debates sobre o regulacionismo.<sup>9</sup> Para o que nos interessa aqui, tratava-se de um processo mais longo de particularização histórica das instâncias concretas capazes de dar conta das funções da forma social da comunicação. Num primeiro momento, essa particularização segue um caminho derivacionista, até o ponto em que se reconhece no âmbito lógico da forma social da comunicação a necessidade de concretização de instâncias concretas para a execução das funções. Num segundo momento, a particularização caminha para um caminho regulacionista, quando a necessidade da Indústria Cultural está posta e se torna relevante explicitar seus caminhos históricos concretos.

Especialmente relevante para nossa análise aqui é o argumento de Bolaño (2000) que nos leva a entender por que noções como a de “liberdade de expressão”, tão cara ao pensamento burguês, fazem parte de um complexo de determinações próprias à forma social da comunicação. A partir da determinação da forma social da comunicação podemos afirmar que a informação livre serve como expressão socialmente necessária da informação de classe. O desenrolar histórico dessa determinação vai levar ao monopólio da mediação dessa informação, quer seja pelo controle estatal ou pelo mercantil da instância controladora de sua produção. A Indústria Cultural é o resultado histórico adequado ao capitalismo monopolista que se faz presente ao longo do século XX, quando a dinamização da forma social da comunicação se consolida necessariamente como uma estrutura de mercados, com capitais individuais operando o setor e visando lucros. Nesse momento, a informação de massas é a expressão concreta da interversão de seu fundamento na informação de classe.

Contudo, se a particularização histórica das funções propaganda e publicidade e da instância adequada de sua operação é a Indústria Cultural dá conta de parte do caráter de classe da forma social da comunicação, Bolaño reconheceu que o argumento era insuficiente para entender como esse processo opera no âmbito específico das classes trabalhadoras. Para além da mera crítica da Indústria Cultural como inculcadora de ideias, tornou-se relevante entendê-la pelo prisma da concretização das necessidades simbólicas

---

<sup>9</sup> Uma revisão bastante cuidadosa das discussões sobre a Regulação, em português, está em Boyer, 2009.



das classes trabalhadoras como uma função específica. A isto Bolaño deu o nome de função programa. E aqui a discussão do trabalho se apresenta em pelo menos dois aspectos.

Uma das questões centrais da EPC, pelo menos desde um de seus textos fundadores, escrito pelo pensador canadense Dallas Smythe (1977), está em descrever e interpretar a mercadoria característica da Indústria Cultural. Smythe, a fim de superar criticamente o que ele entendia como um persistente idealismo do marxismo ocidental, focado em aspectos ideológicos da comunicação, desdobrou um esforço de estudo econômico da Indústria Cultural cujo fundamento estava na avaliação da audiência como sua mercadoria própria. Em que pese o argumento certo de Smythe, ele encontrou o trabalho necessário para a produção dessa mercadoria no lugar errado, a saber, na própria audiência. Quando escreveu *Mercado Brasileiro de Televisão*, Bolaño não conhecia o texto de Smythe. Ainda assim, chegou a uma questão próxima a da audiência como mercadoria, ao discutir as relações entre agências de publicidade, mercado anunciante e emissoras de televisão por meio da audiência.

Em *Indústria cultural: informação e capitalismo*, Bolaño (2000) superou os equívocos de interpretação de Smythe, quando então já o conhecia, a partir de uma acurada discussão do conceito de trabalho no interior do debate sobre a forma social da comunicação e suas particularizações. Tratava-se de reconhecer a especificidade do trabalho produtor da mercadoria audiência, sem encontrá-lo na ação do público como consumidor. Assim, ao entender a instância histórica adequada às funções formais da propaganda e da publicidade, Bolaño consegue observar os interesses de capitais individuais (empresas) e Estado (agentes políticos) na busca por uma relação de comunicação com o público, o que vai ser operado pelo trabalho feito no interior da Indústria Cultural que, por meio do programa, consegue atrair a atenção do público que, ao encontrar ali um valor de uso (entretenimento), é reificado em números (audiência), vendidos como mercadoria, por meio de agências, aos interessados (Empresas e Estado).

Nesse sentido, ao entender o público majoritariamente como a classe trabalhadora, o trabalho no interior da Indústria Cultural extrapola a subordinação do trabalhador no âmbito do mundo do trabalho e a leva ao mundo do lazer: “não é apenas a sua força de trabalho que se torna mercadoria, mas sua própria consciência e seus desejos são apropriados para facilitar a acumulação do capital” (BOLAÑO, 2000, p. 227). Assim, os equívocos de Smythe em torno do trabalho na Indústria Cultural são corrigidos,

reconhecendo ainda de maneira adequada o papel do público na dinâmica de produção e reprodução do capital.

Ademais, a concepção de função programa recobre um problema da tradição frankfurtiana de crítica à Indústria Cultural, fechando o flanco para as vertentes mais pós-modernas dos Estudos Culturais Latino-Americanos. Bolaño (2000) recorre às categorias habermasianas de “colonização do mundo da vida pelo sistema”. Ao entender, nos termos acima detalhados que a Indústria Cultural é a instância mediadora que visa a colonização do mundo da vida pelo sistema (Capital e Estado), Bolaño afirma que isso só será possível se ela substituir a contento as dinâmicas e estruturas internas de reprodução simbólica do *Lebenswelt*. E, para tal, precisa incorporar elementos da cultura popular que, reificados, passam a funcionar como aspectos da instância de mediação que é a Indústria Cultural e que, assim, o capital se torna cultura. Fechando o arco conceitual, podemos retornar aos argumentos iniciais, quando se estava num alto nível de abstração, e reconhecer aquela dinâmica descrita por Marx (2017) no capítulo 2 de *O Capital*, da mercadoria que age por meio da atividade volitiva de seus possuidores (BASTOS, 2018). Sem sombra de dúvidas, foi no contexto apresentado que um pensador brasileiro desenvolveu aquela que pode ser considerada uma das teorias críticas mais acuradas sobre a Indústria Cultural.

Como ficam as organizações das classes trabalhadoras diante desses postulados? Enquanto as organizações partidárias abandonam progressivamente qualquer interesse marcado pela crítica à Indústria Cultural, os movimentos sociais e organizações de base se veem enredados pelo crescimento do capital tornado cultura no âmbito do neoliberalismo. Os instrumentos da Comunicação Popular e Comunitária se parecem cada vez mais fragilizados frente ao poder comunicacional avassalador do capital e do Estado. As estratégias da Teoria da Dependência ou Imperialismo Cultural de algum modo perdem seu fôlego diante da assombrosa mundialização exponenciada pela financeirização e os instrumentos da rede mundial de computadores. Qualquer expectativa em torno do empoderamento viabilizado pela agência dos públicos no âmbito da Indústria Cultural logo mostram seu caráter mercantil. É justamente o rigor conceitual da EPC em torno do trabalho que pode indicar alguns caminhos propositivos.

### **Considerações finais**

Até aqui, apresentamos, em linhas gerais, uma avaliação panorâmica das relações entre âmbitos das Teorias da Comunicação e as organizações das classes trabalhadoras no Brasil. Nosso foco era observar as articulações desconstruídas entre organizações de

classe e a Economia Política da Comunicação. Por sua vez, subjacente ao nosso argumento está a ideia de que a EPC oferece o aparato crítico mais adequado para que as organizações das classes trabalhadoras enfrentem a questão da Comunicação. Isso dá fundamentalmente porque a EPC se organiza conceitualmente a partir da centralidade do trabalho. Nessas considerações finais, apontaremos as possibilidades abertas por isso.

Para tanto, vale ressaltar que todo o processo de derivação e particularização promovidos por César Bolaño (2000) em *Indústria Cultural: informação e capitalismo* é determinado pela caracterização da forma social da comunicação que passa, entre outros, pela avaliação da consolidação da informação como mercadoria. E essa consolidação se dá por meio do que Bolaño (1995, 1997, 2002, 2007 e 2008) chama de “subsunção do trabalho intelectual no capital”. Originalmente (BOLAÑO, 2000), o tema era o da “acumulação primitiva de conhecimento”, processo necessário para a passagem da manufatura à grande indústria, quando a informação passa a se tornar relevante no processo produtivo, bifurcando entre informação reservada e informação voltada ao público. No atual momento de crise do capital e seus esforços de permanência de suas condições de existência, em que pululam debates sobre a revolução digital do capital e adjacências, os termos que inicialmente se apresentavam como relevantes para um debate sobre a Indústria Cultural se mostram centrais para uma avaliação das contradições de nossa época.

Aqueles debates que abrem o artigo, sobre a concentração econômica de poder comunicacional (capaz de derrubar um governo) e as estratégias de atuação em redes sociais digitais (capazes de eleger um presidente reacionário), se mostram relacionados aos problemas sobre o trabalho em meio ao crescimento de plataformas digitais e da eufemística “economia do compartilhamento”, aos processos de automação envolvendo Inteligência Artificial e Big Data etc. Saímos da esfera da natureza ideológica da questão e caímos num âmbito mais profundo e complexo. Com ele, vemos também as contradições do capitalismo se tornarem ainda mais visíveis.

A vaga das lutas sociais na América Latina como um todo e o Brasil em particular, com derrocada de governos progressistas, ascensão de governos (proto)fascistas e reconfiguração das organizações de esquerda, certamente têm algo a aprender para além de concepções francamente equivocadas como a mera apologética de “redes de indignação e esperança” (CASTELLS, 2013). Primeiro, que a EPC indica que a comunicação não pode ser vista como um instrumento, mas como uma forma social que dá concretude a aspectos essenciais da lógica de acumulação do capital. Como tal, em

segundo lugar, ela se configura a partir de elementos centrais da dinâmica de autovalorização do valor e, conseqüentemente, das metamorfoses do trabalho. Por isso, em terceiro lugar, ela carrega consigo as contradições do capital e oferece, a partir de uma análise crítica, os elementos que apontam para sua superação em uma outra forma de socialização.

Portanto, fazendo jus ao que o economista Eduardo da Motta e Albuquerque (2012) chamou de “Agenda Rosdolsky”, em homenagem ao importante estudioso dos *Grundrisse* de Marx (2011) (ROSDOLSKY, 2001), as classes trabalhadoras podem encontrar na EPC os fundamentos lógicos da forma social da comunicação (como derivação do capital e suas formas elementares), suas metamorfoses históricas (como particularizações de seus fundamentos de acordo com as contradições próprias ao capital) e os germes do socialismo (como as possibilidades visíveis a partir dos seus pontos críticos). Ou seja, a partir da EPC, mais do que usar a comunicação como instrumento, trata-se de pensar, tal qual a concepção sobre “esfera pública proletária” de Oskar Negt e Alexander Kluge (1993) na experiência da socialização construída nos espaços da luta. Só com isso, as organizações das classes trabalhadoras poderão dizer em alto e bom som que uma outra mediação social é possível.

### Referências:

ALBUQUERQUE, Eduardo da Mota e. *Agenda Rosdolsky*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2012.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *A embalagem do sistema: a publicidade no capitalismo brasileiro*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1985.

BASTOS, Manoel Dourado. Indústria Cultural e capitalismo tardio: Origens da Economia Política da Comunicação no Brasil em *Mercado Brasileiro de Televisão*. *Chasqui*, n. 142, 2020. Disponível em: <<https://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/4121>>. Acesso em: 21 jun 2020.

\_\_\_\_\_. O caráter fetichista da informação necessária no momento da circulação simples. *Revista Eptic*, Aracaju, v. 20, n. 01, 2018. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/8516/6799>>. Acesso em: 21 jun 2020.

BOLAÑO, César. Economía política, globalización y comunicación. Nueva Sociedad, Nº. 140 Nov/Dez 1995, pp. p138-153. Disponível em <[https://nuso.org/media/articles/downloads/2459\\_1.pdf](https://nuso.org/media/articles/downloads/2459_1.pdf)>. Acesso em: 21 jun 2020.

\_\_\_\_\_. A Convergência Informática/Telecomunicações/Audiovisual. Revista Praga, n. 4, São Paulo, 1997.

\_\_\_\_\_. *Indústria cultural: informação e capitalismo*. São Paulo: Hucitec/Pólis, 2000.

\_\_\_\_\_. Trabalho intelectual, comunicação e capitalismo. A re-configuração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, Rio de Janeiro, nº 11, p. 53-78, dezembro 2002. Disponível em: <<http://eptic.com.br/wp-content/uploads/2020/06/Trabalho-intelectual-comunica%C3%A7%C3%A3o-e-capitalismo-Bola%C3%B1o.pdf>>. Acesso em: 21 jun 2020.

\_\_\_\_\_. *Mercado Brasileiro de Televisão*. 2ª. ed. rev. e ampl. São Cristóvão/SE: Universidade Federal de Sergipe; São Paulo: EDUC, 2004.

\_\_\_\_\_. Trabalho, comunicação e desenvolvimento. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v.3, n.1, março 2007, p. 33-42. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/download/3115/2806>>. Acesso em: 21 jun 2020.

\_\_\_\_\_. Sobre intelecto geral, capital, comunicação e conhecimento: uma leitura dos *Grundrisse*. Revista de Economia, UFPR, v. 34, n. especial, p. 35-49, 2008. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/17196>>. Acesso em: 21 jun 2020.

\_\_\_\_\_. *Campo aberto: para a crítica da epistemologia da comunicação*. Aracaju: Edise, 2015.

CAPARELLI, Sérgio. *Televisão e capitalismo no Brasil*. Porto Alegre: L&PM, 1982a.

\_\_\_\_\_. *Comunicação de massa sem massa*. São Paulo: Cortez, 1982b.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BONNET, Alberto e PIVA, Adrián (eds.). *Estado y Capital: El debate alemán sobre la derivación del Estado*. Buenos Aires: Herramienta, 2017. Disponível em: <[https://herramienta.com.ar/sites/default/files/Estado\\_y\\_Capital.pdf](https://herramienta.com.ar/sites/default/files/Estado_y_Capital.pdf)>. Acesso em: 21 jun 2020.

BOYER, Robert. *Teoria da regulação: Os Fundamentos*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio*. 4ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COSTA, Iná Camargo. *A hora do teatro épico no Brasil*. 2ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

DANTAS, Marcos. *A lógica do capital-informação*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

\_\_\_\_\_. Informação como trabalho e como valor. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, 2006, nº 19, pp. 44-72. Disponível em: <http://marcosdantas.com.br/conteudos/wp-content/uploads/2013/03/informacao-trabalho-valor.pdf>. Acesso em: 21 jun 2020.

\_\_\_\_\_. Os Significados do Trabalho: Produção de Valores como Produção Semiótica no Capitalismo Informacional. *Trabalho, Educação e Saúde*, vol. 5, núm. 1, março-junio, 2007, pp. 9-50. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4067/406757019002.pdf>. Acesso em: 21 jun 2020

\_\_\_\_\_. *Trabalho com informação: valor, acumulação, apropriação nas redes do capital*. Rio de Janeiro: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ (CFCH-UFRJ), 2012. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/13367/1/MDantas2012.pdf>. Acesso em: 21 jun 2020.

DENNING, Michael. *The Cultural Front: The Laboring of American Culture in the Twentieth Century*. 2ª. Ed. Nova Iorque: Verso, 2011.

FIGARO, Roseli. *Comunicação e Trabalho: Estudo de Recepção: o mundo do trabalho como mediação da comunicação*. São Paulo: A. Garibaldi, 2001.

\_\_\_\_\_. *Relações de Comunicação no Mundo do Trabalho*. São Paulo: Annablume, 2008.

GRANDIN, Greg. *The Last Colonial Massacre: Latin America in the Cold War*. 2ª. Ed. Chicago: The University of Chicago Press, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis/RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 2ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. *O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I: O processo de produção de capital*. 2ª. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MEDINA, Cremilda. *Notícia, um produto à venda: Jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial*. São Paulo: Summus, 1978.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático. *Intexto*, Porto Alegre, v. 2, n. 25, p. 221-233, dez. 2011. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/16547>>. Acesso em: 21 jun 2020.

NEGT, Oskar e KLUGE, Alexander. *Public Sphere and Experience: Toward an Analysis of Bourgeois and Proletarian Public Sphere*. Minneapolis: University of Minnesota Press. 1993.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. *Relações públicas no modo de produção capitalista*. São Paulo: Summus, 1986.

\_\_\_\_\_. *Comunicação nos Movimentos Populares: a Participação na Construção da Cidadania*. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. 2006. *Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Disponível em: <  
<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf>>. Acesso em: 21 jun 2020.

RAMOS, Murilo César. Televisão a Cabo no Brasil: desestatização, reprivatização e controle público. *Intexto*, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 4, p. 1-20, julho/dezembro 1998. Disponível em: < <https://www.seer.ufrgs.br/intexto/article/view/3374/3958#>>. Acesso em: 21 jun 2020.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: Artistas da Revolução, do CPC à era da TV*. 2ª. Ed. São Paulo: Ed. da Unesp, 2014.

ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Ed. Da UERJ; Contraponto, 2001.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

SANTOS, Anderson David Gomes dos e MOTA, Joanne Santos. 10 anos da ULEPICC-Br: contribuições para a EPC a partir de seus eventos e sua práxis. *Revista Eptic*, Aracaju, Vol. 17, nº 2, maio-agosto 2015. Disponível em: <  
<https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/download/57/pdf/0>>. Acesso em: 21 jun 2020.

SMYTHE, Dallas. Communications: Blindspot of Western Marxism. *Canadian Journal of Political and Social Theory/Revue canadienne de theorie politique et sociale*, Vol. 1, nº. 3, Outuno de 1977. Disponível em: <  
<https://journals.uvic.ca/index.php/ctheory/article/view/13715>>. Acesso em 21 jun 2020.

SARTI, Ingrid. Comunicação e dependência cultural: um equívoco. In: WERTHEIN, Jorge (Ed.). *Meio de comunicação: realidade e mito*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.



SCHWARZ, Roberto. Cultura e Política, 1964-1969: Alguns Esquemas. In: \_\_\_\_\_. *As ideias fora do lugar: ensaios selecionados*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

TRASPADINI, Roberta. *A Teoria da (Inter)Dependência de Fernando Henrique Cardoso*. 2ª. Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

VILLAS BÔAS, Rafael Litvin. *Embates e “aberturas”*: um estudo sobre a presença popular na cena e na tela brasileiras. Do teatro político da década de 1960 ao humor televisivo contemporâneo. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

**Resumo:** No presente texto, apontaremos as articulações que a Economia Política da Comunicação (EPC) manteve com as organizações políticas das classes trabalhadoras. Para isso, em contraste com outras concepções teóricas, apresentaremos a EPC em seu contexto de desenvolvimento no Brasil, apontando as características políticas desse campo teórico e sua relação com as dinâmicas históricas, abrindo as possibilidades de articulação crítica entre esse campo teórico e as organizações progressistas.

**Palavras-chave:** Economia Política da Comunicação; Comunicação Popular e Comunitária; Teoria da Dependência ou Imperialismo Cultural; Organizações das Classes Trabalhadoras.

**Resumen:** En este texto, señalaremos las articulaciones que la Economía Política de la Comunicación (EPC) mantuvo con las organizaciones políticas de las clases trabajadoras. Para este propósito, en contraste con otros conceptos teóricos, presentaremos la EPC en su contexto de desarrollo en Brasil, señalando las características políticas de este campo teórico y su relación con la dinámica histórica, abriendo las posibilidades de articulación crítica entre este campo teórico y las organizaciones progresistas.

**Palabras clave:** Economía política de la comunicación; Comunicación popular y comunitaria; Teoría de la dependencia o imperialismo cultural; Organizaciones de la clase obrera.

**Abstract:** In this text, we will point out the articulations that the Political Economy of Communication (EPC) maintained with the political organizations of the working classes. For this, in contrast to other theoretical concepts, we will present the EPC in its context of development in Brazil, pointing out the political characteristics of this theoretical field and its relationship with historical dynamics, opening up the possibilities of critical articulation between this theoretical field and progressive organizations.

**Keywords:** political economy of communication, popular and community economy, dependency theory or cultural imperialism, working class organizations.

\* Artigo aceito em 10/09/2020

## BRASIL, CHILE E AS REFORMAS NEOLIBERAIS: O CONSENSO EM QUESTÃO.

Meire Mathias\*

Rodolfo Sanches\*\*

Ao menos desde quase uma década temos visto algo qualitativamente novo surgir no cenário político brasileiro e, também, mundial. Corresponde ao avanço dos ultraliberais e ultraconservadores, no campo político e cultural. Este novo quadro conjuntural corresponde uma dada alteração nas bases do consenso dominante ou, então, uma intensificação de elementos definidos no âmbito das correlações de força, interna e externa, intra e entre classes.

No que se refere à América Latina, pudemos observar o fim, por vezes, derrocada de vários governos progressistas que marcaram época nos anos 2000, com exceção, mas não sem alterações, da Venezuela. No seu extremo oposto, o governo de Donald Trump nos EUA. Na Argentina vimos à eleição de Mauricio Macri, signatário do ultraliberalismo; no Brasil a eleição do ultraconservador Jair Bolsonaro, associado às forças e aos formuladores do pensamento ultraliberal. No Chile a reeleição de Sebastián Piñera, na Colômbia a manutenção do mesmo grupo reacionário no poder através da eleição de Iván Duque, no Equador, Lenín Moreno. Na Bolívia, o governo de Jeanine Añez não foge ao perfil e base de sustentação política conservadora. Recentemente, no Uruguai, o conservador Luis Lacalle Pou, assumiu a presidência do país.

Na Venezuela, mantém-se Nicolás Maduro, sucessor de Hugo Chávez, no entanto, a crise em seus aspectos político, econômico e social está longe de ser superada. O grau de precariedade das condições de vida da população se intensifica, o fluxo migratório também, e, diferentemente da década passada, atualmente a Venezuela enfrenta isolamento no âmbito regional latino-americano e dura oposição, por parte do Governo de Donald Trump. Se tempos atrás, os países vizinhos buscavam formas de integração,

---

\* Doutora em Ciências Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (PGC-UEM), Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Política, Estado e América Latina” (GPPEAL).

\*\* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus de Marília. Membro do Grupo de Pesquisa “Cultura e Política do Mundo do Trabalho do Grupo de Pesquisa” e do Grupo de Pesquisa “Política, Estado e América Latina” (GPPEAL).

agora, mediante o caráter ultraconservador dos governos, as diretrizes das políticas exteriores na região claramente tomam distancia do país sob o governo Maduro. Em consequência do bloqueio estadunidense, Venezuela e Irã, assinaram acordo<sup>1</sup> para criar uma frente comum contra as sanções aplicadas pelos EUA. Além de buscar alternativas bilaterais, Venezuela<sup>2</sup> apresentou denúncia contra os EUA na Corte Penal Internacional, em Haia, por crimes de lesa-humanidade.

Tendo em vista o atual contexto latino americano de crise, o presente texto congrega reflexões primeiras a respeito das alterações qualitativas que se pode denotar na construção do consenso que tem legitimado tais acontecimentos. Há uma evidente escalada conservadora no mundo e na América Latina, sendo que, nota-se também a intensificação dos desígnios neoliberais. Por ora, nos deteremos a avaliar a eleição de Jair Bolsonaro no Brasil no âmbito de suas propostas políticas, culturais e econômicas, realizando um contraponto analítico com o Chile de Pinochet e suas reformas estruturais empreendidas pelos Chicago Boys. Ou seja, buscamos apontar ações convergentes, nexos ou similaridades entre os casos, Brasil/Chile, sem desprezar particularidades dos acontecimentos em cada caso.

Esta avaliação é factível em nosso entendimento por um conjunto de motivos. Em primeiro lugar pela ode, pública e evidente, feita por Bolsonaro e seu Ministro da Economia, Paulo Guedes, aos feitos político-institucionais e econômicos do Chile de Pinochet<sup>3</sup>, primeiro “laboratório” neoliberal. Em segundo, há uma afirmação de Breno Altman, diretor do Opera Mundi, que nos chama atenção. Diz ele que Bolsonaro é, para nós, um Pinochet institucional<sup>4</sup>. Entendemos que esta afirmação levanta o problema de fundo que aqui nos interessamos: a questão do consenso. Tomás Moulian (2017), sociólogo chileno, expõe com maestria o decorrer histórico do regime de Pinochet e é muito claro ao afirmar que a partir dos anos 1977-78 a ditadura altera uma condição fundamental: abre mão da primazia do terror, puro e simples, para adentrar ao campo da institucionalidade.

---

<sup>1</sup> Cf. <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/02/ira-e-venezuela-rompem-bloqueio-economico-e-inauguram-supermercado-em-caracas>; <https://revistaforum.com.br/global/exclusivo-tres-navios-petroleiros-do-ira-chegaram-na-venezuela-desafiando-bloqueio-dos-eua>.

<sup>2</sup> Cf. <https://revistaforum.com.br/global/venezuela-apresenta-provas-contras-eua-na-corte-de-haia-por-crimes-de-lesa-humanidade>.

<sup>3</sup>Cf. <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/02/12/paulo-guedes-financial-times/>; Cf. <https://diplomatie.org.br/brasil-novo-laboratorio-da-extrema-direita>.

<sup>4</sup> Cf. <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/53525/bolsonaro-e-um-pinochet-institucional-para-o-brasil-diz-breno-altman>

Esta reflexão última, nos inspira a refletir sobre a perspectiva gramsciana em que força e consenso não caminham em separado e ainda, ao fim, o nível das composições políticas, culturais e econômicas se vinculam a uma disputa mais ampla e complexa: trata-se de uma disputa hegemônica.

### **Hegemonia, direção e domínio.**

Antonio Gramsci, quando versa sobre a Revolução Francesa, estabelece uma temporalidade para esse feito, entendendo-a como um processo contraditório, marcado de avanços e retrocessos, que dura entre 1789, com a eclosão da Revolução, até o ano de 1871, momento esse em que a Comuna de Paris é derrotada. Esta sua visão corrobora com o que se expôs até o momento, haja visto que demonstra a exata historicidade deste bloco histórico<sup>5</sup> burguês e evidencia sua faceta relacional, isto é, a categoria analítica se qualifica justamente por sua capacidade abrangente de subsumir contradições intrínsecas às reflexões. Em outras palavras, a derrota completa do “velho” (aristocracia feudal) só foi possível quando o “novo” (a burguesia liberal) fora capaz de sufocar o “novíssimo” (a classe trabalhadora) que emergia de suas entranhas<sup>6</sup>.

Amparados nesta exemplificação histórica, podemos abstrair uma reflexão de fundo importante e que perpassa os nossos objetivos com a proposição deste ensaio. Os embates existentes entre as classes sociais fundamentais se dão em âmbitos de universalidade, isto é, requerem de seus representantes, ou intelectuais orgânicos, a constituição de uma dada filosofia capaz de sedimentar uma *visão de mundo* coesiva, substrato esse que avaliza um compósito de sociabilidade instrumentalizada em uma complexa noção de hegemonia<sup>7</sup>. Deste ponto, sabemos que as transformações observáveis no mundo real provêm de duas qualidades distintas: de um lado, aquelas que reformulam o bloco histórico existente, porque a sua volatilidade se expressa, inclusive, em diferenciações de *visão de mundo* nas próprias frações de uma classe; e, de outro, aquelas

---

<sup>5</sup> “Conceito de ‘bloco histórico’, isto é, unidade entre natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos”. (GRAMSCI, 2011a, p. 26)

<sup>6</sup> “De fato, só em 1870-1871, com a tentativa da Comuna, esgotaram-se historicamente todos os germens nascidos em 1789, ou seja, não só a nova classe que luta pelo poder derrota os representantes da velha sociedade que não quer confessar-se definitivamente superada, mas derrota também os novíssimos grupos que consideram já ultrapassada a nova estrutura surgida da transformação iniciada em 1789 e demonstra assim a sua vitalidade tanto em relação ao velho quanto em relação ao novíssimo”. (GRAMSCI, 2011a, p. 39)

<sup>7</sup> Cf. GRUPPI, Luciano. 2000.

que buscam pautar e instituir uma transição cujo objetivo é a superação de um bloco por outro, ou seja, de uma hegemonia por outra.

Neste contexto, alguns bastiões intelectuais (e culturais) do paradigma estabelecido pelo século XIX ganham força suficiente para intervir no debate público e reorientar os pilares da filosofia liberal mantenedora da hegemonia burguesa em curso. Vimos emergir, dos bastidores da história para o palco central, um grupo de intelectuais orgânicos vinculados à fração financeira da burguesia internacional, chamados de neoliberais. Recoloca-se o “mito” da liberalização completa como único caminho possível de salvaguardar a continuidade do sistema sociopolítico capitalista.

David Harvey (2009) produz uma interessante abordagem para se compreender as relações econômicas atuais e como elas refletem nas demais esferas de reprodução da vida social. Em nosso entendimento, o que merece ser destaque é que toda transformação de tamanha magnitude, como a ocorrida na suplantação do consenso keynesiano pelo consenso neoliberal, exige uma formatação/adaptação psicofísica das massas trabalhadoras, pois, ao alterarem os ritmos de trabalho e os índices de produtividade, modificar-se-iam todos os parâmetros sobre o quais estavam ancorados os trabalhadores e empresários<sup>8</sup>.

A compressão do espaço/tempo, elemento central, na visão de Harvey, que expressa bem nossa contemporaneidade assombra as populações pela inveterada predominância do capital financeiro especulativo sobre todos os demais setores, principalmente o capital produtivo. Toda a dinâmica de produção da subsistência alcança um tamanho grau de especulação monetária, visando lucro, que toda e qualquer ação humana, de certa forma, está subordinada. É a concreção mais evidente da *hegemonia neoliberal* no globo terrestre. Ademais, sabemos que este processo não foi, doravante, linear e absoluto. Houveram resistências e elas se explicitaram de diversas formas<sup>9</sup>.

As inovações tecnológicas e a toyotização das plantas produtivas e gerência/gestão administrativa serão as evidências destas transformações no campo aparente, pois que mais imediato à grandes parcelas da população mundial. Não sem demora, outras formas de produção/gerência adaptam-se ao novo, sem que, portanto, seja necessário a eliminação completa do antigo para que novo se estabeleça. Em

---

<sup>8</sup>Cf. Americanismo e Fordismo, GRAMSCI, 2011b.

<sup>9</sup> Cf. HARVEY, 2008.

determinadas maneiras, o velho passa a desempenhar importantes funções na consolidação do novo.

Seguindo na esteira do pensamento de Gramsci, apreendemos que as transformações do campo produtivo geram adaptações no campo dos sistemas internacionais<sup>10</sup>. Ao avaliarmos os impactos destas mudanças, se verifica que a formatação dos sistemas internacionais é feita sob a lógica do *modus operandi* avistada na relação Estado, capital e trabalho. Todos os avanços em matéria de política internacional, de tal modo, têm a ver com a dissolução ou não da contradição entre acumulação de capital e organização do espaço político. E que, igualmente, “pode-se argumentar que a sedução pelas concepções presentes no neoliberalismo, sobretudo de liberdade (individual e de mercado) revelam a potencialidade que este pensamento tem quanto a transformar concepções em princípios, e fazer destes últimos, instrumentos dinamizadores da ordem político-econômica”. Contudo, enquanto força política, “o neoliberalismo funciona como elemento aglutinador dos polos de poder mundial, bem como, definidor de condicionalidades no caso dos acordos internacionais”, logo, “o ponto de inflexão entre o pensamento e a prática neoliberal está na disputa entre Estados pela hegemonia econômica e política dentro de um mercado capitalista” (MATHIAS, 2015, pp. 71-72).

Assim sendo, podemos avistar uma série de alterações no conjunto ideológico da burguesia cuja repercussão, em termos de linha de transmissão, no *modus operandi* da hegemonia é evidente. Há, de imediato, um abrupto abandono dos valores universais contidos na filosofia liberal. Como consequência, e já marcando uma segunda diferença, o neoliberalismo exige “uma profissão de fé nas virtudes do capitalismo e da livre-concorrência, não mais por uma questão de opção ideológica, em obediência à uma dada visão de mundo, mas por uma questão de respeito às coisas 'tal como elas são'”. (PAULANI, 2005, p. 126). Diz Leda, em avaliação e síntese, que:

O neoliberalismo é, em primeiro lugar, normativo: o mercado deve dominar tudo e o Estado ficar reduzido ao papel de preservar as instituições que permitam o funcionamento do primeiro. Em decorrência disso, ele é essencialmente prescritivo, arrolando as medidas que devem ser tomadas para que seja construída (ou reconstruída) esse mundo ideal, completamente organizado pelo mercado. Não há papel aí, portanto, para a 'ciência' econômica. A norma que define esta doutrina não decorre da constatação 'científica' (que seria em princípio produzida pelo paradigma neoclássico) de que essa sociedade é a melhor possível e/ou de que o mercado é o demiurgo de um processo que maximiza as utilidades e lucros e minimiza custos,

---

<sup>10</sup> Cf. GRAMSCI, 2011a, p. 20.

produzindo o 'ótimo social'. As pretensões científicas da teoria atrapalham a consecução dos objetivos concretos e práticos da economia capitalista. A ciência não demonstra e nem pode demonstrar nada; ela não 'prova' que esse é o mais eficiente possível, que nele todos os agentes podem ver reduzidas suas pretensões; ela não diz que esse estado de realização mútua de desejos de oferta e demanda é externo e durará para sempre. A ciência está muda, é desnecessária, mais atrapalha do que ajuda. (PAULANI, 2005, p. 136)

Vê-se que aos neoliberais não cabe lugar para o dissenso, é preciso tê-lo como um dogma religioso em que a rendição deve ser completa. Deste modo, a (re)leitura neoliberal é, antes de tudo, pragmática e utilitarista.

### **O consenso ativo**

Houve, durante décadas, uma construção minuciosa de uma narrativa cuja finalidade era argumentar que o Estado interventor, em qualquer grau, era uma fonte inesgotável de inflação por suas artimanhas econômicas – em alguns casos as políticas anticíclicas – e, assim, fundamental na perpetuação da crise econômica e do desemprego. Alegavam que as estatais eram, em sua maioria, deficitárias e prejudiciais à sociedade e que por isso necessitava-se alocá-las no campo da iniciativa privada ou do mercado, o regulador *ótimo e eficiente*. Falava-se, também, eram focos de corrupção ou de encapsulamento dos “grupos de pressão” cuja orientação das ações eram, sempre, em benefício próprio e não sob a tutela de uma normatividade legitimadora e reguladora dos comportamentos sociais<sup>11</sup>, isto é, garantir liberdade política e de mercado.

Se fosse possível elencar as reformas neoliberais por graus de importância, diríamos que existe uma tríade fundamental: Reforma Administrativa do Estado, Reforma Trabalhista e Reforma da Previdência. Aqui está contido todo o pacote de privatizações das estatais, “controle” dos gastos públicos, flexibilização das relações trabalhistas com foco na desarticulação das entidades sindicais, perda de direitos conquistados e a abertura de um excelente campo de atuação para o capital financeiro através da privatização da previdência.

No Chile aconteceram debates sobre a necessária limitação gastos do Estado, mas o que prevaleceu, enquanto forma de atuação dos neoliberais, foi a intensificação das privatizações. E, lembremo-nos, não fora de uma vez. Entre 1975-77 ocorre a primeira onda e, entre 1983-84, a segunda. O resultado foi desastroso. Cálculos de uma Comissão

---

<sup>11</sup>En síntesis, en materia económica el neoliberalismo postula la propiedad privada individual, la reducción del tamaño e intervención del Estado, la privatización y descentralización de la actividad económica y social, y un rol preponderante del mercado, libre de distorsiones e interferencias, en todas las actividades humanas. (DELANO; TRASLAVIÑA, 1989, p. 18)



Parlamentar feita para investigar as privatizações dão conta de uma perda relativa de 27 a 69% do total do capital destas 30 empresas entre 1978-90<sup>12</sup>.

No Brasil, porém, o debate público acerca das privatizações tem ganho, agora, contornos mais claros e proposições mais evidentes. Recordemo-nos que Jair Bolsonaro se elegeu com uma plataforma que pretende, inclusive, privatizar nossa maior estatal, a Petrobrás. Entretanto, o que está em voga atualmente é a privatização dos Correios, que já conta com a aprovação presidencial. Agora, quanto à limitação dos gastos do Estado, já tivemos, ainda no Governo Temer, a PEC do Teto (PEC 241/55) que congela por vinte anos os gastos públicos. Cabe dizer que esta proposta, em contexto de precarização das condições de vida da população, afeta diretamente os gastos “sociais” como educação e saúde.

Os contornos das novas bases de reprodução do capital envolvem, certamente, o controle mais restrito das relações de trabalho, ainda que, externamente, apareçam como uma estratégia de dar maior autonomia aos trabalhadores. Acontece que autonomia, para os neoliberais, tem a ver com autonomização dos trabalhadores, isto é, quebrar os elos de resistência existente entre eles. O *Plan Laboral* chileno é, neste aspecto, emblemático. O contexto era de latente insatisfação popular com os rumos da ditadura militar e, apesar de tímidas, com ações de reforço da luta sindical<sup>13</sup>. Funcionou, então, como uma válvula de escape para despressurizar os movimentos sociais que se preparavam e se projetavam também através dos organismos internacionais.

No Brasil, em 2017, foi aprovada a Reforma Trabalhista, claramente recessiva, cujos pontos centrais muito se assemelham ao Chile: flexibilização das relações de trabalho, criação da categoria nova de trabalho intermitente, custos das ações trabalhistas podendo ser paga pelos trabalhadores, regularização da terceirização das atividades-fim, fim da contribuição sindical obrigatória e outros. O principal argumento era que modernizar as relações de trabalho faria com que os empresários estivessem mais

---

<sup>12</sup> Cf. CHILE, 2005, p. 174.

<sup>13</sup> Em uma desvirtuação completa, Bardón, Carrasco e Vial defendiam (1985, p. 253) que a lógica de monopolização das empresas advinha da monopolização exercida pelo trabalho nas negociações coletivas e agrupamentos para além das unidades produtivas. Logo, “la nueva legislación, al situar las negociaciones a nivel de cada empresa, ha terminado con las modalidades monopólicas que producen desempleo y efectos indeseables de carácter inflacionario”, assim, “en los últimos años se observa una mucho mayor creación de sindicatos que en el pasado y las negociaciones colectivas han sido favorables a los trabajadores y se han llevado a cabo en un plan más técnico y serio. La politización ha disminuido, pero es necesario dejar establecido que si el Estado mantiene su tamaño económico, vuelve al control y a una actuación discrecional y se alzan las tarifas aduaneras, habremos creado nuevamente las condiciones para un sindicalismo de corte político”. (*Idem*, p. 255)

dispostos a contratar, no entanto, o que se viu é uma manutenção das taxas de desemprego com amplo crescimento das vagas informais de trabalho<sup>14</sup>.

A segunda modernização chave foi a elaboração da *Reforma Previsional* no qual estava contemplada a transferência para a iniciativa privada da gestão dos fundos de pensão existentes do governo<sup>15</sup>. Outra vez foi Piñera quem liderou o processo. As críticas mais severas às novas normas e diretrizes eram de que as pensões tiveram uma baixa considerável. E isso era verdade, justamente porque os reajustes sempre eram muito abaixo do índice inflacionário.

El nuevo sistema se sustentó en la capitalización individual. Cada trabajador cotiza obligatoriamente durante su vida activa. Los fondos que él reúne son administrados por las AFP, que son empresas de servicios con fines de lucro. Las AFP invierten los fondos de los trabajadores en distintas actividades e instrumentos financieros, con el objeto de hacerlos crecer en el tiempo. Cuando el trabajador jubila, comienza a recibir el monto que ahorró. (DELANO; TRASLAVIÑA, 1989, p. 79)

A forma de cooptação das grandes massas de trabalhadores foi a diminuição das quantias acumuladas mensalmente por cada trabalhador. Isto aumentava a renda líquida dos mesmos, portanto raramente ficavam de fora quando tinham a oportunidade. Outro impulso foi a retirada da contrapartida do empresário. Nas *Administradoras de Fondos de Pensión (AFP)* não haviam mais cotizações dos empresários, que, a partir daquele momento, iriam fazer com que seus funcionários todos aderissem. Cada um trasladado significava 5% a menos de gasto<sup>16</sup>.

No Chile, em ambas as reformas, Piñera quis que os empregados tivessem mais comprometimento com o local de trabalho<sup>17</sup>. Com o Código de Trabalho dava vazão para

---

<sup>14</sup>Cf. <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2018/11/11/reforma-trabalhista-completa-1-ano-veja-os-principais-efeitos.ghtml>

<sup>15</sup> “Para justificar esta modernización, los Chicago boys sostuvieron que el sistema anterior estaba técnicamente quebrado, aparte de que adolecía de serias dificultades de administración. Efectivamente, alrededor de un tercio de los recursos del sistema de reparto eran aportados por el Estado. La realidad es que el gobierno quiso eliminar esos aportes sociales, en la dirección de disminuir el déficit fiscal. Pero en el largo plazo ese efecto se anuló. Fue el Estado, y no las nuevas generaciones de trabajadores que se incorporaron a las Administradoras de Fondos de Pensiones (AFP), gestionadas por empresarios privados, quien pasó a financiar las pensiones del sector pasivo que permanecieron en el antiguo sistema”. (DELANO; TRASLAVIÑA, 1989, p. 79)

<sup>16</sup> Os militares sempre apoiaram e proclamaram as benesses do sistema referido, contudo, fizeram permanecer na mão do Estado os fundos de pensão da caserna.

<sup>17</sup> “Era, sin embargo, indispensable cambiar el sistema de reparto por el de capitalización, porque el primero invita inevitablemente a las presiones de los grupos organizados y, por lo tanto, las discriminaciones, las injusticias y la quiebra del sistema. (...) Cuando se observan estas discriminaciones es forzoso reconocer que la solidaridad teórica del sistema de reparto era, sencillamente, una burla y que lo correspondía era un sistema de capitalización que disminuyera las presiones de los grupos y permitiera

eficiência empresarial, ou seja, quanto melhor o trabalho interno, mais fácil será a negociação com os donos. Na *Reforma Previsional*, “además de fomentar el individualismo – la pensión depende del ahorro personal –, los trabajadores se verían afectados ante cualquier inestabilidad política en el sistema”, tendo como essência a ideia de que “los trabajadores se solidaricen con el sistema, pero, aparentemente, no con otros trabajadores” (DELANO; TRASLAVIÑA, 1989, p. 81).

No Brasil, a proposta para a Reforma da Previdência reproduz exatamente os pontos centrais levantados na chilena. Num contexto de agravamento da crise econômica, com milhões voltando a estar abaixo da linha de pobreza, essa Reforma significa, a depender do tipo de trabalho e da região do País, trabalhar até a morte, quer seja pelo tempo de contribuição, quer pela idade mínima para se aposentar. Tal qual já apontamos, no Chile, essa capitalização da previdência abre um novo setor para que o capital financeiro especule com o dinheiro do contribuinte<sup>18</sup>. Há, porém, outro fator importante, que é a não contribuição dos empresários para com as previdências de seus funcionários.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) publicou um estudo em que avalia os pontos centrais e assevera sua posição dizendo que o regime de capitalização significa a privatização de uma área essencial à vida humana: a da Proteção Social<sup>19</sup>. No Chile, por sua vez, depois de trinta anos dentro deste regime, criou-se um movimento de amplas proporções que busca pautar o debate público para que a Previdência volte a ser estatal. Dizem eles:

Según estimaciones de la Comisión de Pensiones creada por la presidenta Bachelet, se proyecta que la mitad de las personas que hayan cotizado más de 33 años, obtendrán una tasa de reemplazo inferior al 39%, vale decir, si durante sus últimos 10 años recibían un salario de \$600.000, su pensión será menor a \$234.000. El informe de la misma Comisión revela que en el mediano plazo, el 99% de las pensiones será menor al salario mínimo. Un problema social de proporciones, más aún si se espera un creciente proceso de envejecimiento de la población chilena (KREMERMAM, 2017).

Contrário daquilo que os defensores da atual Reforma da Previdência argumentam, a experiência do Chile deixa evidente que a financeirização dos Fundos Previdência beneficiam banqueiros e especuladores financeiros, de modo geral. O

---

una pensión que correspondiera a los verdaderos ahorros de los diversos trabajadores, sin perjuicio de reconocer la jubilación mínima para aquellos en peor situación, beneficio que debe pagarse con fondos generales de la nación”. (M.;A.;G., 1985, p. 256)

<sup>18</sup>Cf. <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/02/20/reforma-da-previdencia-entenda-a-proposta-ponto-a-ponto.ghtml>

<sup>19</sup> Cf. <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2019/03/17/5-pontos-do-Dieese-sobre-a-proposta-da-reforma-da-Previdencia>

trabalhador, por sua vez, aparece como o grande prejudicado, visto que os ganhos recebidos ficam muito abaixo do correspondente recolhido quando trabalhando. Não sendo possível deixar de nomear o aumento exponencial do número de moradores de rua no Chile.

### Considerações finais

Nosso propósito foi identificar aproximações e apontar semelhanças, entre o projeto do Jair Bolsonaro no Brasil, com o Chile de Pinochet e suas reformas estruturais empreendidas pelos Chicago Boys. Do mesmo modo, nosso interesse, compreende demonstrar que as orientações gerais de ambas as experiências, perpassam pela implementação e intensificação de reformas estruturais no âmbito neoliberal.

A apresentação das particularidades deste processo escapa aos limites possíveis deste ensaio, todavia, em concordância com o pensamento gramsciano, destacamos que, no Brasil ou no Chile, as esferas econômica, política e ideológica, metodologicamente distintas, permitem reconhecer os elementos constitutivos da articulação do bloco histórico.

A continuidade desta perspectiva analítica requer a consideração dos intelectuais orgânicos, visto que, desempenham papel fundamental no exercício da hegemonia e na conformação de uma reforma intelectual moral.

### Referências:

BARATTA, Giorgio. *As rosas e os Cadernos: O pensamento dialógico de Antonio Gramsci*. Tradução, Giovanni Semeraro. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

CHILE. Roberto Fuentes Innocenti. Abogado Secretario de La Comisión (Org.). *Informe de la Comisión Investigadora encargada de analizar presuntas irregularidades en las privatizaciones de empresas del Estado ocurridas con anterioridad al año 1990*. Santiago, 2005. 477 p. Disponível em: <[www.archivochile.com](http://www.archivochile.com)>. Acesso em: 20 abr. 2016.

DÉLANO, Manuel; TRASLAVIÑA, Hugo. *La Herencia de los Chicago Boys*. Santiago: Las Ediciones del Ornitorrinco, 1989. 209 p.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere, vol. 3*. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - 4ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere, vol. 4*. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - 3ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

GRUPPI, Luciano. *Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Luiz Werneck Vianna. – 4ª ed. – Rio de Janeiro, Edições Graal, 2000.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 18ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

\_\_\_\_\_. *O Neoliberalismo: história e implicações*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

KREMERMAM, Marco. *AFP y buenas pensiones: una ecuación imposible*. 2017. Disponível em: <<http://www.nomasafp.cl/inicio/?p=804>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

LARA, Ricardo. *Notas luckacsianas sobre decadência ideológica da burguesia*. In RevistaKatal., Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 91-100, Jan./Jun. 2013.

M., Álvaro Bardón; A., Camilo Carrasco; G., Álvaro Vial. *Una década de cambios económicos: la experiencia chilena 1973-1983*. Santiago: Andrés Bello, 1985. 286 p.

MATHIAS, Meire. *Para pensar a América Latina: poder e hegemonia nas relações internacionais*. Espaço Acadêmico, Maringá, p.69-75, dez. 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/issue/view/1044>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

MOULIAN, Tomás. *Chile Actual: anatomía de un mito*. 3. ed. Santiago: LomEdiciones, 2017.

PAULANI, Leda Maria. *Modernidade e o discurso econômico*. Prefácio, Francisco de Oliveira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005

**Resumo:** A forma agressiva e contundente como o neoliberalismo tem implicado, outra vez, a dualidade, humanidade ou barbárie, representa algo novo, mas como uma derivação de um conteúdo sócio-histórico. A esta nova amálgama não se pode implicar uma forçosa genericidade, mas faz-se mister entender a particularidade brasileira emanada por Jair Bolsonaro e Paulo Guedes. Tal projeto afeito à ditadura pinochetista, e às reformas realizadas pelos Chicago Boys, mantém um fluxo orgânico, embora não seja completamente identificável.

**Palavras chave:** Brasil, Chile, reformas neoliberais, hegemonia, bloco histórico.

**Resumen:** La forma agresiva y contundente en que el neoliberalismo ha implicado, una vez más, la dualidad, la humanidad o la barbarie, representa algo nuevo, pero como una derivación de un contenido sociohistórico. Esta nueva amalgama no puede ser implicada por un carácter genérico forzado, pero es necesario comprender la peculiaridad brasileña emanada por Jair Bolsonaro y Paulo Guedes. Tal proyecto acostumbrado a la dictadura de Pinochet, y las reformas llevadas a cabo por los Chicago Boys, mantiene un flujo orgánico, aunque no es completamente identificable.

**Palabras clave:** Brasil, Chile, reformas neoliberales, hegemonía, bloque histórico.

**Abstract:** The aggressive and forceful way in which neoliberalism has implied, again, duality, humanity or barbarism, represents something new, but as a derivation of a socio-historical content. This new amalgamation cannot be implied by a forced genericity, but it is necessary to understand the Brazilian peculiarity emanated by Jair Bolsonaro and Paulo Guedes. Such a project accustomed to the Pinochet dictatorship, and to the reforms carried out by the Chicago Boys, maintains an organic flow, although it is not completely identifiable.

**Keywords:** Brasil, Chile, neoliberal reforms, hegemony, historical bloc

\*Artigo recebido em 20/09/2020

\*Artigo aceito em 28/10/2020